

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MARIA LUDKA

**CONTESTADO, A FOME E A POBREZA COM PERMANÊNCIA DA GUERRA:
CENÁRIOS PARADOXAIS NO SUL DO BRASIL**

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MARIA LUDKA

**CONTESTADO, A FOME E A POBREZA COM PERMANÊNCIA DA GUERRA:
CENÁRIOS PARADOXAIS NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Linha de pesquisa: Produção e transformação do espaço urbano-regional.

CURITIBA

2016



FICHA CATALOGRÁFICA

L944c Ludka, Vanessa Maria
 Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra:
 cenários paradoxais no Sul do Brasil. / Vanessa Maria Ludka .
 222. : il.; tabs., grafs..

 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
 Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2016.
 Orientador: Nilson Cesar Fraga
 Bibliografia: p. 206-220

 1. Fome. 2. Região do Contestado. 3. Santa Catarina. I. Fraga,
 Nilson Cesar. II. Título.

CDD: 363.8



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE TESE


Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis na sala CT15, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Tese de Doutorado da aluna **VANESSA MARIA LUDKA** intitulada "**CONTESTADO, A FOME E A POBREZA COMO PERMANÊNCIA DA GUERRA: CENÁRIOS PARADOXAIS NO SUL DO BRASIL**", que obteve como resultado final: aprovado.

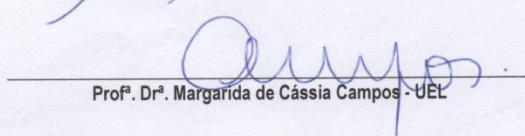
(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

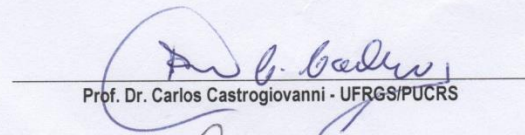
Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

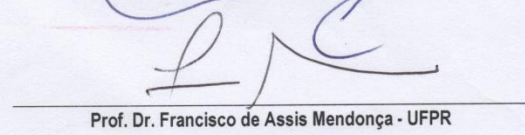
OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

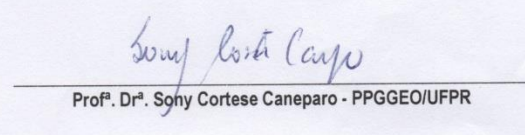
Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nilson César Fraga - UFPR/UEL - Orientador


Profª. Drª. Margarida de Cássia Campos - UEL


Prof. Dr. Carlos Castrogiovanni - UFRGS/PUCRS


Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça - UFPR


Profª. Drª. Sony Cortese Caneparo - PPGGEO/UFPR

DEDICATÓRIA

À pessoa mais humilde que já conheci,
À filha companheira,
À irmã solidária,
À tia amiga,
À esposa compreensiva e paciente,
À avó dedicada,
À profissional batalhadora.
E, acima de tudo, à MÃE,
na expressão máxima que esse termo encerra,
que transmitiu e transmite suas qualidades na firmeza de suas atitudes, na
sabedoria de suas palavras, no reconhecimento dos seus limites,
no silêncio da sua dor, na grandiosidade do seu amor, deixando como
herança os valores éticos que fundamentam minha vida.
A você, minha **MÃE E MELHOR AMIGA, CATARINA SZENCZUK LUDKA**,
dedico esta tese de doutorado!

Dedico também a todas as pessoas invisíveis da Região do Contestado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é resultado apenas de um esforço individual. Ele nasce de significativas contribuições que recolhi durante minha trajetória profissional, acadêmica e como cidadã, ao lidar com pessoas (infelizmente algumas não estão mais entre nós) e instituições que foram fundamentais a essa construção. Agora que alcanço os meus objetivos não poderia de deixar reconhecê-los.

Ao Professor Dr. Nilson Cesar Fraga, expoente na trajetória histórica da Geografia e da Guerra do Contestado, mestre na profissão e na arte de viver. Consegue conciliar sua postura intransigente na luta pelo projeto ético-político profissional, alicerçada no profundo conhecimento, com a delicadeza de gestos e palavras que expressam a sua grande sensibilidade. Registro aqui minha grande admiração e gratidão. Muito obrigada, por tudo e para sempre.

Ao Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça que esteve pronto para participar da minha banca e acrescentou desde a qualificação ideias essenciais para a finalização deste trabalho.

Às Professoras Dras. Sony Cortese Canapero e Margarida de Cassia Campos e ao Prof. Dr. Antônio Carlos Castrogiovani, o meu muito obrigada por terem aceito fazer parte da banca, bem como contribuir de forma crítica, tendo tido uma importância extrema para a finalização desta pesquisa.

À MINHA FAMÍLIA, meus pais (Catarina e Alfredo), aos meus irmãos (Amilcar, Carla e Roberto), aos meus cunhados (Júnior, Simone e Francielle), aos meus sobrinhos (Herbert, Maria Eduarda, Arthur, Bruno, Alice, Lorenzo, João, Benjamin e Luíza), à minha sogra (Maria de Lourdes) que, mesmo estando a alguns quilômetros de distância, se mantiveram incansáveis em suas manifestações de apoio e carinho, além de sempre me incentivaram em todas as etapas da minha vida! Amo vocês!

Agradeço a presença amorosa, a ajuda, o estímulo e o companheirismo de Edinei de Almeida.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial aos secretários Adriana Cristina Oliveira e Luiz Carlos Zem; agradeço pelo apoio, pela convivência e, principalmente, pela experiência compartilhada.

À Márcia Schüller, pela autorização do uso de suas obras nesta tese, além de todo carinho, parceria, incentivo e amizade.

Preciso homenagear, ainda, os amigos queridos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua força e estímulo para que eu conseguisse completar este percurso: Sheila Castro, Luciana Homczinski Rizelo, Gustavo Glodes Blum, Émerson Dias de Oliveira, Suelem Martins, Bruno Augusto Florentino, Paulo Henrique Marques de Castro, Angela Maria Siqueira Pandolfo, Naibi Jayme, Isabel Homczinski, Alcimara Foetsch, Lucimara Pepes, Edna Pereira da Silva e a Rosa Maria Totti, que sempre acreditaram, ajudaram e me incentivaram neste projeto pessoal.

Aos colegas de doutorado, pelos quatro anos de aprendizado e companheirismo. Amizades foram feitas e muitas delas serão duradouras.

À família “Geotmaquistão”, obrigada todo conhecimento, angústias e alegrias divididas.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo e Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, pelos dados aqui publicados e a todas as pessoas que carinhosamente me receberam e me concederam entrevistas, pessoas desse Contestado silenciado.

Aos funcionários do CRAS do município de Três Barras, em especial ao Jair Fontes, que me acompanhou em todas as entrevistas, além das informações de extrema importância para o direcionamento desta pesquisa. À Vanda Cassemira Beckert, por todo apoio e informações, à Ana Claudia da Silveira Quege, por permitir e ceder os funcionários do CRAS para me acompanhar nas entrevistas, à Rosemari

Suptil Sasso, por toda atenção a mim direcionada, à Ana Rita Mota e à Maria Salete, que me recebia todos os dias com um sorriso no rosto, mesmo diante de tanto sofrimento que presença em seu trabalho.

Aos meus colegas de trabalho da Universidade Estadual do Norte do Paraná, que se solidarizaram nas fases finais da pesquisa: Carla Holanda da Silva, Coaracy Eleutério da Luz, Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira, Paulo Henrique Marques de Castro, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, Ricardo Campos, Waldiney Gomes de Aguiar e Aécio Rodrigues de Melo.

Ao Ederson Mota, pela colaboração na leitura de finalização deste trabalho.

Um agradecimento especial aos meus alunos de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná; obrigada por todo carinho e apoio a mim dirigido.

À Mariana Pereira da Silva, minha orientanda e uma amiga; obrigada por estar ao meu lado nos momentos mais complicados de comprovar esta tese, ir ao campo, ver tantas pessoas passando necessidades, sair correndo para não ser agredida por pessoas dependentes químicas, chegar em casa no fim das entrevista se sentindo as piores pessoas do mundo, por não poderem fazer quase nada. Você é uma grande companheira!

Ao João Maria e José Maria por toda proteção!

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com mais essa etapa em minha vida.

“A fome não é um flagelo e sim um escândalo”

(Susan George, 1978)

RESUMO

A noção que se tem corretamente do que seja fome é uma noção bem incompleta, como já dizia Josué de Castro. O tema da fome é bastante vasto e complexo. Seus aspectos são vários, embora os fundamentos e origens do fenômeno conduzam a uma conclusão lógica, a de que a fome é um problema social. Dentro deste escopo, o objetivo desta tese foi compreender a fome e a pobreza existentes na Região do Contestado, buscando avaliar se a mesma é uma herança da Guerra do Contestado ou uma questão social, política, econômica e cultural que permanece ao longo do tempo. A fome e a miséria são criações da nossa sociedade, não sendo, portanto, fenômenos naturais. São acontecimentos artificialmente criados pelos homens que desenvolveram um tipo de economia que visa, tão-somente, o atendimento do capital e não das necessidades do homem. Para formar e designar como Região do Contestado a área de estudo, optou-se por estudar duas associações de municípios que compõem as microrregiões catarinenses: a AMPLANORTE e AMARP – a estas duas, se dá, nessa tese, o nome de Região do Contestado, por serem mais do que representativas no contexto das análises desta pesquisa. Com o fim de delimitar ainda mais a pesquisa escolheu-se dois municípios para referência, sendo o município de Três Barras para avaliar a pobreza urbana e Bela Vista do Toldo para a pobreza rural. Visando compreender a fome, na presente pesquisa discute-se os conceitos geográficos de território e região, além das características próprias das pequenas cidades. Para melhor compreensão da área de estudo discorreu-se sobre o papel da Guerra do Contestado, e os principais conceitos desta tese, quais sejam, a fome e a pobreza. Percebe-se que a persistência da fome e da pobreza, não está ligada à escassez ou à dificuldade física de acesso ao alimento, mas, sim, ao baixo poder aquisitivo de boa parcela da população que por conta disso, não possui renda suficiente para que possam alimentar-se de forma adequada.

Palavras-chave: Fome; Pobreza; Região do Contestado; Guerra do Contestado; Santa Catarina.

ABSTRACT

Currently, the notion about what constitutes the specter of famine is quietly incomplete, as proposed by Josué de Castro. Famine is a wide and complex thematic. Its aspects are numerous, although its phenomenal basis and origins induce to a logical conclusion, that is, that famine and hunger are a social problem. Within this framework, the main objective of this dissertation was to understand famine and poverty that take place on the Contestado Region, seeking to verify if they are inherited from the Contestado War, or if they are a social, political, economic and cultural issue that lasts through time. Famine and misery are phenomena created by our own society, and as such they cannot be considered natural occurrences. They are artificial phenomena created by human action, and the development of an economic system that seeks only to achieve results for the demands of Market economy and not the needs of men. To form and denominate as the Contestado Region the área of study, two Municipal Associations that are part of microrregions within the State of Santa Catarina: AMPLANORTE and AMARP – to these two associations, in this dissertation, is given the nomenclature of Contestado Region since they are the most exemplary cases in the analytical context of this research. Seeking to underline even more the research, two cities were chosen as reference, being the city of Três Barras the one representing urban poverty, and the city of Bela Vista do Toldo representing rural poverty. Aiming to address famine, in this research are debated the geographical concepts of territory and region, besides the characteristics of small cities. To better understand the area of study, we sought to analyze the role played by the Contestado War, and the main concepts of this dissertation, that is, famine and poverty. The persistence of famine and poverty is identified as not being linked to scarcity or physical difficulties to get food, but is related to the low purchasing power of a big fraction of the population that, because of that, do not have enough household income to feed in properly fashion.

Keywords: Famine; Poverty; Contestado Region; Contestado War; Santa Catarina.

RESÚMEN

La noción existente de aquello que comprende el hambre es una noción bien poco completa, cómo dicho por Josué de Castro. El tema del hambre es muy vasto y complejo. Sus aspectos son variados, pese que los fundamentos y orígenes del fenómeno conduzcan a una conclusión lógica, aquella de que el hambre es un problema social. En este espectro, el objetivo de esta tesis fue comprender el hambre y la pobreza existentes en la Región del Contestado, buscando constatar si ellas son en realidad heredades de la Guerra del Contestado, u bien una cuestión social, política, económica y cultural que permanece a través del tiempo. El hambre y la miseria son creaciones de nuestra sociedad, y no, por lo tanto, fenómenos naturales. Son acontecimientos artificialmente creados por los hombres que desarrollaran un tipo de economía que busca, tan solamente, atender al capital y no a las necesidades del hombre. Para formar y designar como Región del Contestado la área de estudio, se ha optado por estudiar dos asociaciones municipales que componen las microrregiones del estado de Santa Catarina: AMPLANORTE y AMARP – a estas dos se da, en esta tesis, el nombre de Región del Contestado ya que son más que representativas en el contexto de esta investigación. Con el intento de delimitar aún más la investigación, se ha escogido dos ciudades para referencia, la de Três Barras para constatar la pobreza urbana, y Bela Vista do Toldo para la pobreza rural. Objetivando comprender el hambre, en la presente investigación se discute los conceptos geográficos de territorio y región, más allá de las características propias de las pequeñas ciudades. Para mejor comprensión del área de estudio, se ha discurrido sobre el rol que ha jugado la Guerra del Contestado, y los principales conceptos de esta tesis, cuáles sean, el hambre y la pobreza. Se percibe que la persistencia del hambre y de la pobreza no está conectada a la escasez o a la dificultad física de obtener alimentos, pero, sí, al bajo poder adquisitivo de una gran parcela de la población que, por ese motivo, no posee renta suficiente para que pueda alimentarse de manera adecuada.

Palabras-clave: Hambre; Pobreza; Región del Contestado; Guerra del Contestado; Santa Catarina.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AMARP	Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.
AMPLANORTE	Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense.
COAB	Companhia de Habitação
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFSPRG	Estrada Férrea São Paulo- Rio Grande
Entrevista APR	Entrevista A Pobreza Rural
Entrevista APU	Entrevista A Pobreza Urbana
Entrevista BPR	Entrevista B Pobreza Rural
Entrevista BPU	Entrevista B Pobreza Urbana
Entrevista CPR	Entrevista C Pobreza Rural
Entrevista CPU	Entrevista C Pobreza Urbana
Entrevista DPR	Entrevista D Pobreza Rural
Entrevista DPU	Entrevista D Pobreza Urbana
Entrevista EPR	Entrevista E Pobreza Rural
Entrevista EPU	Entrevista E Pobreza Urbana
Entrevista FPU	Entrevista F Pobreza Urbana
Entrevista GPU	Entrevista G Pobreza Urbana
FAO	Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul.
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.

IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas.
PBF	Programa da Bolsa Família
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SIDMS	Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Municipal
Sustentável	
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnC	Universidade do Contestado
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICEF	United Nations Children's Fund – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aquarela: “Dor e esperança”.....	21
Figura 2: Charge publicada na revista Caretas, no ano 1915, de referente à Guerra do Contestado.....	28
Figura 3: Charge publicada no Jornal Correio do Norte.	29
Figura 4: Organograma do desenvolvimento da pesquisa.	42
Figura 5: Aquarela Penúria Manifesta	45
Figura 6: Círculo vicioso da fome:	54
Figura 7: Esquema de propostas do Projeto Fome Zero.	59
Figura 8: Tipos de Fome encontradas na Região do Contestado.....	61
Figura 9: Pobreza na região do Contestado.	64
Figura 10: Aquarela: “Trem de Sangue”.	106
Figura 11: Comemoração da Independência dos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1912, organizada pela Lumber.....	121
Figura 12: Aquarela: “Lábios de mel”.	123
Figura 13: Casa do município de Três Barras no bairro São Cristóvão.	138
Figura 14: Casa do município de Três Barras no bairro São Cristóvão.	139
Figura 15: Plantio de Pinus na Região do Contestado.	154
Figura 16: Plantio de álamo na Região do Contestado.	154
Figura 17: Plantio de fumo (tabaco) na Região do Contestado.	155
Figura 18: - Bela Vista do Toldo – SC no início do século XX.	159
Figura 19: Bela Vista do Toldo – SC na atualidade.	160
Figura 20: O impacto da implantação da Lumber no desenvolvimento urbano em Três Barras.	165
Figura 21: Imagem de satélite da área urbana de Três Barras.....	166
Figura 22: Entrega de cesta básica do CRAS no bairro São Cristóvão de Três Barras.	167
Figura 23: Famílias levando a cesta básica para casa	167
Figura 24: Entrevista APU.....	172
Figura 25: Entrevista BPU.....	173
Figura 26: Entrevista CPU.....	174
Figura 27: Entrevista DPU.....	176
Figura 28: Entrevista EPU.....	177

Figura 29: Entrevista EPU.....	178
Figura 30: Entrevista FPU.....	179
Figura 31: Entrevista GPU.....	181
Figura 32: Entrevista APR.....	182
Figura 33: Entrevista BPR.....	184
Figura 34: Entrevista CPR.....	185
Figura 35: Entrevista DPR.....	186
Figura 36: Entrevista EPR.....	188
Figura 37: Entrevista EPR.....	189
Figura 38: O Monge	193
Figura 39: O ser e a flor.	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Definição do Tamanho das Cidades de Acordo com o IBGE.	98
Gráfico 2: Porcentagem de extremamente pobres.	141
Gráfico 3: Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família na Região do Contestado.....	144
Gráfico 4: Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família na Região do Contestado.....	151

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região do Contestado: Associações de municípios: AMPLANORTE e AMARP	24
Mapa 2: Cidades Polos da Região do Contestado.	103
Mapa 3: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável das Associações de Municípios Catarinenses.....	132
Mapa 4: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Região do Contestado	134
Mapa 5: Municípios referência da fome e da pobreza na região do contestado.	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: dados renda per capita, porcentagem extremamente pobres, porcentagem de pobre e índice de Gini da região do Contestado	26
Tabela 2: Caracterização demográfica da extrema da pobreza rural e urbana da Região do Contestado	75
Tabela 3: Composição do Índice do Desenvolvimento Municipal Sustentável.....	131
Tabela 4: Classificação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável.	132
Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Região do Contestado	134
Tabela 6: IDHM dos Municípios da Região do Contestado - IDHM do menor para o maior valor, GINI e Índice de Pobreza.....	138

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: REGIÃO DO CONTESTADO, DO SERTÃO INCULTO AO TERRITÓRIO DA FOME.....	21
1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: EM BUSCA DA FOME NO CONTESTADO.....	32
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: CAMINHANDO SOBRE CORPOS ESCANZELADOS.....	33
2. A FOME E A POBREZA NO TERRITÓRIO-REGIÃO DO CONTESTADO.....	45
2.1 AS FOMES DE COMIDA E AS INVISÍVEIS	46
2.2 A POBREZA UM CONCEITO PLURIDIMENSIONAL: A POBREZA URBANA E A POBREZA RURAL NA REGIÃO DO CONTESTADO.....	62
2.3 O TERRITÓRIO E A REGIÃO NUMA REDE DE PEQUENAS CIDADES	76
3. CONTESTADO, A REGIÃO DA GUERRA, DA FOME EM UM CENÁRIO DE POBREZA	106
3.1 CONTESTADO EM GUERRA: ESTOPINS DE UM MASSACRE	107
3.2 UMA NOVA EUROPA NOS CÉUS DA AMÉRICA: DO TERRITÓRIO CABOCLO AO TERRITÓRIO CATARINENSE SEM TERRA E SEM COMIDA.....	110
3.3 DA MADEIRA À MADEIRA: UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SECULAR – O CAPITAL GERADOR DA FOME.....	116
4. LUGARES ESQUECIDOS: POBREZA, A HUMANIDADE AMEAÇADA DO/NO CONTESTADO	123
4.1 GÊNESE DA FORMAÇÃO URBANO-RURAL DA REGIÃO DO CONTESTADO.....	125
4.2 TRÊS BARRAS E BELA VISTA DO TOLDO – AS CONTRADIÇÕES DA FOME E DA POBREZA NUM MAR DE CIDADES DO CONTESTADO.....	157
4.3 A DOR DOS QUE SENTEM FOME NO CONTESTADO.....	168
CONCLUSÃO – A GUERRA SEGUE, COM FOME DE QUÊ?.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A GUERRA SEGUE, VIVEMOS! LUTEMOS!	200

REFERÊNCIAS	206
--------------------------	------------

APÊNDICE 01	221
--------------------------	------------

Figura 1: Aquarela: “Dor e esperança”.



Fonte: Schüller (2014).

A geografia de hoje é apenas uma ciência de monumentos e grandezas do homem, mas também dos seus fracassos e de suas misérias. Os quadros que ela apresenta do mundo atual evidenciam tanto os grandes relevos como as grandes depressões. Tanto os traços luminosos como os traços tragicamente negros com que se configura na verdade a fisionomia da terra, com os seus formigueiros humanos.
(Josué de Castro em *O livro negro da fome* (1966 p. 5).

1. INTRODUÇÃO: REGIÃO DO CONTESTADO, DO SERTÃO INCULTO AO TERRITÓRIO DA FOME

*“A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia”
(Josué de Castro em Geopolítica da fome, 1961 p. 45)*

Discutir o problema da fome na geografia, já não é um assunto tão recente, pois desde meados do século XX esse tema foi discutido por Josué de Castro, um dos maiores estudiosos sobre o tema, que se tornou referência nesta discussão. A fome é um fenômeno essencialmente geográfico, pois como bem coloca Josué de Castro (2001), a fome é universal e nenhum continente escapa a sua ação nefasta.

O Objetivo desta tese é compreender a fome e a pobreza existentes na Região do Contestado, buscando avaliar se a mesma é uma herança da Guerra do Contestado ou apenas fruto de questões sociais, políticas, econômicas e, mesmo, culturais regionais.

Esta tese, por meio de estudos geográficos decorrentes da produção e transformação do espaço urbano regional, é resultante de uma pesquisa teórica e empírica da fome e da pobreza, além das abordagens socioespaciais¹ da Região do Contestado Catarinense. A escolha do tema se deu pelo interesse de compreender a fome e a pobreza presentes na região em estudo, depois de diversos estudos realizados ainda no decorrer do mestrado, juntamente com as experiências vividas in loco, bem como a relevância do tema para a região e a Geografia.

A presente pesquisa faz, secundariamente, uma análise socioespacial da Região do Contestado, buscando compreender os baixos índices sociais que marcam os municípios regionais desde a Guerra do Contestado até o momento atual (1912/16 e 2012/16) e seus reflexos sobre a qualidade de vida do cidadão no território em questão, ou seja, visa demonstrar ser esta uma região caracterizada pela fome e a pobreza e dar resposta ao objetivo central do trabalho em tela.

Esta pesquisa descreve os elementos que acarretaram no desenrolar da Guerra do Contestado em território compreendido entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Apresenta as relações sociopolíticas que desencadearam na guerra e nas suas manifestações sobre o espaço geográfico regional. Dimensionando as

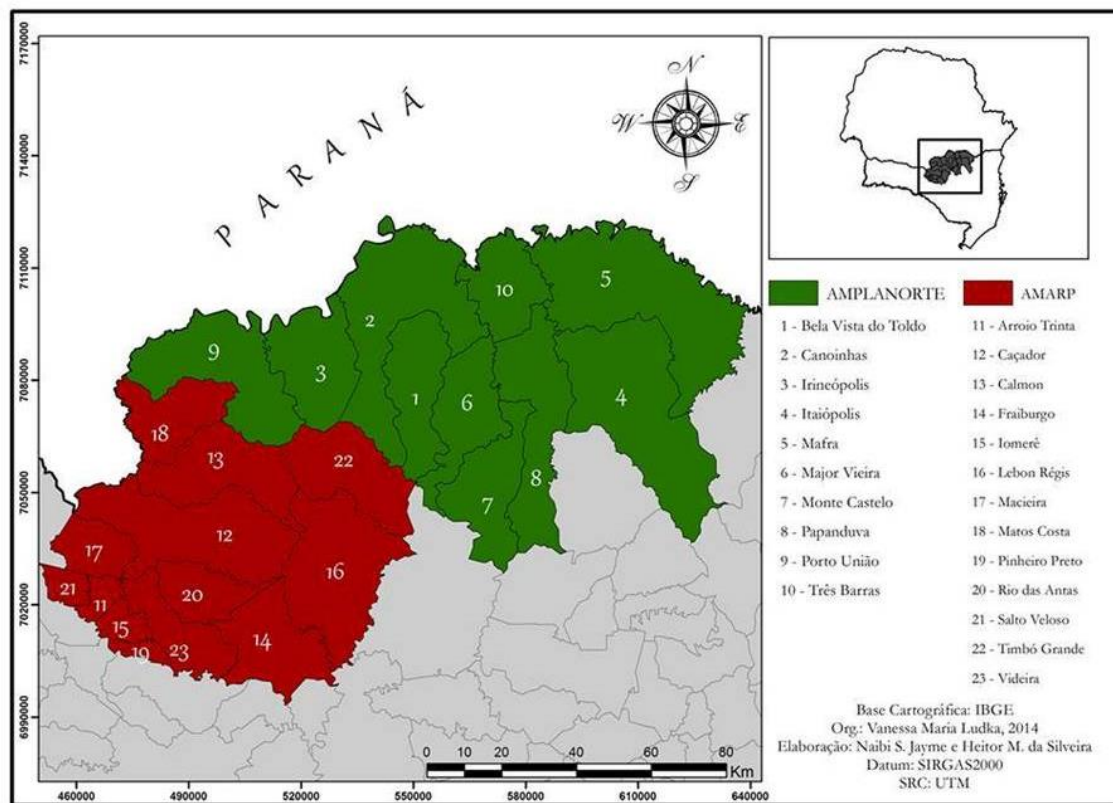
¹ [...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (SOUZA, 2009, p. 24-25).

consequências às comunidades que viviam na região em questão, como centro do poder de tomada de decisões e as influências deste poder, com a implantação da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, a implantação da Cia. Lumber e do processo de colonização das terras em questão. Apresenta a estrutura da formação sócio-espacial da região em questão, no contexto dos resultados da pesquisa preterida, dando um panorama geográfico regional do Contestado.

O Mapa 1 representa a localização da área territorial político-jurídica em questão, ou seja, a região em estudo. Para formar e designar como Região do Contestado, optou-se por estudar duas associações de municípios² que compõem as seguintes microrregiões catarinenses: a AMPLANORTE e AMARP – a estas duas se dá, nesta tese, o nome de Região do Contestado, por serem mais do que representativas no contexto das análises desta pesquisa. A AMPLANORTE é a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; a mesma é composta pelos seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. Já a AMARP é Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, que é composta pelos consecutivos municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira.

² O Estado de Santa Catarina, para coordenar, ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, dividiu o estado em microrregiões, criando assim as associações de municípios, hoje em número de 21. As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidade jurídica de direito privado, reconhecidas de utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Sua receita provém da contribuição dos municípios filiados. Com isso o Estado busca o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando o Desenvolvimento Regional Integrado de cada Região, observando as deficiências e explorando suas potencialidades.

Mapa 1: Região do Contestado: Associações de municípios: AMPLANORTE e AMARP



Fonte: Ludka (2014) Adaptado de Base Cartográfica do IBGE (2014).

A delimitação da área de estudo se deu na escolha dessas duas associações pelo motivo de que lá ocorreram as principais batalhas da Guerra do Contestado para abrir e entregar aquele espaço geográfico para o capital estrangeiro e a imigração/colonização estrangeira, que se encontrava em posse dos caboclos fazia aproximadamente dois séculos. Há que se mencionar que tal região possui cinco municípios polos regionais, a saber: Mafra, Canoinhas, Porto União, Caçador e Videira, estas cercadas por municípios com baixos índices socioeconômicos, IDH baixo e alto índice de pobreza. Para tanto, nesta pesquisa, se utiliza o termo Região do Contestado para delimitar a(s) região(s) de estudo desta tese, ou seja, dos municípios que compõem a AMPLANORTE e a AMARP que se caracterizam como Região do Contestado, tendo em vista o papel de importância regional dessa região geográfica no decorrer da guerra ocorrida entre 1912 e 1916.

Para uma investigação mais profunda e que foram referência analítica regional, foram escolhidos dois municípios que compõem essa região, e um que se destaca por apresentar alto índice de pobreza urbana é o caso de Três Barras e

outro, por apresentar alto índice de pobreza rural, é o caso de Bela Vista do Toldo. A Região do Contestado constitui-se de pequenas cidades, caracterizadas como uma região com sérios problemas no âmbito das questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Os conflitos territoriais presentes desde o Brasil Colônia até os dias atuais deixaram marcas profundas na região, conflitos esses que foram responsáveis pela formação de territórios e de relações de poder vigentes, que ainda trazem muito do período coronelista dos séculos XIX e XX, uma herança do processo de formação socioespacial brasileiro.

A tese em questão, numa relação espaço e tempo, trabalha com um século inteiro, que foi o século XX e parte do século XXI, marcante na inserção do capitalismo madeireiro na região objeto desta pesquisa, que, seguindo a lógica do capitalismo monopolista gerou o índice de pobreza em que a maioria dos municípios da então Região do Contestado se encontram. Em conformidade com os índices de pobreza, os municípios da região variam entre 20% a 44% (IBGE, 2003), da população urbano-rural na pobreza, transformando o século XX, no século da pobreza do/no Contestado. Há que se considerar a falta de índices e dados regionais e, até mesmo estaduais, do século XIX, porém, esse século foi profundamente marcante no território do Contestado, sendo a antítese do século XX, pois, a fome e a pobreza não eram perceptíveis na medida em que aquela sociedade, tanto os coronéis latifundiários como os caboclos que viviam nos fundos das suas propriedades, não vivenciavam a carência da comida, pois essa era extraída do próprio socioambiente local/regional – no intercalamento entre a floresta de araucárias com os campos, associados à erva mate, à criação de gado vacum, muares, porcos, pequenas roças, etc.

Para se introduzir um breve panorama socioeconômico regional ao leitor, se apresenta a tabela 1 com dados iniciais e problematizadores capturados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, desenvolvido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Nesta pesquisa, além destes dados trabalham-se também com dados do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) onde são utilizados dados do Programa Bolsa Família, e dados da extrema pobreza e outros dados fornecidos pelo SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) secretaria ligada diretamente ao MDS; os dados não são compatíveis, mas todos demonstram haver fome e pobreza na região do Contestado, e grifou-se

em vermelho os municípios referência de análise regional, no caso, Bela Vista do Toldo e Três Barras.

Tabela 1: dados renda per capita, porcentagem extremamente pobres, porcentagem de pobre e índice de Gini da região do Contestado

	Renda per capita (R\$)			% extremamente pobres			% de pobres			Índice de Gini		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Arroio Trinta	294,77	493,08	1.029,14	12,73	1,60	0,42	33,51	10,58	0,76	0,49	0,46	0,45
Bela Vista do Toldo	157,62	231,98	389,28	25,43	14,23	11,67	67,15	46,69	20,14	0,47	0,47	0,46
Caçador	383,13	542,59	744,28	7,52	3,34	1,60	26,35	17,01	6,93	0,53	0,54	0,48
Calmon	167,62	196,51	373,86	31,23	20,45	2,75	57,62	53,13	18,69	0,58	0,47	0,42
Canoinhas	289,10	500,86	692,87	14,51	8,09	2,43	44,31	26,00	8,63	0,55	0,60	0,49
Fraiburgo	383,19	506,48	673,84	4,76	4,04	3,00	21,98	19,64	9,14	0,49	0,56	0,48
Iomerê	455,56	725,87	873,90	1,78	-	0,30	15,29	7,32	0,98	0,43	0,48	0,33
Irineópolis	207,97	415,38	708,34	22,71	9,45	2,60	49,36	30,44	10,69	0,49	0,55	0,54
Itaiópolis	216,16	307,47	625,36	23,70	13,12	3,88	51,83	31,26	11,82	0,53	0,48	0,49
Lebon Régis	226,50	304,53	409,05	17,61	15,63	5,76	43,21	41,80	19,27	0,47	0,56	0,45
Macieira	145,45	556,96	533,90	32,51	26,59	1,93	67,29	39,78	6,53	0,42	0,74	0,39
Mafra	315,41	486,44	789,53	10,88	5,55	1,46	30,84	16,45	5,40	0,49	0,49	0,49
Major Vieira	207,81	410,13	465,76	23,16	20,51	7,17	59,23	36,56	17,28	0,53	0,66	0,46
Matos Costa	228,43	337,46	402,83	22,18	15,41	7,11	48,02	38,16	19,28	0,52	0,60	0,45
Monte Castelo	197,21	349,01	432,84	27,75	13,97	5,22	59,44	35,94	15,25	0,54	0,56	0,44
Papanduva	226,05	324,29	589,35	18,29	13,16	3,58	49,65	32,19	10,80	0,51	0,51	0,47
Pinheiro Preto	484,11	418,49	917,64	9,08	4,78	0,16	19,61	17,85	2,28	0,57	0,43	0,45
Porto União	367,81	580,98	864,41	10,10	3,92	1,05	30,88	18,73	6,26	0,55	0,56	0,53
Rio das Antas	313,81	443,35	737,53	16,35	4,27	1,45	40,68	17,42	5,21	0,58	0,47	0,44
Salto Veloso	257,22	656,81	1.011,21	13,71	4,42	1,01	39,75	13,23	5,36	0,43	0,55	0,55
Timbó Grande	218,72	233,71	412,31	39,44	20,28	7,41	67,14	44,02	17,76	0,68	0,52	0,47
Três Barras	230,68	417,61	539,69	20,01	13,91	2,59	53,78	33,13	12,49	0,53	0,60	0,47
Videira	496,87	649,25	978,07	5,09	1,59	0,35	17,86	10,78	1,76	0,52	0,52	0,47

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2016.

No contexto desses levantamentos e reflexões trazidos até aqui, há ainda, que se considerar o entendimento do processo de ocupação humana na região e os reflexos da guerra civil sobre a mesma, além das relações capitalistas e os desdobramentos políticos envolvendo os interesses da elite latifundiária no jogo social de múltiplos e complexos interesses com (sobre) os camponeses e seu território.

São diversos os entraves ao desenvolvimento regional os índices de pobreza registrados na região, assim como a fome que se encontra em todos os municípios; outro seria a concentração de renda, da terra e a falta de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional da Região do Contestado. Região essa de pequenas propriedades rurais e latifúndios, sem uma diversificação da produção, voltadas à produção concentrada de tabaco, produção intensiva de aves e suínos e o plantio de pinus e eucalipto.

Segundo Nossa e Junior (2012, s/p), a região é uma ilha da pobreza:

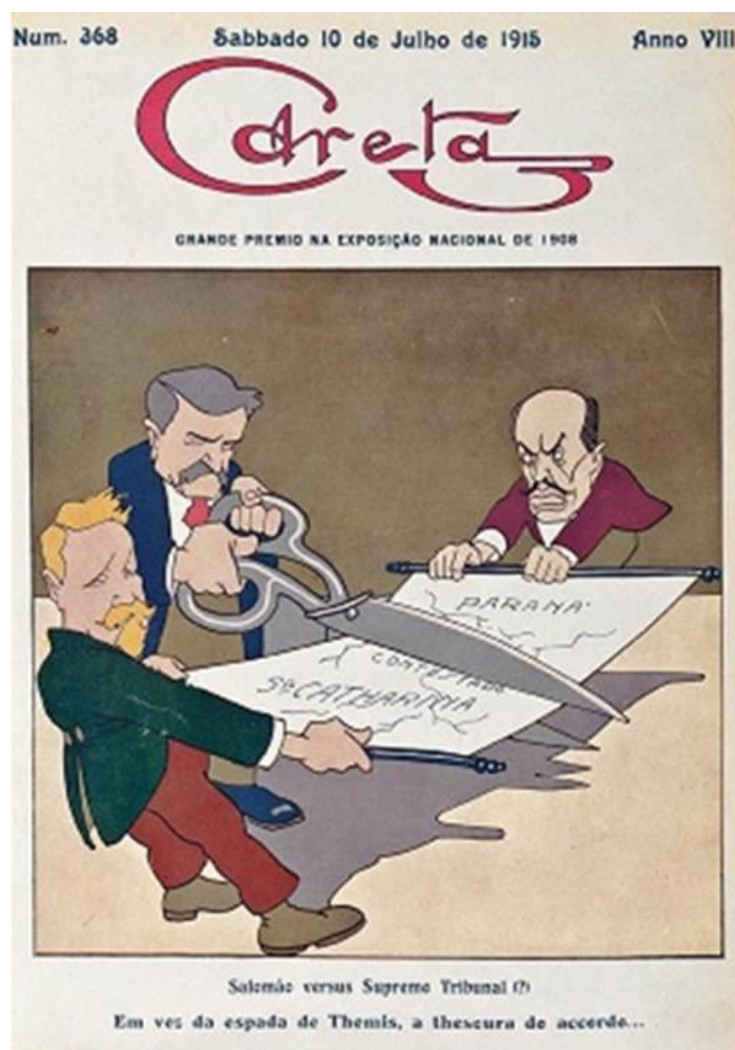
pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano nas grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano.

Para tanto, procede-se a recuperação de informações atinentes a que a referida guerra representou sobre esses municípios que compõem a Região do Contestado, numa leitura atinente à sua formação sócio-espacial no período citado e o próprio crescimento urbano – ou seja, o êxodo rural na escala regional. Tais fatos serão evidenciados pelos elementos propostos para as reflexões acerca de uma abordagem histórica sobre os acontecimentos dos séculos XX e XXI.

Para ilustrar a discussão acerca do retrato da fome e da pobreza na Região do Contestado apresentam-se uma charge (Figura 2) publicada pela Revista Careta, em 10 de julho de 1915, do Rio de Janeiro, e outra charge (Figura 3) publicada pelo Jornal Correio do Norte, no dia 26 de outubro de 2012, este do município de Canoinhas. Em ambas as charges, estão o Presidente Wenceslau Braz e os governadores do estado do Paraná, Carlos Cavalcanti e Felipe Schmidt do estado de Santa Catarina, dividindo o território em litígio. Na primeira charge, pode-se perceber claramente que ambos os governantes disputam para ficar com maior

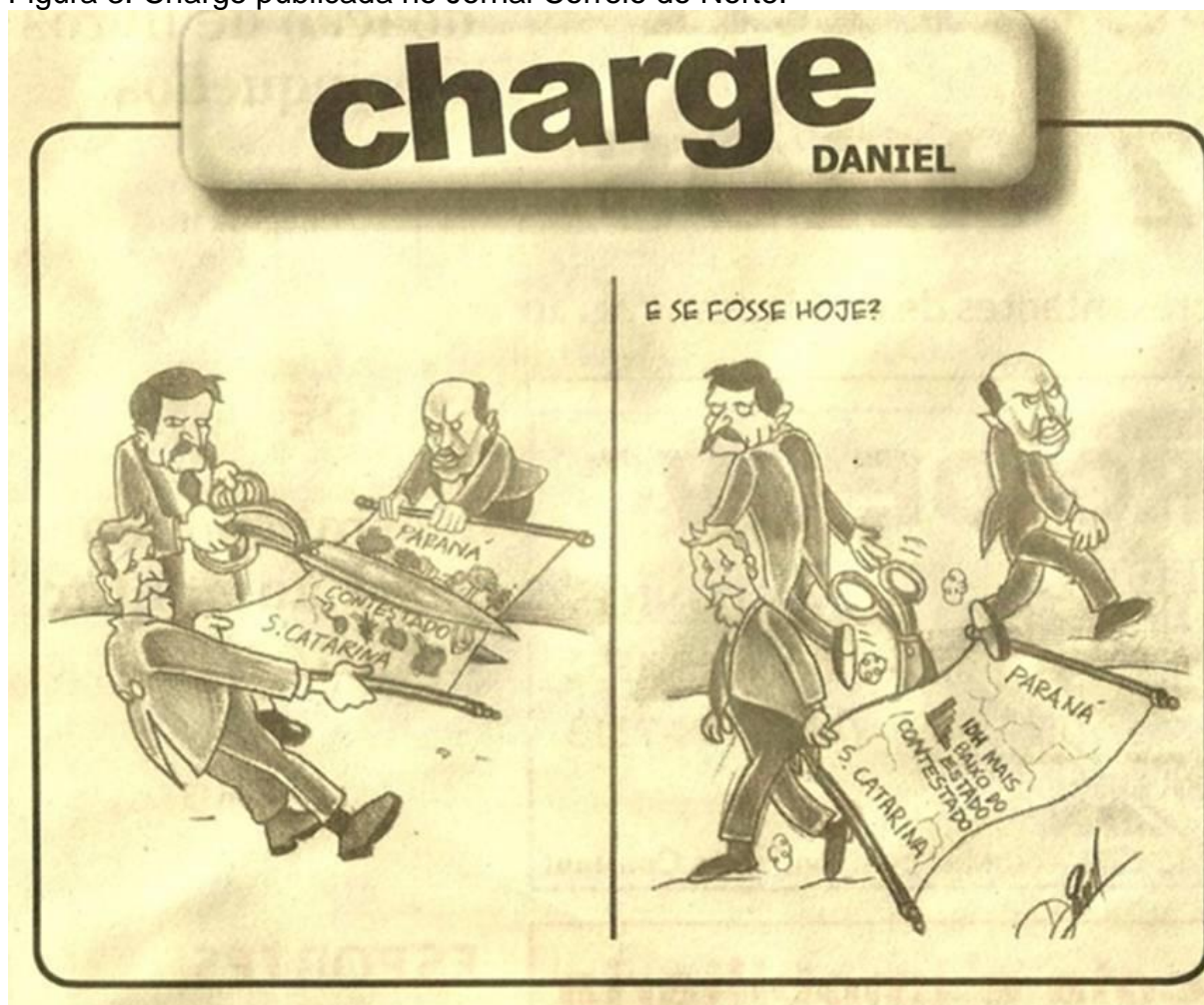
parte do território outrora contestado. Hoje, tal fato mostraria outra realidade sobre os interesses pela região, representada pela charge publicada pelo Jornal Correio do Norte, quando a região apresenta altos índices da fome e da pobreza e outros problemas infraestruturais, demonstrando que, atualmente, os governantes dos estados de Santa Catarina e do Paraná não disputariam com tanta intensidade esse território, mas, também não abrem mão dos mesmos, isso político-juridicamente, afinal os territórios são reconhecidos, também, por questões socioculturais seculares.

Figura 2: Charge publicada na revista Cretas, no ano 1915, de referente à Guerra do Contestado.



Fonte: SANTA CATARINA (2002, p. 143).

Figura 3: Charge publicada no Jornal Correio do Norte.



Fonte: Jornal Correio do Norte, 23 de outubro de 2012.

As questões socioeconômicas da Região do Contestado são tão complexas que, em 27 de fevereiro de 2000, o Jornal Gazeta do Povo publicou, na página 13, uma reportagem de Victor Folquening, intitulada “Cidades do Norte Catarinense querem ser anexadas ao Paraná”; as queixas são voltadas à distância da capital catarinense Florianópolis e ao descontentamento com a situação econômica e política da Região, à época, a Região ganhou um apelido de *Corredor da Fome*; a seguir, a reportagem na íntegra, pois demonstra parte da problemática da região em tela:

No Norte de Santa Catarina, poucas as cidades escapam da ligação partidária com o governo estadual. A grande maioria dos prefeitos pertence ou apoia o PPB, partido do governador Esperidião Amin. No Planalto Norte, por exemplo, só Monte Castelo está nas mãos do PMDB, oposição declarada ao governo estadual. Mesmo assim, o descontentamento com a situação econômica e política traz de volta o debate sobre a divisão territorial entre Paraná e Santa Catarina. “Devíamos ter perdido a Guerra do

Contestado”, diz Vilmar Bueno, assessor da prefeitura pepebista de Papanduva. “Assim hoje pertenceríamos oficialmente ao Paraná”. Extra-oficialmente, Papanduva e seus vizinhos têm muitos motivos para se sentirem “paranaenses”. Na prática, nosso estado é o Paraná. Para tudo, de compra de peças a serviços ao setor de Saúde, procuramos Curitiba”, resume o prefeito Mauri Gren (PPB). Bueno aponta o exemplo da avicultura: “Cerca de 260 granjeiros dependem de uma empresa da Lapa (PR).” “Se tivesse brecha, seríamos os primeiros a correr para o Paraná”, garante Edilson Lisboa, prefeito de Monte Castelo, cidade que destina 80% da receita à folha de pagamento. “Temos uma previsão de contar com R\$ 128 mil no próximo mês, mas nossos fastos chegam a R\$ 137 mil.” Com apenas um deputado para representar 13 municípios, a região já ganhou o apelido de “Corredor da Fome”. Os problemas incluem também a distância da capital Florianópolis e as más condições de muitas vias. Papanduva, por exemplo, espera a pavimentação de uma estrada para Blumenau há 20 anos (FOLQUENING, 2000, p. 13).

Tal matéria, em princípio, apenas demonstra interesses econômicos e também políticos, pois na porção Nordeste do Rio Grande do Sul, os municípios fizeram tal movimento para ser anexados à Santa Catarina nos anos noventa.

No dia 26 de novembro de 2012 o jornal Diário Catarinense publicou um encarte especial sobre a economia de Santa Catarina; neste dia enfocando a região Norte – primeiramente há que se mencionar que Santa Catarina não possui oficialmente uma região geográfica denominada de Norte, apenas a Região Nordeste catarinense, que englobaria aquilo que poderia ser a dita região Norte no jornal em questão. A reportagem tem como título “Motor Industrial do PIB do Estado: a região que concentra os maiores investimentos”, o que chama atenção nesse encarte são os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul, pertencerem à dita região Norte e carregando consigo uma região que é apelidada de “Corredor da Fome”, no caso, o Planalto Norte catarinense que, com isso, ganharia dois municípios para elevar as estatísticas econômicas regionais – algo contraditório, mais do que na própria divisão regional estadual.

A reportagem já inicia destacando ambas os municípios como destaque na produção estadual e até mesmo nacional, para não destacar o que realmente é essa dita região Norte e, para mencionar algo sobre a porção pobre ou menos desenvolvida, publicam, no mesmo encarte, uma reportagem sobre a produção agrícola, onde intitulam “De região mais pobre do estado à segunda maior produtora agrícola”.

Depois do Oeste, O Planalto Norte é a segunda região em produção agrícola do Estado. Cresce combinando a força dos pequenos agricultores de erva-mate aos grandes produtores de grãos, que investem em alta tecnologia para bater recordes de produtividade (DIÁRIO CATARINENSE, 26 DE NOVEMBRO DE 2012, p. 11).

Logo se percebe que colocar os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul como região Norte é uma forma de camuflar dados reais sobre as condições socioeconômicas regionais, principalmente para manter a tese de que Santa Catarina é um estado desenvolvido, cujos problemas sociais como a pobreza e a fome seriam imperceptíveis. Faltam dados para comprovar esse segundo lugar de produção agrícola regional catarinense, pois desconsidera a produção do Vale do Itajaí e do Sul Catarinense, com segundo maiores produtores de arroz, tabaco e outros produtos agrícolas. Em suma, a reportagem ajuda, de fato, a enrustir as realidades regionais estaduais, sobremaneira a fome.

Até meados do século passado (XX), a fome era como um tabu: o silêncio cobria os túmulos, o massacre era fatal. Como a peste na Idade Média, a fome era considerada como um flagelo insuperável, de tal natureza que a vontade humana, diante dela, nada podia fazer (CASTRO, 1961). No ano de 1951, Josué de Castro dedicava todo um capítulo do livro, Geopolítica da Fome, a esse denominado “tabu da fome”, onde, segundo ele “é, pois, a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar a realidade”, as pessoas sentem-se tão envergonhadas de saber que uma grande parte de seus semelhantes morrem por falta de alimento que ocultam o escândalo com um espesso silêncio. Esta vergonha é compartilhada pelos governantes e pela maioria de nós como afirma o autor (1961, p. 47).

Em Santa Catarina isso não é diferente, e no dia 21 de junho de 2015, O jornal Diário Catarinense publicou uma reportagem em encarte especial intitulada “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, onde uma equipe de reportagem passou dois anos e sete meses (quatro estações), acompanhando uma família no município de Timbó Grande, que faz parte da área de estudo desta pesquisa, família essa que se encaixa na estatística de extrema pobreza. A reportagem tomou tamanha repercussão que, no dia 23 de junho de 2015, o Governo Catarinense respondeu a reportagem dizendo que faria um diagnóstico detalhado e traçaria ações para erradicar a pobreza extrema no estado. A voz do Estado para essa reportagem se deu por meio da então Secretária Estadual de Assistência Social Trabalho e Habitação: “Queremos saber quem é, por que chegou nesta condição, onde ele está e quais ações do governo são necessárias fazer para que ele supere essa

condição”; aí fica o questionamento: os 102 mil catarinenses, mencionados na reportagem, que vivem na extrema pobreza são invisíveis?

É neste contexto, o dessas invisibilidades da fome, que esta pesquisa buscou compreender e romper o tabu e o silêncio da fome e da pobreza na Região do Contestado vividos a, pelo menos, um século no Contestado.

1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: EM BUSCA DA FOME NO CONTESTADO

Buscando compreender a complexidade da fome e da pobreza na Região do Contestado, alguns questionamentos necessitam ser realizados. Como entender a fome e a pobreza na Região do Contestado, a qual apresenta “um retrato regional” revelando que, tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, pois significativa parte da população vive na extrema pobreza e depende de políticas federais, estaduais e municipais, para sobreviver? Quem são os pobres da Região do Contestado, os que descendem do caboclo originário daquela terra ou os que descendem de grupos europeus que chegam depois? Ou de ambos os moradores na atualidade, independente do grupo a que pertenceram no passado? Qual a realidade vivida pelas famílias da Região do Contestado que integram o índice de pobres e extremamente pobres e que são atendidos pelo Programa Bolsa Família? A fome e a pobreza na Região do Contestado teriam origem no desenrolar da Guerra do Contestado ou estariam associadas à concentração histórica da riqueza nas mãos de pequenos grupos e de famílias influentes, como os coronéis da terra do passado e empresários da indústria madeireira e ervateira dos municípios que compõem essa região geográfica na atualidade?

Para então analisar a fome e a pobreza da Região do Contestado, levantam-se algumas hipóteses que permitiram refletir aquele espaço geográfico na atualidade. Estaria a região da Guerra do Contestado predestinada ao subdesenvolvimento imposto pela entrada do Capital do início do século XX; como entender que a elite industrial catarinense incluía a região subdesenvolvida do Contestado como parte de uma pretensa região Norte como motor industrial do PIB

do Estado, e o que se esconde por trás de tal regionalização econômica construída pelos meios de comunicação estadual? 100 anos depois da Guerra do Contestado, as políticas públicas catarinenses não conseguiram incorporar socioeconomicamente a Região do Contestado, a relação território-rede marcada pelo distanciamento de uma capital e a proximidade de outra explicaria “o abandono” infraestruturalmente regional?

Desta forma, dentro de tais questionamentos, há três séculos territoriais, econômicos e sociais na Região do Contestado, um cuja fome e pobreza não eram índices econômicos e as pessoas viviam no seu “mundo livre”³, produzindo na terra e estando integrados à economia sulista daquela época; mas há um século inteiro, cujos índices, impostos pela sociedade capitalista de dados, são mantidos decrescentes, no caso o século XX, que formou socioespacialmente a região de pesquisa na atualidade e, por fim, um século curto, o XXI, cuja fome e a pobreza perpetuam-se, em detrimento a todas as políticas socioeconômicas de uma federação que vem rompendo a fome e pobreza, por meio de políticas públicas que parecem não produzir efetivos resultados na Região do Contestado.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: CAMINHANDO SOBRE CORPOS ESCANZELADOS

Com o objetivo, no caso aqui secundário, de se compreender quem são as pessoas e porque passam fome na Região do Contestado, e diante da necessidade de se embasar este estudo histórico-geograficamente, estabeleceu-se como recorte temporal, desde a Guerra do Contestado até o momento atual (1912/16 e 2012/16), além de seus reflexos sobre a qualidade de vida no(s) território(s) em questão. Para tanto, apoia-se no materialismo histórico. O qual se oferece como alternativa à compreensão da história e para a elaboração do conhecimento. O materialismo histórico é um marco teórico que visa explicar as mudanças e o desenvolvimento da história, utilizando-se de fatores práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção. Na perspectiva do materialismo histórico, as mudanças tecnológicas e do

³ Nesse “**mundo livre**”, autônomo, distante e isolado de um país em plena formação, viviam em certa paz. Até que ao findar o século XIX o capitalismo avança sobre os sertões e rincões: florestas são rasgadas pela modernidade, trens são instalados no caminho das tropas, a floresta começa desabar para abastecer mercados externos, modernas fábricas ocupam espaços de singelas madeireiras, e suas terras de posse passam a ter valor de mercado e delas são expulsos (FRAGA, 2006, p. 213).

modo de produção são os dois fatores principais de mudança social, política e jurídica.

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata (ENGELS, 1981, p. 54).

Para o entendimento da fome na Região do Contestado, o materialismo histórico é o que melhor condiz, numa sociedade dividida em classes, cujo principal critério de divisão centra-se na propriedade privada dos meios de produção e na quantidade de capital que cada indivíduo é possuidor. Assim, para que se possa compreender melhor o fenômeno da fome, seu processo de produção histórico-espacial deve ser analisado a partir da formação econômica da sociedade; deste modo, a opção metodológica aqui assumida é o de se trabalhar o temário geográfico da fome à luz do materialismo histórico.

De acordo com Marx (1974, p.17), “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo os cérebros dos vivos”. Diante disso, reconhece-se, assim como Marx, o poder dos agentes sociais para construir e reconstruir seu mundo, sua realidade social. Embora tal poder deva ser entendido nos termos das suas circunstâncias históricas e sociais específicas, como a realidade da Região do Contestado, uma população, que vivia em um mundo livre, depara-se com uma guerra, é expulso de suas terras, sofre com a fome conjuntural, mas ergue-se para continuar lutando e enfrentando as dificuldades de uma área devastada pela construção de uma ferrovia São Paulo-Rio Grande e, na sequência, a Cia. Lumber e, posteriormente, com numerosas indústrias madeireiras regionais, até a (re)entrada do grande Capital industrial da madeira de plantation, com a Rigesa e a Mili, por exemplo.

Analisando a atual conjuntura da Região do Contestado, os altos números de pessoas na pobreza, e a presença dos monocultivos agrícolas como o plantio de

tabaco, pinus e álamo, criando assim uma dependência econômica, reflete-se, a partir das palavras de Marx (1996), quando o mesmo diz que o homem faz história, mas sob determinadas condições históricas. Neste sentido, o materialismo histórico dá uma definição do que seja liberdade muito mais avançada do que aquela encontrada pelos existencialistas: para este liberdade é a consciência da necessidade. Ou seja, os processos histórico-sociais levam a situações em que mudanças são necessárias, ou seja, criam situações, pela dinâmica ser/não-ser, que trazem possibilidades de outras realidades. Assim, o entendimento e consciência desta dinâmica, desta necessidade, pode levar grupos sociais, dentro dos limites históricos possíveis, a forçar e conseguir ou não alterações da realidade social.

Para Marx (2008, p. 47), o homem faz sua história a partir de relações sociais que lhe são independentes, uma vez que esse “fazer história” depende de como está organizada a produção da vida, ou seja, como está organizado o modo de produção, e no caso da Região do Contestado o modo de produção resume-se a empresas ligadas a beneficiamentos da madeira e seus derivados, bem como empresas ligadas ao plantio do tabaco; ambas exportam as riquezas produzidas, explorando a mão de obra regional, bem como os recursos naturais, podendo-se, nesse século XXI, citar, também, a entrada da avicultura e seus ditos parceiros integrados.

Um aspecto básico e central para entender o método Materialista Histórico, é a partir da maneira como o homem satisfaz a sua primeira necessidade, ou seja, manter-se vivo, com que Marx procura entender as demais relações existentes na sociedade. É nesse sentido que a esfera econômica tem uma importância central no método materialista histórico, pois as demais dimensões da vida humana como a política, a arte, a educação etc, são decorrências de como o trabalho de produzir a vida está organizado, e essa organização na Região do Contestado será discutida no decorrer desta tese.

Além do materialismo histórico, apoiou-se nas obras de Josué de Castro, cientista social referência no estudo da fome. Para Castro (2001 p. 34), o único método, para estudar o fenômeno da fome em sua realidade total, ao seu ver, permite compreender o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a numerosas outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se

corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blanche, Griffith Taylor e tantos outros.

De acordo com Castro (1937, p. 25-26)

Só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina a saber ver os fenômenos que passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a localização, extensão, coordenação e causalidade, - pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho.

Josué de Castro destacar-se-á pelo rompimento com o silêncio em torno da fome e com os paradigmas que a explicavam como um fenômeno natural. Ele vai apontar este espectro e a miséria que assolam o país como consequência das estruturas sociais defeituosas historicamente herdadas e, nesse sentido, irá instituir uma nova forma de analisar estes fenômenos.

Além de Josué de Castro, utiliza-se o teórico Jean Ziegler; para o autor, dentre todos os direitos humanos, a alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta. Para ele, “a fome assemelha-se ao crime organizado” (ZIEGLER, 2013 p. 31). Jean Ziegler ajudará a compreender a fome conjuntural e a fome estrutural, e ambas podem ser aplicadas à região de estudo.

Visando atingir o objetivo proposto, e confirmar ou refutar as hipóteses levantadas, foram realizados levantamentos de documentação indireta, que constituíram no estágio inicial da pesquisa (revisão bibliográfica sobre o tema e a área de estudo), que ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos em órgão estatais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e do Paraná, Federação Catarinense dos Municípios, Secretarias de Desenvolvimento Estaduais e Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), acervos e arquivos públicos estabelecidos na área da pesquisa, etc.

No que tange à análise sócio-espacial atual, foram utilizadas algumas fontes como o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Santa Catarina – IDMS⁴, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados do Ministério do

⁴ O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) é uma das ferramentas do Sistema de Indicadores, que tem como objetivo avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, esta ferramenta busca auxiliar os agentes públicos a se situar em relação a

Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação - SAGI e levantamentos nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de cada município pertencente à Região do Contestado.

Para análises do século XIX até os anos oitenta do século XX, utilizam-se autores catarinenses que, dentro das possibilidades, fazem um quadro sócio-espacial do estado de Santa Catarina, mas se faz importante destacar que os dados da Região do Contestado, do período mencionado, são muito frágeis e escassos⁵.

Formulou-se a contextualização histórica da ocupação e localização do espaço geográfico e fatores relevantes para o entendimento da guerra civil, por meio de levantamentos em bibliotecas públicas e em acervos dos arquivos públicos de Curitiba e Florianópolis, além dos arquivos dos municípios da Região do Contestado, com envolvimento direto no conflito, sobretudo nos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, da Universidade do Contestado – UnC, da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e outros órgãos estatais, além de jornais de circulação estaduais e regionais e na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e do Paraná.

Foram realizadas entrevistas focalizadas com questionário semi-estruturados. A entrevista focalizada aborda um tema específico, nesta tese, a fome e a pobreza. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada. Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas, para tanto, buscou-se nos entrevistados essa vivência direcionada à experiência vivida na fome e a pobreza. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica; nestes casos, o entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto (GIL, 2008).

um cenário futuro desejável e a definir prioridades locais visando à conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social (FIRJAN, 2014).

⁵ Para a construção do perfil socioeconômico da região neste período apoiar-se-á em SANTA CATARINA. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960). Florianópolis: CEAG, 1980. GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. LAGO, Paulo Fernando. **A terra – O homem e a economia**. Santa Catarina, 1968.

Para uma melhor compreensão da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX e que foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense (regiões oficiais para o IBGE e os estados em questão), apoia-se geograficamente em Fraga (2005, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012), onde, para o autor, a guerra em questão se caracteriza como uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca e ainda pelo fato de a Guerra do Contestado ser pouco tratada/estudada pela a Geografia.

Diante da amplitude da Região do Contestado, foram selecionados dois municípios como referência para compreensão da fome e da pobreza urbana e rural na Região do Contestado. Para analisar primeiramente a gênese da formação urbano-rural, bem como o desenvolvimento desigual destes municípios, apoiou-se em Milton Santos, quando discute os circuitos superiores e inferiores.

A Teoria dos Circuitos Econômicos foi formulada pelo pesquisador Milton Santos, e está baseada nas relações econômicas entre agentes econômicos que se apropriam diferencialmente da tecnologia, informação e políticas organizacionais de distribuição de determinado local. Atualmente, existem dois tipos de circuitos econômicos: O Circuito Superior e o Circuito Inferior; ambos foram discutidos na pesquisa, pois tais círculos são presentes regionalmente.

Para Milton Santos (2008), a economia urbana é formada por um circuito superior, incluindo uma porção marginal, e um circuito inferior, que não podem ser vistos de forma dissociada, sendo que “[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior estão baseadas nas diferenças de tecnologia e de organização” (SANTOS, 2008, p. 44). Para analisá-los, precisam ser observadas as disponibilidades de capital (como tecnologia) para a realização de atividades e enquanto o circuito superior é marcado por uma tecnologia “capital intensivo”, o circuito inferior apresenta uma tecnologia “trabalho intensivo” – e o acesso ao crédito. Como resultado da combinação dessas variáveis, encontram-se os empregos oferecidos e, por conseguinte, os preços estabelecidos e os lucros alcançados pelos diferentes circuitos da economia urbana.

O circuito superior está estruturado numa lógica capitalista e tem como uma de suas principais características a tecnologia avançada, com abrangência de atividades em nível nacional e internacional. O circuito inferior, por sua vez, tem

como principal objetivo o serviço à população pobre do seu entorno, da cidade e talvez, mas não na maioria dos casos, da região (SANTOS, 2009).

No que concerne à questão da rede de hierarquias urbanas, envolvendo a Região do Contestado, sobretudo numa rede de lugares de distribuição de varejo, trabalhou-se à luz da Teoria das Localidades Centrais, formulada por Chistaller (1933),⁶ que foi amplamente difundido nos meios geográficos (análises), nos anos 60 e 70, do século XX. A recuperação desta teoria é importante à medida que possibilita o entendimento da organização espacial, quando da distribuição de bens, principalmente no período entre os anos marcados pelo conflito armado, e, sobretudo, para compreender o papel das cidades polos na atualidade.

Tal rede é sistematicamente marcada pela criatividade social de relações, tanto no período da guerra, como nos dias atuais. As estratégias deste processo histórico foram analisadas por intermédio de leituras, tais como, Villasante (2002)⁷ e a não percepção da mesma, ou seja, o obliterar das marcas sobre o mundo vivido no passado e no presente, por Trivinho (1998)⁸, cujo conjunto de trabalhos permite aprofundar as redes e o mundo socialmente vivido na Região do Contestado.

Haesbaert (2011)⁹ coloca que um caminho interessante é analisar a rede enquanto fortalecedora de determinados territórios ou, em outras palavras, como elemento do território, e a rede enquanto desestruturadora de fronteiras territoriais, onde um território político-administrativo, como um município, pode-se tornar um elemento da rede. A hierarquia que, muitas vezes, reúne vários territórios de escalas diferentes, como unidades políticas tradicionais – municípios, províncias, Estados-nações – só existe porque vários tipos de rede jurídico-administrativas e econômicas vinculam estes territórios. Assim, dependendo da escala geográfica em que se concentrar a observação, estar-se-á percebendo mais, ora os territórios, ora as redes que os conectam (ou que os compõem).

A ocupação e a utilização do espaço geográfico constitui-se numa importante discussão nesta pesquisa, sobretudo pelo fato de estar tratando de regiões estatalmente delimitadas e subdivididas em áreas econômicas, perímetros

⁶ LOBATO CORRÊA, R. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

⁷ VILLASANTE, T. R. **Redes e Alternativas**: Estratégias e Estilos Criativos na Complexidade Social. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁸ TRIVINHO, E. **Redes**: Obliterrações no Fim do Século. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998. Importante mencionar, ainda, SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

⁹ HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

urbano e rural dentre outros que ajudam a entender a dinâmica do espaço, político ou não. Para alguns e contemporâneos autores, por exemplo, no que se refere ao processo de ocupação regional, se faz importante mencionar que a referida região, marcada pelos conflitos de 1912-1916, ainda são trabalhados como “sertão inculto” nesse caso, Lobato Corrêa (1997) menciona que “do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vieram foragidos da justiça, que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num ‘perfeito valhacouto de bandido’. Outros que ali penetraram tinham sido expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso, o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio do Peixe, na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupados por uma população luso-brasileira.”¹⁰

Para analisar a relação homem/natureza, tão marcantes durante o período da contestação das terras entre Paraná e Santa Catarina, há que se mencionar que cada sociedade está historicamente estruturada em padrões específicos de relacionamento com o ambiente físico, e condicionam disposições espaciais das atividades produtivas ou da organização sócio-espacial, sem descartar as implicações sociopolítico-administrativas do fenômeno *guerra civil vs. sociedade civil organizada vs. interesses políticos dominantes vs. meio físico* e os reflexos sobre o espaço geográfico estabelecidos pelos elementos da guerra em si – não excluindo, aqui, as diversas formas de pensar a palavra guerra.

Essas linhas de abordagem podem ser elucidadas por Milton Santos (1994)¹¹, quando destaca o espaço, sua ocupação e as interações provenientes do trabalho acumulado e da infraestrutura da organização espacial sobre a natureza¹², ao passo que Guattari e Rolnik (1986)¹³ discute a questão espacial e territorial, frente às políticas econômicas impostas pelo capitalismo internacional¹⁴, lembrando aqui, que a Guerra do Contestado teve fortes marcas de luta contra o capitalismo

¹⁰ LOBATO CORRÊA, R. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 239-240.

¹¹ SANTOS, Milton. In: Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹² “O espaço pode ser definido como resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estrutura e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado”. SANTOS, 1994, p. 115.

¹³ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

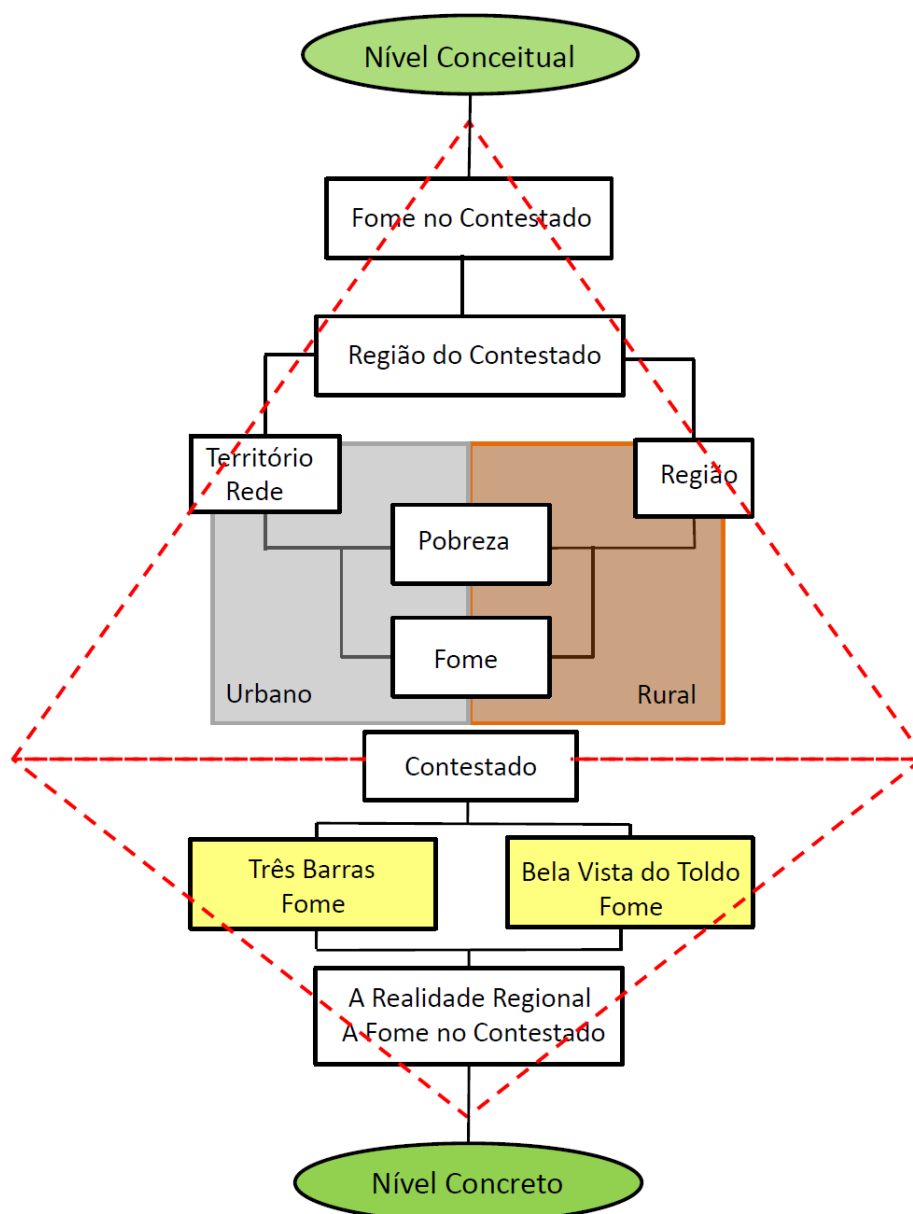
¹⁴ “A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo (...). Pode ser relativa tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito que se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma” In: nota: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. Gomes, P. C. da Costa, Costa, R. H. **O Espaço na Modernidade**. s.d., p. 48. (texto).

avançado sobre uma área, até então, à margem (oficial) do sistema, nessa parte do Brasil.¹⁵

Para melhor compreensão da evolução da discussão conceitual, elaborou-se um fluxograma da pesquisa, o qual facilita a observação da estrutura desta pesquisa (Figura 4).

¹⁵ “Camponeses de todos os tipos vieram a constituir a massa dos fanáticos durante os acontecimentos de 1912-1916; entre eles é que se recrutavam também quase todos os chefes religiosos, políticos e militares. Por outro lado, era nítida dentro da classe dos grandes proprietários de terras a separação entre a camada superior, a dos coronéis - que em geral eram os homens mais ricos de cada município e monopolizavam o poder político -, e os demais fazendeiros, que aquele tempo e naquela área nem sempre tinham a propriedade de suas terras, mas apenas a posse. Estes últimos, quando muito, eram capitães e não coronéis da Guarda Nacional, e seu comportamento foi bastante diverso a questão sertaneja. Por fim, ao lado das classes e camadas rurais, é preciso considerar aquelas que existiam nas vilas e cidades da região. Ali, sob o poder político dos coronéis e muitas vezes entrando em conflito com eles, havia uma incipiente burguesia comercial e manufatureira, havia também artesões como padeiros, seleiros, sapateiros, e havia ainda, naturalmente, caixeiros e trabalhadores braçais, teve também o seu papel na guerra do contestado.” QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Figura 4: Organograma do desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: A autora.

A tese foi construída em dois níveis, o Nível Conceitual (representado pelo triângulo pontilhado superior) e o Nível Concreto (representado pelo triângulo inferior), como representado na Figura 4. O Nível Conceitual aborda os principais conceitos que fundamentam o marco teórico desta pesquisa que é compreender a fome na Região do Contestado, para tanto, discutiu-se de forma conceitual a fome, a região, a Região do Contestado, o território-rede, a pobreza urbana e a pobreza rural e o entrelaçamento desses conceitos para uma melhor compreensão à luz da ciência geográfica. O Nível Concreto é apresentado, sobremaneira, com os dados

que buscaram comprovar a fome na Região do Contestado, para tanto, foram apresentado dois municípios referência que discutem a pobreza urbana, neste caso Três Barras e a pobreza rural, representada por Bela Vista do Toldo. Diante disso, a realidade regional foi discutida e fundamentada por meio de dados obtidos por órgãos públicos e entrevistas in loco.

Para a compreensão do que se propôs discutir nesta pesquisa, a mesma está dividida em três capítulos, primeiramente a introdução, intitulada: “Introdução: Região do Contestado, do sertão inculto ao território da pobreza” teve por objetivo apresentar as reflexões que serão realizadas no decorrer da pesquisa, exibir alguns dados iniciais que respondem ao objeto da tese, bem como destacar a região em estudo, além de apontar a problemática da pesquisa, e seus caminhos metodológicos.

O primeiro capítulo: “A fome e a pobreza no território e região do contestado”, está subdividido em três subcapítulos, sendo que o primeiro, intitulado “As fomes de comida e as invisíveis”, discute a fome, baseado principalmente nas obras de Josué de Castro e do Jean Ziegler. No segundo subcapítulo, “A pobreza um conceito pluridimensional: a pobreza urbana e a pobreza rural na Região do Contestado” disserta sobre a pobreza e suas diversas definições, destacando a pobreza urbana e rural; o subcapítulo foi fundamentado principalmente nas obras de Amartya Sen e Milton Santos, e finalizando, o subcapítulo “O território e a região numa rede de pequenas cidades”, o qual discute os conceitos de território, região, rede e pequenas cidades, sendo esses de importância na geografização desta pesquisa.

O segundo capítulo: “Contestado a região da guerra, a fome em um cenário de pobreza”, também está dividido em três subcapítulos; o primeiro, “Contestado em Guerra: Estopins de um massacre”, teoriza a Guerra do Contestado, guerra essa que é base da formação da região em estudo. O segundo subcapítulo, “Uma nova Europa nos céus da América: do território caboclo ao território catarinense, sem terra e sem comida”, disserta sobre a formação da Região do Contestado, e sua ocupação populacional, antes e depois da guerra, destacando a construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande pela Brasil Railway e a colonização realizada pela sua subsidiária, Southern Brazil Lumber and Colonization Company. O terceiro subcapítulo, “Da Madeira à madeira: um modelo de desenvolvimento secular – o capital gerador da fome”, apresenta uma discussão acerca da Madeireira Lumber

Company e seus impactos na região em estudo. Este capítulo ficou menor, se comparado aos outros, porém, viu-se a necessidade de deixá-lo assim, mesmo sendo curto em relação aos demais, isso para uma melhor compreensão da gênese da região em estudo.

O terceiro capítulo intitulado “Lugares esquecidos: pobreza, a humanidade ameaçada do/no Contestado”, está dividido em três subcapítulos; no primeiro, “Gênese da formação urbano-rural da Região do Contestado” disserta-se sobre a formação urbana-rural da região em estudo, apresentando os mais diversos dados (Projeto Bolsa Família, Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável”, IBGE), que buscam comprovar a fome e a pobreza na Região do Contestado. O segundo subcapítulo, “Três Barras e Bela Vista do Toldo – as contradições da fome e da pobreza num mar de cidades do Contestado”, apresenta um estudo mais aprofundado dos dois municípios referência desta pesquisa, enfocando a pobreza rural e a urbana. No terceiro subcapítulo, “A dor dos que sentem fome no Contestado”, são relatadas algumas das entrevistas realizadas tanto no município de Três Barras, que procurou comprovar a pobreza urbana, como em Bela Vista do Toldo, que buscou comprovar a pobreza rural.

Figura 5: Aquarela Penúria Manifesta



Fonte: Schüller (2016).

*Uns estão na escuridão, outros na luz.
E vemos os da luz,
mas não os da escuridão.
(Bertold Brecht)*

2. A FOME E A POBREZA NO TERRITÓRIO-REGIÃO DO CONTESTADO

A primeira função dos seres vivos que formam a natureza – plantas animais e humanos – é alimentar-se. Sem alimento, a criatura morre. A planta que não recebe água seca e morre; o ser humano que busca em vão o seu alimento, perde as forças e agoniza. (Jean Ziegler, 1999, p. 103).

Este capítulo tem por objetivo realizar uma discussão teórica sobre os conceitos importantes a esta tese. Em primeiro lugar, discutiu-se o conceito da fome, baseado principalmente nos escritos de Josué de Castro e de Jean Ziegler. Em seguida, conceituar a pobreza tendo como embasamento teórico principal Amartya Sen, acrescentando que, por ser muito utilizado e discutido, o conceito de pobreza possui um amplo leque de definições. É justamente esta amplitude que faz emergir a necessidade de delimitar, com maior precisão, a quais interpretações sobre esses dois conceitos esta tese se filia. Além da discussão dos conceitos de território, rede, região e desenvolvimento regional, de suma importância na compreensão da fome e da pobreza presentes na região do Contestado.

2.1 AS FOMES DE COMIDA E AS INVISÍVEIS

Dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e maciçamente violado em nosso planeta. A fome assemelha-se ao crime organizado. (Jean Ziegler em Destruição em massa: Geopolítica da Fome, 2013 p. 31).

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular e, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, porém, dentre todos os direitos humanos, é seguramente o mais constante e maciçamente violado.

A exclusão social, a miséria e a fome são fenômenos sociais mundiais tão antigos quanto o ideal pela busca de uma sociedade equitativa. Impressiona profundamente a sua face mais cruel: a fome, como impossibilidade dos cidadãos de acessar a direitos sociais básicos, em virtude do processo de concentração de renda e acesso desigual às oportunidades na sociedade brasileira. Tratar o problema da fome como questão nacional e não como fatalidade individual é responsabilidade de toda sociedade e dos governos, nas suas esferas federal, estaduais e municipais.

Nesse princípio do século XXI, com aproximadamente sete bilhões de seres humanos com que conta o planeta, por volta da metade vive na pobreza, com um poder aquisitivo equivalente a menos de dois dólares estadunidenses por dia. Perto de dois bilhões sofrem de graves carências de ferro, iodo, vitamina A, de outras vitaminas e minerais. Mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e por volta de 795 milhões são vítimas de subnutrição (pouco mais de um em cada nove), o que significa que elas nem sempre dispõem de ração alimentar para cobrir suas necessidades energéticas básicas, em outras palavras, que elas têm fome quase todos os dias (FAO, 2015).

De acordo com a FAO (Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), a fome é medida por meio de dois indicadores:

- 1) a prevalência de subnutrição (POU), monitorada pela FAO;
- 2) prevalência de crianças com baixo peso menores de cinco anos de idade, monitorada pela UNICEF e a OMS (Organização Mundial da Saúde) .

Alguns dos fatores relacionados à fome são: ingestão insuficiente de calorias ou deficiência de proteína, falta de higiene, acesso limitado à água potável. Todos estes fatores impedem a absorção adequada dos nutrientes dos alimentos, e os dois indicadores refletem faces diferentes da fome (FAO, 2015).

Vale destacar que, dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais massivamente infringido no planeta. O direito humano à alimentação, tal como se apresenta no artigo 11, do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992), assim se define:

Os Estados, partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de todas as pessoas de estarem ao abrigo da fome, adotarão individualmente e por meio da cooperação internacional as medidas necessárias, incluindo programas concretos: a) Para melhorar os métodos de produção, de conservação e de distribuição dos produtos alimentares pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo desenvolvimento ou a reforma dos regimes agrários, de maneira a assegurar da melhor forma a valorização e a utilização dos recursos naturais; b) Para assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentares mundiais em relação às necessidades, tendo em conta os problemas que se põem tanto aos países importadores como aos países exportadores de produtos alimentares (BRASIL, DECRETO Nº 591, 6 DE JULHO DE 1992).

Já dizia Montanari (2003, p. 124), mesmo nos períodos históricos de carência alimentar “a fome, no sentido estrito, é uma experiência que as classes privilegiadas desconhecem; mas não o medo da fome, a preocupação de um aprovisionamento alimentar que esteja à altura das próprias (elevadas) expectativas”.

Castro questiona (1961, p.46) que será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social?

[...] a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. [...] não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica. (CASTRO, 1961, p. 371).

[...] a fome não é um fenômeno natural, e sim, um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas: um produto de criação humana e, portanto capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem. (CASTRO, 1966, p. 23).

A fome constitui uma das expressões da problemática social, em decorrência do processo histórico de concentração de renda. A fome não é decorrência da baixa produção de alimentos, mas da falta de recursos da população, que não possui renda suficiente para adquiri-los.

O primeiro dos nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da Terra, veremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome (CASTRO, 1961 p. 79).

De acordo com Ziegler (2013), para melhor circunscrever a Geografia da Fome, a distribuição da mesma sobre o planeta, é necessário recorrer primeiro à distinção que, segundo a ONU e suas agências especializadas, são a fome estrutural e fome conjuntural.

Em suma, podemos dizer que a “fome conjuntural” é provocada pela derrota brutal, imprevista, e em curto prazo de toda a infraestrutura econômica e

social de uma sociedade. Como, por exemplo, a devastação e desnutrição de campos, estradas e poços por causa de uma seca ou de um furacão; ou como consequência de uma guerra, onde são incendiadas as casas, as pessoas são lançadas à rua, se acaba com os mercados, as pontes quebradas. Subitamente deixa de haver alimentos e milhões de pessoas se veem na indigência da noite para o dia. Por outro lado, a “fome estrutural” corresponde a falta permanente de alimentos à ausência persistente de uma alimentação adequada. Ela se deve ao subdesenvolvimento geral da economia de um país, à insuficiência de suas forças de produção e de suas infraestruturas e à extrema pobreza da maioria dos seus habitantes. As pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, da falta de vitaminas ou do kwashiorkor¹⁶. Resumindo, a “fome estrutural” não provém de uma catástrofe externa, mas é inerente às estruturas da sociedade (ZIEGLER, 2002, p. 32).

A fome estrutural é a própria das estruturas de produção insuficiente. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão à luz milhões de crianças deficientes. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade e do sofrimento sem fim.

A fome conjuntural, em troca, é altamente visível. Ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural – gafanhotos, seca ou inundações assolam uma região – ou de uma guerra que destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares vítimas aos acampamentos de pessoas deslocadas no interior do país ou de refugiados para além-fronteiras. Nessas circunstâncias, não se pode semear nem colher.

De acordo com a FAO, os três grandes grupos mais vulneráveis à fome são: os pobres rurais (*rural poors*), os pobres urbanos (*urban poors*) e as vítimas das catástrofes.

- ✓ **Pobres Rurais** - A maioria dos seres humanos que não tem o suficiente para comer pertence às comunidades rurais pobres. Muitos não dispõem de água potável, nem eletricidade, faltam serviços de saúde pública, de educação e

¹⁶ Kwashiorkor refere-se a uma patologia resultante da ingestão insuficiente de proteínas, que se caracteriza pela presença de edema, irritabilidade, anorexia, dermatoses ulceradas e hepatomegalia, causada pelo acúmulo de gordura no fígado. Esta desordem foi nomeada pelo pediatra jamaicano Cicely Williams, apresentando-o à comunidade médica em um artigo de sua autoria publicado no ano de 1935. Tipicamente, esta condição é observada em indivíduos que vivem em regiões muito pobres, onde há escassez de alimentos. Também pode ocorrer em casos de infecções parasitárias, doenças ou condições que interferem na absorção proteica. Além disso, dietas veganas são conhecidas por levarem a esta condição. Insuficiência hepática, resultante de uma infecção por aflatoxina, é uma causa bem conhecida de kwashiorkor.

higiene. As populações camponesas estão na primeira fila das vítimas da miséria e da fome (ZIEGLER, 2013).

- ✓ **Pobres Urbanos:** Moradores de favelas, as mães de família, para comprar alimentos, têm de se limitar a um orçamento familiar muito restrito. Na América Latina, de acordo com o Banco Mundial, 41% da população continental vive em “bairros informais”. O menor aumento de preços no mercado provoca, nas favelas, a angústia, a fome, a desintegração familiar, a catástrofe (ZIEGLER, 2013).

Ziegler (2013) destaca o problema da má nutrição, ou seja, seres destruídos pela subalimentação, e a FAO não os ignora, mas os recenseia à parte. A subalimentação provém da falta de calorias e a má nutrição, da carência em matéria prima dos micronutrientes – vitaminas e sais minerais. Vários milhões de crianças de menos de 10 anos morrem anualmente de má nutrição aguda e severa. Para designar a má nutrição, as Nações Unidas utilizam habitualmente a expressão “*silente hunger*” – “fome silenciosa”. Ziegler (2013) prefere chamar de “fome invisível”, imperceptível ao olhar, às vezes também ao olhar do médico.

De acordo com a FAO (2015), a “fome oculta” ou “fome silenciosa”, de acordo com a ONU ou “Fome invisível”, para Ziegler, é a falta de, ou de inadequação da ingestão de micronutrientes, resultado em diferentes tipos de desnutrição, como anemia por deficiência de ferro e de vitamina A.

Uma criança pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com peso correspondente ao das crianças de sua idade e, apesar disso, estar corroída pela má nutrição – estado perigoso que, com a falta de calorias, pode levar à agonia e à morte. Mas estas mortes consecutivas não são contabilizadas pela FAO, que considera apenas as quilocalorias disponíveis. A fome vai deixar-lhe certos traços e deformações que serão absolutamente irreversíveis, sobretudo entre as crianças, pois a fome não faz apenas sofrer de imediato: ela rouba do indivíduo boa parte daquilo que seu potencial energético estava destinado a realizar.

É importante destacar que a má nutrição, como a subalimentação, opera também a destruição psicológica. A falta de macro e micronutrientes, com seu cortejo de doenças, produz, de fato, angústia, humilhação permanente, depressão e desespero em face ao dia de amanhã (ZIEGLER, 2013).

Josué de Castro (1961) chama a atenção para o que ele chama de fome oculta, a qual constitui hoje uma forma típica da fome de fabricação humana. Para o

autor, várias foram as razões que determinaram o fato de que a fome oculta constitua uma calamidade dos grupos humanos mais civilizados. A primeira delas é a monotonia alimentar, imposta pela civilização, é o hábito do homem civilizado de nutrir-se à base de um número restrito de substâncias alimentares. Se compararmos a alimentação dos grupos primitivos com a do homem civilizado, a primeira diferença essencial é que, enquanto o primitivo dispunha de um número infinito de plantas nativas e animais que lhe serviam de alimentos, o civilizado restringe esses recursos a um pequeno número.

Com a restrição do número de substâncias alimentares em sua dieta, o civilizado aumentou as probabilidades de que se constituam deficiências habituais de alguns dos princípios nutritivos essenciais, que a grande variedade alimentar seria capaz de corrigir. Com a alimentação variada do dia a dia, as deficiências específicas de um dia são compensadas no dia seguinte, enquanto que, com a alimentação monotonamente igual, as deficiências se consolidam e se agravam através dos tempos (CASTRO, 1961).

Max Sorre (1947) chama a atenção para o fato, ilustrando-o com alguns algarismos demonstrativos: orçando em cerca de dois milhões o número de espécies animais conhecidas, apenas 50 espécies foram domesticadas pelo homem e contribuem para os seus recursos de subsistência. Também das 350 mil espécies vegetais do mundo apenas 600 são cultivadas. O homem civilizado restringiu destarte as bases de sua dieta a limitado quadro de produtos, a uma insignificante percentagem das variedades naturais existentes na superfície da Terra.

Outro fator de agravamento das carências específicas entre os grupos mais civilizados é o uso generalizado dos alimentos concentrados, purificados ou refinados. Uma das formas mais graves e generalizadas de carências – de fome específica – é a deficiência de proteínas. Constituem as proteínas os elementos essenciais da estrutura do protoplasma vivo, representando, pois, o substrato da própria vida. São substâncias químicas de composição muito complexa, que os vegetais elaboram lançando mão do azoto do solo, do carbono do ar e de outros elementos do meio ambiente, combinando-os sob a ação energética da luz solar. Só as plantas são capazes desse milagre de criação, porque os animais, embora dotados de vida muito mais intensa, não possuem o mágico segredo da criação da matéria viva à custa dos elementos inorgânicos. Por isso mesmo, o homem e os

outros animais dependem sempre do mundo vegetal para a sua existência (CASTRO, 1961, p. 96).

Outro grupo de fomes específicas de larga distribuição humana é o das deficiências alimentares em determinados princípios minerais. A importância dos sais minerais na alimentação é tão relevante quanto à do total de energia ou a do mínimo de proteína exigido pelo funcionamento vital. Realmente, uma dieta completa sob os vários aspectos da alimentação, não contendo, porém, certa dose de cálcio ou de ferro, por exemplo, acarreta perturbações graves ao ser vivo que a consome. A importância dos sais minerais na economia decorre da infinidade de funções que estas substâncias têm a desempenhar no mecanismo vital e do fato de não serem as mesmas mutuamente substituíveis nessas funções (CASTRO, 1961, p. 103).

A fome é, portanto, em primeiro lugar, um fenômeno quantitativo, que pode ser definido como a incapacidade de alimentação diária de fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo organismo (ABRAMOVAY, 1985).

Já Mazoyer e Roudart (2010), ao abordar a fome, destacam que quanto aos surtos de fome que eclodem aqui e ali quando há uma seca, inundação, tempestade, doença das plantas, dos animais ou dos homens, ou ainda da guerra, elas não deixam de ser, por outro lado, a consequência última da pobreza e da subnutrição. Na verdade, esses acidentes climáticos, biológicos ou políticos levam a fome apenas às regiões do mundo com amplas camadas da população que sofrem já de uma pobreza e de uma insegurança alimentar tão grandes que não dispõem dos meios para lutar de maneira eficaz contra essa catástrofe e suas consequências.

Dessa forma, mesmo reforçados, os meios convencionais de luta contra a fome se mostram, uma vez mais, incapazes de suplantá-las em um prazo suficientemente curto para ser moralmente aceitável, socialmente suportável e politicamente tolerável. Para reduzir a pobreza extrema, que chega até a fome e, às vezes, à penúria e à morte, não basta tratar dos sintomas mais alarmantes desses males; é preciso combater suas causas profundas e, para isso, é preciso apelar para outras análises e outros meios (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 26).

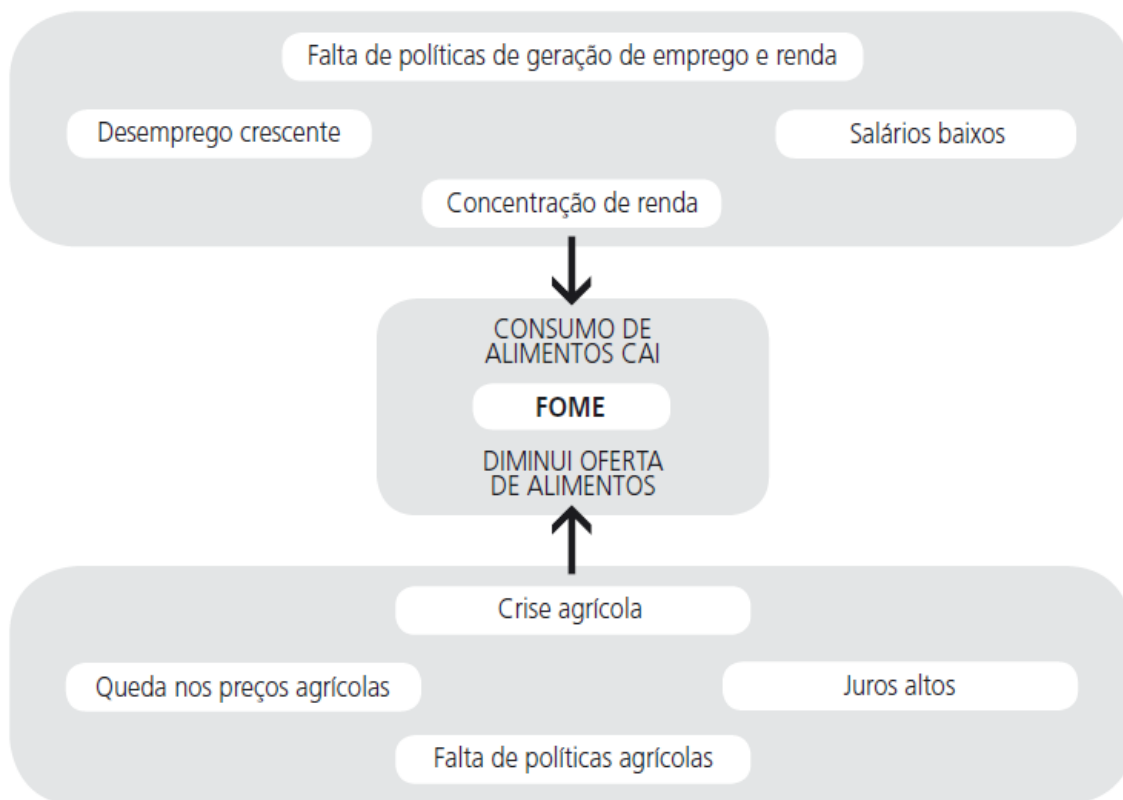
O Brasil é líder mundial na produção de laranja, café e cana-de-açúcar; segundo maior produtor de soja, feijão e carne bovina; terceiro maior produtor de abacaxi e milho; quarto maior produtor de leite de vaca; e quinto maior produtor de

limão e banana. Ao mesmo tempo, ainda existe uma parte da população em situação de insegurança alimentar, o que mostra que a quantidade da produção de alimentos no país não se configura como um fator determinante da fome. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, também entre os maiores produtores de alimentos no mundo, onde quase 15% da população estão em situação de insegurança alimentar – 5,7% em situação de insegurança alimentar grave (FAO, 2013).

Ao falar da fome no Brasil, José Graziano da Silva (2010) diz que o diagnóstico do problema da fome no Brasil, neste início do século XXI, indica que há uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria no país. As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso causador, em última instância, da fome no país – qual seja, desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos.

O equacionamento definitivo da questão da fome no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país, com geração de mais empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como uma espécie de “farol” para as rendas desses segmentos mais pobres da população (GRAZIANO DA SILVA, 2010). Para uma melhor compreensão da fome no Brasil, Graziano da Silva (2010) elaborou um organograma que chama de círculo vicioso da fome (Figura 6).

Figura 6: Círculo vicioso da fome:



Fonte: Graziano da Silva (2010, p.18).

Segundo o autor, para garantir a segurança alimentar de toda a população brasileira, é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico que leva à exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda. No processo de implementação de um novo modelo econômico, é fundamental, de um lado, que se implementem ações emergenciais para baratear a alimentação para a população de baixa renda; de outro, ações também emergenciais visando assistir diretamente aquela parcela da população que já sofre com a fome e que pode vir a ser comprometida se isso não for feito.

Percebe-se que a persistência desse fenômeno não está ligada à escassez ou dificuldade física de acesso aos alimentos, mas, ao baixo poder aquisitivo de boa parcela da população que, por conta disso, não proporciona renda suficiente para que essas pessoas possam alimentar-se de forma adequada diariamente.

Eu acredito que já é passado o tempo em que as pessoas pobres podiam se conformar segundo a frase das Escrituras: "Aos pobres é reservado é reservado o reino dos céus". Agora devemos pensar que aos pobres deve também ser reservado o reino da Terra, pois a Terra é para todos os

homens e não só para um grupo de privilegiados (CASTRO, 2001, p. 125).
Geografia da Fome

No que diz respeito à fome na Região do Contestado, não difere muito da realidade brasileira abordada por Josué de Castro (2001 p. 280), pois a fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais, aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação. No que consiste à Região do Contestado, neste contexto, pode-se citar a exploração da madeira nativa desde antes da Guerra do Contestado, com a concessão à empresa Lumber de explorar 15 km de cada lado da ferrovia São Paulo Rio Grande. Atualmente, a região é grande parte ocupada pela plantação do pinus, álamo, monocultivo do tabaco, e granjas de frango.

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, publicado pela FAO, revela que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há cinquenta anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida, abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome, tudo isso graças a programas governamentais de transferência de renda à população mais carente.

De acordo com a FAO (2015), o ano de 2015 marcou o final do monitoramento internacional de dois indicadores que se relacionam à fome:

1. A meta estipulada na Cúpula Mundial da Alimentação (WFS), realizada em 1996, onde representantes de 182 governos prometeram "... erradicar a fome em todos os países, com a meta de redução imediata pela metade do número de pessoas subnutridas até o ano de 2015";
2. A Meta de Desenvolvimento do Milênio 1 (ODM 1) que, em 2000, 189 países comprometeram-se no reconhecimento dos indivíduos ao direito à dignidade, liberdade, igualdade e um acesso básico ao alimento.

No ano de 2015, o Brasil cumpriu todas as metas internacionais de combate à fome e à insegurança alimentar, inclusive a Nova Agenda Pós-2015 das quais destaca-se:

- Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Redução pela metade da proporção da população em situação de fome entre 1990 e 2015 - 14,8 % em 1990 para abaixo de 2% em 2015;
- Meta da Cúpula Mundial de Alimentação: Redução pela metade do quantitativo da população em situação de fome entre 1990 e 2015 – 23 milhões em 1990 para abaixo de 4 milhões em 2015;
- Meta da Nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável: Erradicação da Fome até 2030 – Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO, com subalimentação abaixo de 2%. (FAO, 2015).

O Brasil conseguirá cumprir todas as metas internacionais de combate à fome e à insegurança alimentar, com a ajuda de um projeto chamado Fome Zero. O Fome Zero é um programa do Governo Federal implantado no primeiro mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o projeto visa ao direito de alimentação da população brasileira. Uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome. No Brasil, existem mais de 10 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que significa que nem o acesso à alimentação é saudável.

“Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros [...] sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero.” (Discurso de posse do Presidente Lula – 1/1/2003) (BRASIL, 2003).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao apresentar o combate à fome e à pobreza como prioridade para seu primeiro mandato, em 2003, lança uma estratégia nacional que cria, implementa e investe recursos financeiros e humanos em diversos programas e ações que se integram numa meta comum, que une a todos, que é zerar a fome e a extrema pobreza no país. Ao afirmar que a missão de sua vida estaria cumprida se, ao final de seu governo, cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, o presidente colocou os temas da fome, da segurança alimentar e nutricional e do combate à pobreza na agenda política nacional e expôs à sociedade a linha mestra de um amplo projeto de Nação.

O Fome Zero é uma estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional voltada para a população mais vulnerável à fome. Erradicar a fome e

possibilitar que todos os brasileiros que não possuem renda ou outros meios suficientes para realizar o direito humano à alimentação possam alimentar-se adequadamente e de forma sustentável, foi o objetivo principal do Fome Zero. O princípio norteador dessa estratégia é a alimentação como direito humano e social; e, para garantir esse direito, previu a implementação de políticas públicas, articuladas (entre os diversos ministérios e entre União, estados e municípios), atentas com o prazo imediato e com o longo prazo e também com a participação da sociedade civil (ARANHA, 2010).

Em 2004, a responsabilidade governamental pela implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e, conseqüentemente, do Fome Zero foi absorvida pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), incorporando o combate à fome à rotina das instituições do Estado, na perspectiva do desenvolvimento social. Nesse novo desenho, o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) permaneceu ligado à Presidência da República, de modo a resguardar seu caráter supra e intersetorial, e o MDS, junto com a Câmara de Políticas Sociais da Casa Civil, se encarregaram de viabilizar os acordos estabelecidos entre governo federal e sociedade no tocante à Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo o Instituto da Cidadania (2001), o Projeto Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso, diário e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e manutenção da saúde. A garantia desse direito é condição para se alcançar a cidadania e para que uma nação possa ser considerada civilizada. O Direito à Alimentação está inserido no plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O seu reconhecimento implica que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população através de uma política permanente de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2010, foi incluído na Constituição Brasileira o direito à alimentação entre os direitos sociais. Assim, tem-se no campo jurídico um largo instrumento de garantia de todas as ações integradas pelo Fome Zero. Agora o direito à alimentação é um direito constitucional no Brasil.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, na forma do art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional (DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.) (BRASIL, 1992).

A fome no Brasil não se deve à falta de disponibilidade de alimento e sim à dificuldade de acesso, a concepção empregada pelo governo brasileiro partiu do pressuposto que a solução do problema da fome passava pelo combate à miséria e à desigualdade social e a efetividade desta passava pela vinculação do combate à fome à construção de uma política de segurança alimentar e nutricional que levasse em conta o direito humano à alimentação e a soberania alimentar do Brasil. O direito humano à alimentação adequada é realizado quando cada homem, mulher e criança tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. E a soberania alimentar é o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais (ARANHA, 2010).

Assim como no Fome Zero, outros planos de erradicação da fome foram implementados pelo Governo Federal no que condiz o acesso à alimentação:

- Bolsa Família;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos;
- Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudável;
- Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan;
- Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan;
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan;
- Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância;
- Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro.

O Instituto da Cidadania visando atender, os diferentes grupos da população que demandam de políticas públicas específicas quando a questão é a fome

apresentou um conjunto de propostas para cada um desses grupos, alguns de cunho estrutural e outras emergenciais, que visam a disponibilidade de alimentos de baixos preços e também o maior acesso da população vulnerável a uma alimentação saudável (Figura 7).

Figura 7: Esquema de propostas do Projeto Fome Zero.



Fonte: PROJETO FOME ZERO (2001, p 12).

O projeto se divide em políticas Estruturais, Políticas Específicas e Políticas locais como segue:

- **Políticas Estruturais:** São políticas que têm efeitos importantes para a diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais e do acesso à alimentação de qualidade e da diminuição da desigualdade de renda.

- **Políticas Específicas:** São aquelas políticas destinadas a promover a segurança alimentar e combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais carentes.
- **Políticas Locais:** conjunto de políticas que podem ser implantadas pelos estados e municípios, a grande maioria em parcerias com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento nos municípios com relativo sucesso. Algumas propostas estão detalhadas segundo as áreas de residências (áreas urbanas metropolitanas, áreas urbanas não-metropolitanas e áreas rurais), ressaltando suas especificidades.

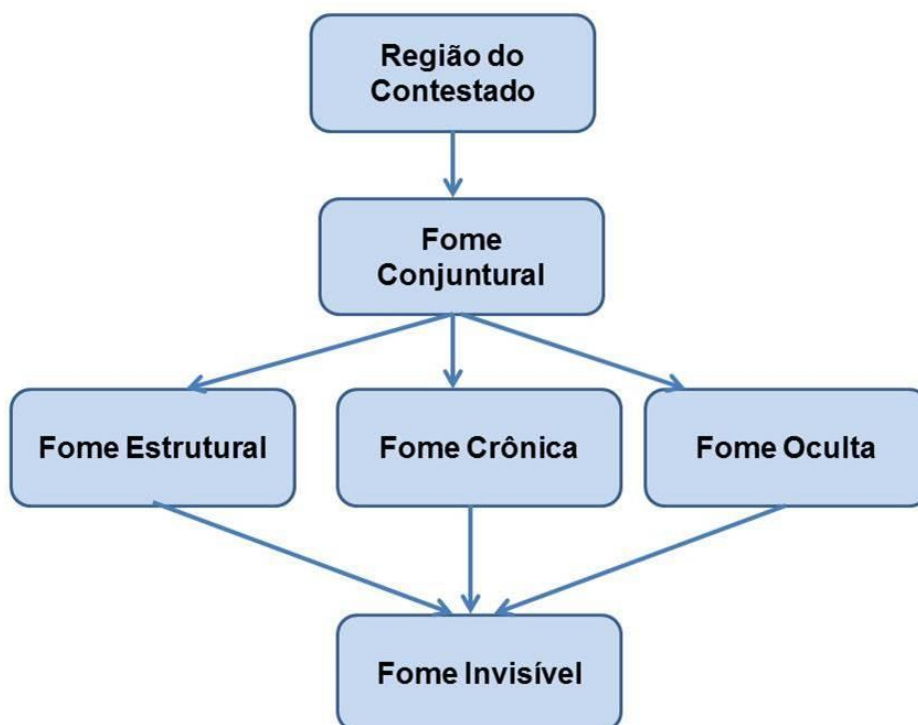
O Fome Zero está organizado em quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. O projeto propunha aumentar a produção local de alimentos e ao mesmo tempo estimular a agricultura familiar, tradicional fornecedora de alimentos básicos para a população pobre: O Projeto Fome Zero considera essencial que se retome uma política agrícola que favoreça, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem: seguro da renda agrícola; prioridade à produção interna, recorrendo à importação somente no caso de quebras de safra; incentivo à pesquisa pública que favoreça ao pequeno produtor o uso de tecnologias apropriadas, e que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica; uma política de crédito efetivo que esteja vinculada à formação de canais de comercialização; estímulo à formação de cooperativas de incentivo para proteção da natureza e da paisagem, entre outras (PROJETO FOME ZERO, 2001, p. 87).

Desde as publicações, de Josué de Castro, nas décadas de 1930 e 1940, o Brasil passou por grandes mudanças demográficas e socioeconômicas, implantou um projeto de grande impacto, chamado Fome Zero, que teve por objetivo retirar as pessoas da extrema miséria e como consequência da fome. O projeto deu certo, tanto que, em 2015, o Brasil cumpriu todas as metas internacionais de combate à fome e à insegurança alimentar, mas apesar disso, a fome permanece no seio da população brasileira.

Voltando os olhares para a Região do Contestado, houve também grandes mudanças socioeconômicas com a implantação do Projeto Fome Zero, porém a

região ainda é marcada pela fome e pela pobreza, sofreu com a fome conjuntural, hoje a fome estrutural, crônica, oculta ou invisível é a realidade da região em estudo. Para a melhor compreensão da caracterização da fome na Região do Contestado, elaborou-se um organograma para sintetizar a fome na região (Figura 8).

Figura 8: Tipos de Fome encontradas na Região do Contestado.



Fonte: Ludka, 2016.

Em estudos realizados na região, foi possível constatar que a fome conjuntural foi marcante no período da Guerra do Contestado, a fome estrutural está presente atualmente, pois a falta de recursos para a aquisição de alimentos e a ausência persistente de uma alimentação adequada é a realidade de muitas famílias daquela região. A fome crônica também é a realidade de muitas famílias, pois muitas delas comem menos do que deveriam para desenvolver seu organismo e levar uma vida saudável. E a fome oculta ou invisível é a mais presente, pois muitas famílias não ingerem as vitaminas necessárias para manter uma vida saudável.

No próximo subcapítulo, apresenta-se a discussão do conceito de pobreza e dados que a retratam na Região do Contestado, pois um indivíduo, ou toda uma sociedade, poderá estar livre da fome e ainda assim ser pobre, bastando que sua

pobreza se expresse através do não-acesso à educação e a cuidados de saúde, de condições insalubres de moradia ou através de outras carências materiais igualmente importantes. A situação inversa, ocorrência de fome na ausência de uma situação de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente e sempre por tempo determinado, como por ocasião de guerras, cercos e cataclismas.

2.2 A POBREZA UM CONCEITO PLURIDIMENSIONAL: A POBREZA URBANA E A POBREZA RURAL NA REGIÃO DO CONTESTADO

A pobreza, portanto, não é apenas um fenômeno estatístico ou biológico. Mas também político. Não é só atraso no acesso aos bens de consumo, mas privação de cidadania. Vale dizer, é consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento que gera privilégios e privações à medida que se expande, ou se retrai, sem regulação social.
(José Graziano da Silva em *Segurança alimentar: uma agenda republicana*, 2003 p. 50).

Se a definição do que seja a fome possui diversas interpretações, dentre elas a falta de alimento, o problema torna-se maior quando se trata de conceituar a pobreza, o entendimento do que é pobreza, bem como a forma de medição e avaliação são aspectos que dividem os estudiosos. Genericamente, a pobreza passou a ser definida como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. É entendida como fruto da ação dos homens, sendo resultado das formas como estes pensam, interpretam e direcionam a construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade.

São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem de desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. (MONTEIRO, 1995, p. 195).

O conceito de pobreza embute um alto grau de subjetividade e escapa do âmbito da economia, uma vez que envolve variáveis de natureza cultural, histórica,

social, filosófica e mesmo religiosa. Segundo Diniz e Arraez (2003), sob o prisma da economia, porém, pobreza possui um caráter material, que significa, em última instância, um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Sob este escopo, a questão fundamental é determinar a linha demarcatória para esse padrão mínimo que possa mensurar a pobreza. Assim, a pobreza possui uma dimensão de insuficiência de renda, que limita a capacidade de consumo.

Um indivíduo poderá ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome bastando que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a alimentação (o instinto de sobrevivência do homem e de todas as outras espécies animais faz com que suas necessidades alimentares tenham precedência sobre as demais). A situação inversa, a ocorrência de fome na ausência da condição de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente por ocasião de guerras e catástrofes naturais. Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente a desnutrição- de fato, a uma modalidade de desnutrição: a deficiência energética crônica- nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida (MONTEIRO, 2003, p.9).

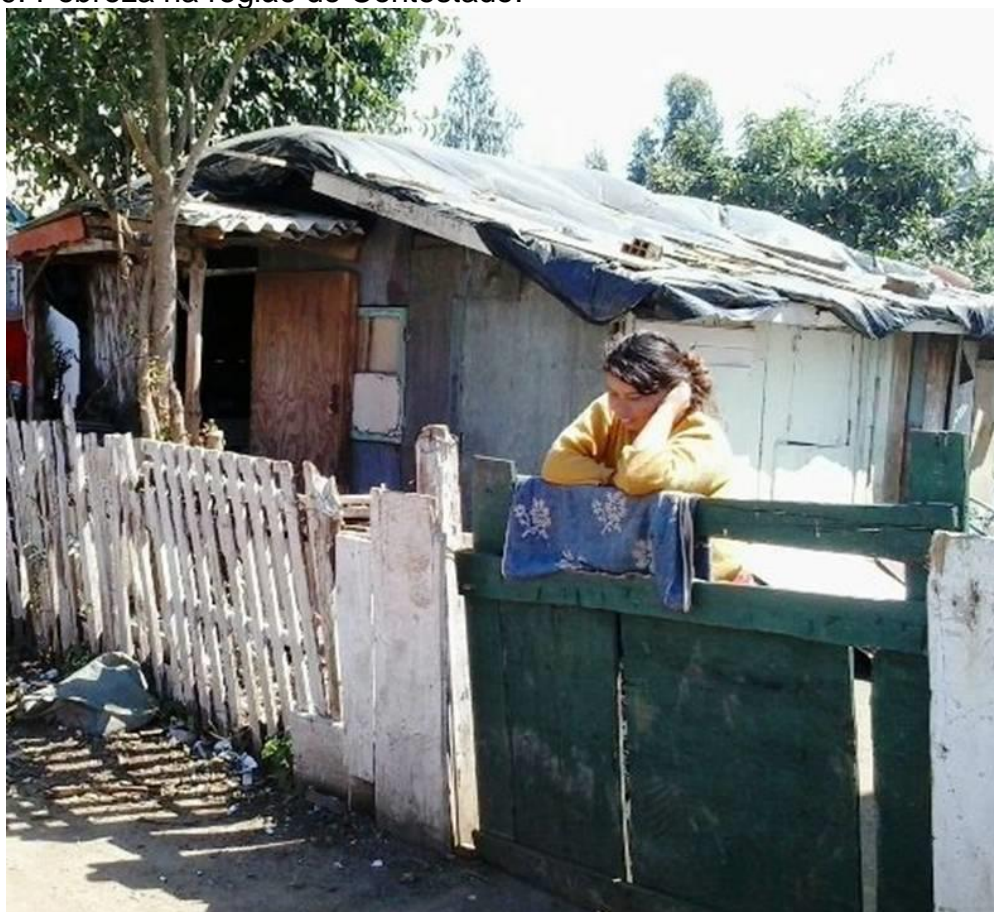
O conceito de pobreza deve ser compreendido num contexto social, histórico e cultural. Neste sentido, não existe uma única definição de pobreza; é um termo com significado dinâmico. Lister (2004) enfatiza a importância de identificar o que são os conceitos, definições e medidas de pobreza: O conceito é a forma mais genérica, provê a estrutura onde às definições e medidas podem ser desenvolvidas. Em essência, busca conceituar o significado da pobreza, tanto para os que sofrem quanto para os outros grupos sociais. Já a definição é uma forma mais precisa de distinguir quem pertence ou não à classe dos pobres. As medidas são os instrumentos para operacionalizar a definição e medir o grau de pobreza.

Lavinas (2003) conceitua a pobreza como um estado de carência e privação que pode pôr em risco a própria condição humana. Portanto, define que ser pobre é ter “sua humanidade ameaçada”, seja pela não satisfação das necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços em prol da satisfação de tais necessidades.

Na Geografia, a particularidade dos estudos da pobreza envolve uma leitura do problema a partir do espaço geográfico, ou seja, como o fenômeno é produzido e como ele se materializa no território. Mas para compreender a pobreza na Região do Contestado, esta pesquisa apoia-se em Amartya Sen (2010, 2012), pois segundo o

autor, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabelecido. Para o autor, a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata da baixa renda que é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Analisando por esta ótica, a Região do Contestado sofre com esta privação das capacidades básicas, que vai além da renda, tão bem ilustrada na Figura 9.

Figura 9: Pobreza na região do Contestado.



Fonte: A autora (arquivo pessoal, 2014).

Conforme Sen (2010), a pobreza deve ser entendida não apenas como uma condição de insuficiência de renda, mas como um estado de privação de liberdade (ou liberdade de escolha), podendo refletir-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências. Trata-se, portanto, de uma ausência de liberdade para realizar coisas que são valiosas para o viver humano, os chamados funcionamentos. Uma renda

inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre. Os argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são, ao ver de Sen (2010, p.120-121), os seguintes:

- A pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).

É importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda; essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada; também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2010).

Milton Santos constituiu obra que é referência para o estudo da pobreza e particularmente da pobreza no meio urbano, com sua primeira edição lançada em 1978; já a usada nesta pesquisa trata-se da terceira edição, lançada em 2009, e alerta para o problema de definir o que é pobreza e, na maioria dos estudos, são apresentadas definições estatísticas, que levam em conta apenas critérios econômicos e de renda. Mas, como o próprio autor observa,

[...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 2009, p.18).

Interpretando-se a pobreza como a incapacidade de consumo do ser humano devido à exclusão do processo produtivo capitalista, percebe-se que a mesma se torna tão global quanto o próprio capital. Por conta disso, Milton Santos

(2009), ao debater a pobreza urbana, afirma que a pobreza existe em toda parte e sua definição é relativa a uma determinada sociedade:

A questão da pobreza não pode, na verdade, ficar restrita a definições parciais. Já se tentou também estabelecer um limiar estatístico exato da pobreza, tomando como ponto de referência, por exemplo, salários e horas de trabalho. Mas a noção de “linha de pobreza”, avaliada dessa forma por órgãos internacionais interessados em informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer soluções contábeis, não constitui um parâmetro válido e não permite comparações.[...] Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que a comparação de diferentes séries temporais levam frequentemente à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, mudam ao longo do tempo; a definição de fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence (SANTOS, 2009, p. 9).

Segundo o Projeto Fome Zero (2001), a pobreza não é algo furtivo, ocasional, mas sim, o resultado de um modelo de crescimento perverso, assentado em salários muito baixos e que tem levado à crescente concentração de renda e ao desemprego. Infelizmente, antes da implantação do projeto, esse quadro veio piorando com o crescimento do desemprego e o aumento do gasto com alimentação fora de casa e outras despesas não alimentares (moradia, transporte, saúde, educação) das famílias mais pobres.

Sem dúvida, a pobreza, ou a condição dela, não pode ser reduzida a uma questão de se mensurar quantos indivíduos possuem renda *per capita* desse ou daquele determinado mínimo valor ou se os mesmos têm acesso a um determinado número padrão de calorias/dia. O debate deve se situar sobre a dignidade da sobrevivência humana, entendida aqui como o acesso universal as necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, etc.

O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida e um conjunto complexo e duradouro de relações institucionais sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (BUCHANAN, 1972). Ao se referir a Região do Contestado, é ainda mais significativa, quando o problema da pobreza é estudado do ponto de vista geográfico.

O contexto, em que determinada sociedade se insere ou mesmo os contextos de cada segmento social dentro de formações territoriais específicas fazem com que as leituras estatísticas possam sobremaneira distorcer os verdadeiros significados da pobreza, ou seja, tornar oculta a sua dimensão política, e também as suas dimensões geográficas, pois todo o conjunto de fatores deve ser levado em conta, pois ao contrário haverá ênfase em informações parciais comprometendo a pesquisa, e como afirma Silveira, (2005, p. 142) “a pobreza necessita ser reconhecida menos com um resultado indesejado e mais como uma dívida social”.

Com salienta Marques (2005, p. 40):

A pobreza não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social

Definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar a pobreza num contexto multifacetado e pluridimensional, leva em consideração a compreensão deste fenômeno via aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos, psicológicos e econômicos. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil, dado o envolvimento de distintas determinações. Barbosa, Barbosa e Barbosa (2005, s/n) corroboram essa perspectiva e afirmam que:

[...] a pobreza assume outras dimensões: a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos à violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer a sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento à saúde e saneamento básico, expondo-os à situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural*, que, difere da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela existência de grupos demográficos expropriados de significados de concepção de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política.

Analisando a Região do Contestado por essas vertentes, é possível perceber a presença de todas, - a pobreza de segurança a pobreza educativa, a pobreza da saúde, pobreza cultural - isso fica mais evidente nos municípios de

referência, tanto o que representa a pobreza urbana quanto à pobreza rural, o qual será discutido com mais ênfase no quarto capítulo desta pesquisa.

As alterações, na forma como vemos a pobreza, são frutos de várias mudanças que se operaram ao longo dos anos: mudanças nos modos de distribuição dos rendimentos, no contexto político e nas políticas adotadas, evolução dos indicadores utilizados para medir a pobreza, maior disponibilidade de dados e aumento da qualidade destes, entre outros.

Segundo Capucha (2008), a erradicação da pobreza implica a coordenação de políticas e a recalibragem dos seus conteúdos num sentido de modernização da economia e da sociedade, bem como implica o desenvolvimento de um eixo reparador, centrado na promoção de direitos, concretizados através de programas focalizados nas necessidades de inserção dos grupos mais desfavorecidos. Estes programas devem obedecer ao primado da responsabilidade pública, porque, afinal, é o livre funcionamento dos mercados que gera a pobreza e a exclusão. Assim, o Estado deve exercer uma ação reguladora para neutralizar tais efeitos.

Um Estado normativo e fiscalizador leva a que todos os cidadãos cumpram com os seus deveres e tenham direito aos seus direitos. Contudo, o papel do Estado passa também pelo seu papel de fornecedor de bens e serviços em condições que o mercado oferece em modos seletivos, ou não oferece mesmo. No entanto, se por um lado, a maior responsabilidade na condução de políticas públicas, nomeadamente no que tange ao combate da pobreza, compete aos governos, por outro lado, são também agentes neste processo, as autarquias locais, os parceiros sociais, as organizações civis de solidariedade, assim como as famílias e os indivíduos.

Romão (2000, p. 108-110) discorre sobre a pobreza relativa e *pobreza absoluta*. Para ele, a pobreza relativa é aquela que “ênfatiza a comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ele ocupa na sociedade com respeito a seus semelhantes”. Por conseguinte, a pobreza é interpretada em relação “ao padrão de vida vigente na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição”. Já, a condição de pobreza absoluta “implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres” (ROMÃO, 2000, p. 108, 110).

A pobreza absoluta é ter menos do que um mínimo objetivamente definido e a pobreza relativa é ter menos do que outros na sociedade. Definida nestes termos, a pobreza estaria (está) ligada à exclusão social relativa e tem como referência a confrontação do nível de vida do indivíduo com o da sociedade onde vive. A pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva) (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, p. 68).

Além da pobreza relativa e a pobreza absoluta, para melhor fundamentar esta pesquisa, viu-se a necessidade de diferenciar a pobreza urbana da pobreza rural, tendo em vista que esta pesquisa apresenta em seus resultados dois municípios referência, sendo um voltado para a compreensão da pobreza urbana e outro para a pobreza rural.

Primeiramente, é necessário definir o que é rural e urbano, o que implica uma arbitrariedade e dificulta comparações. Do mesmo modo, a compreensão de pobreza é diferente também entre os espaços urbano e rural, onde os padrões e hábitos de consumo e de comportamento social são desiguais.

Em muitos países, os critérios normativos são estruturais. Neles, o rural e o urbano se definem pelo tamanho da população, disponibilidade de serviços, etc. Em outros casos, prevalecem critérios funcionais, ou seja, função exercida pelo espaço rural, como produção agrícola e de florestas. E um terceiro exemplo são os critérios administrativos, que se baseiam em critérios particulares de tributação, área de influência de esferas de planejamento e gestão (FAVARETO, 2011).

De acordo com Carlos (2004), a cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que os une.

A pobreza urbana é ascendente, e sendo a cidade estruturada com base nas leis de mercado, é possível afirmar que há uma tendência do urbanismo de risco consolidar-se como prática predominante. A exclusão da população mais pobre das áreas urbanas melhor estruturadas conforma uma desigualdade de oportunidades. Aqueles cujas rendas são insuficientes para garantir o acesso à moradia, não conseguirão ser cidadãos, no sentido em que Santos coloca: “É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial [...] a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços,

sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe” (SANTOS, 1998, p. 116).

A parcela pobre da população, que habita as cidades, é muitas vezes vista como a responsável pela desordem, pela criminalidade, pela entropia do espaço urbano, quando, na verdade, é a parcela pobre que mais sofre com este processo. Inclusive, como destaca Santos (2009), existe um preconceito com as atividades urbanas pobres que acaba sendo muitas vezes reforçado pela ideologia do planejamento, que acaba se estabelecendo como uma “higienização” do urbano, com a retirada de moradores pobres dos centros e de áreas revalorizadas por políticas de planejamento para a refuncionalização de determinadas áreas nas cidades.

O espaço urbano dos países pobres é, deste modo, planejado e constituído apenas para alguns, ganhando caráter de espaço corporativo e fragmentado, pois não atende aos interesses de todos (SANTOS, 1990). Desta forma, é que a periferia, desordenada e ausente da presença do poder público, se avoluma nas grandes cidades, que, aliás, acabam funcionando como um depósito da população pobre e das atividades econômicas pobres e mais simples.

Produto das desigualdades sociais, a grande cidade brasileira se torna, de certa forma, ingovernável no que diz respeito à problemática da pobreza. O aumento da pobreza no meio urbano, além de produto de uma distribuição desigual dos recursos produzidos na nação, acaba por produzir a proliferação da violência, são verdadeiras “cidades do medo” (SOUZA, 2005).

Tradicionalmente, pobreza no Brasil foi pensada como pobreza rural. Nas últimas décadas, este perfil vem mudando e hoje a pobreza rural equilibra-se em termos numéricos com a pobreza urbana. A mudança de perfil encontra eco no debate que destaca o caráter multidimensional da pobreza, a análise das insuficiências e a importância das capacitações e oportunidades para a superação da pobreza (BUAINAIN; DEDECA; NEDER, 2013).

Assim como ter renda acima da linha de pobreza não significa a superação da pobreza, ter acesso a outros bens sem ter renda tampouco garante a saída da pobreza. À medida que algumas insuficiências que caracterizam a pobreza rural vão sendo supridas, destaca-se, como um grande problema, o abismo entre as condições de vida nos meios rural e nos espaços urbanos. Educação, saúde e saneamento que, em grandes linhas, conformam a qualidade e condições de vida da

população, tendem a ser um problema mais persistente, e difícil de resolver, nas áreas rurais do que o problema dos rendimentos (BUAINAIN; DEDECA; NEDER, 2013).

A fome encontrada nas cidades – e em particular nas regiões metropolitanas – exige algumas políticas diferentes daquela que se presencia no campo, onde as possibilidades de obtenção de alimento são menores, por mais paradoxal que possa parecer essa situação. Talvez seja mais correto afirmar que, nas áreas urbanas, é mais comum a situação de “vulnerabilidade” alimentar decorrente da pobreza do que da fome propriamente dita, que resulta na redução da massa corpórea.

No passado, as políticas públicas focaram na oferta de serviços básicos para o domicílio com programas que não têm força suficiente para modificar a defasagem entre o urbano e o rural. Mais recentemente, programas massivos voltados para a provisão de eletricidade, água, habitação e educação, associados a investimentos no desenvolvimento de alguns territórios rurais, começam a alterar este quadro e a transformar as condições de vida no meio rural.

O rural não é só o lugar onde se produzem bens primários (agropecuários): o rural é um lugar de vida, um lugar de moradia e um lugar de trabalho. As definições precisam dar conta dessa condição, que é muito diferente do que era o rural um século atrás.

É fundamental destacar que se passa por um momento muito importante, em que três aspectos conceituais e empíricos recentes que influenciam o significado do rural: No que diz respeito à proximidade com a natureza – vive-se um momento em que os espaços rurais não são somente o espaço de realização da produção primária (agropecuária), dando origem a novas e crescentes formas de uso social dos recursos naturais. No que diz respeito às relações de proximidade, há um crescente processo de individualização e heterogeneização das populações rurais, em lugar dos antigos laços de proximidade e solidariedade que sempre caracterizaram estes espaços. E no que diz respeito às relações com as cidades, estas são marcadas por uma crescente atração de rendas urbanas e unificação do mercado de bens simbólico, em vez da exportação de bens e de rendas que sempre marcaram o rural (FAVARETO, 2011).

Quando se discute a pobreza rural no Brasil, podem-se citar alguns determinantes, destacando-se:

- a) Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social.
- b) Capacidades humanas: nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação;
- c) Outras formas de capital físico: diversas formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos, a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento;
- d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados;
- e) Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos-chave, para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;
- f) Infraestrutura: ressaltaram-se as deficiências, especialmente, no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação;
- g) Oportunidades de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas (MALUF; MATTEI, 2011).

De uma maneira geral, situou-se que a pobreza rural se define em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares, além da própria indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social.

É preciso levar em consideração o fato essencial de que aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural. Homens do campo pobres, dentre os quais encontramos, majoritariamente, camponeses particularmente mal equipados, instalados em regiões desfavoráveis e em situação difícil, assim com o trabalhadores agrícolas, artesãos e comerciantes que vivem em contato com eles e que são tão pobres quanto eles. Quanto aos outros subnutridos, muitos são ex-camponeses recentemente forçados pela miséria a irem para os campos de

refugiados ou periferias urbanas subequipadas e subindustrializadas, nas quais eles ainda não puderam encontrar meios de subsistência satisfatórios. E como o número de pobres e famintos dos campos não diminui em nada, mesmo que ele caia anualmente em muitas dezenas de milhões de pessoas em virtude do êxodo rural, é preciso deduzir daí que em número mais ou menos igual de novos pobres e famintos forma-se todo ano nos campos. A maioria das pessoas que tem fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimento, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas. E seu número elevado não é uma simples herança do passado, mas resultado do processo, bem atual do empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 26-27).

Além da discussão de pobreza, pobreza urbana e pobreza rural, há que se mencionar também a extrema pobreza, foco do projeto Fome Zero no Brasil, e é ela a responsável, pela grande quantidade de pessoas que passam fome, como o Brasil nunca adotou oficialmente uma linha oficial de pobreza ou de pobreza extrema, optou-se por seguir a concepção do IPEA (2011), que a linha de pobreza extrema seja “políticoadministrativa”, expressa em unidades de renda domiciliar per capita mensal. Isso porque, mesmo quando a linha de pobreza é definida empiricamente, por um método que prometa “objetividade”, muitas das decisões necessárias para obtê-la são de natureza política, e sob o manto de cientificidade desses métodos os pesquisadores podem tomar decisões que deveriam ser objeto de discussão.

Na presente pesquisa, adota-se como linha de pobreza extrema o valor que definia a elegibilidade para o benefício incondicional do Programa Bolsa Família, no momento de sua criação: ter renda domiciliar per capita menor que R\$ 50,00 mensais, valor correspondente a um quarto do salário mínimo no início de 2003. Atualizado de setembro de 2003 para setembro de 2010 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o valor arredondado dessa linha seria R\$ 70,00, o valor exato da linha de elegibilidade para o benefício incondicional desde julho de 2009. Essa linha também é próxima da linha internacional de pobreza usada para o monitoramento do progresso global em reduzir à metade a pobreza extrema no mundo.

Considera-se que a definição de pobreza extrema do PBF, no momento de sua criação, é a melhor opção que temos para a escolha da linha. Ela parte das definições existentes, aproveita os sistemas de informação já constituídos e todo o conhecimento produzido sobre os beneficiários – efetivos e potenciais – do PBF. Além disso, o PBF se firmou como o principal programa da política de enfrentamento da pobreza nos últimos anos, os impactos do programa foram grandes em termos de

redução da pobreza extrema, inclusive em períodos em que a dinâmica da queda da desigualdade e do crescimento econômico beneficiaram os pobres, mas nem tanto os extremamente pobres (IPEA, 2011).

Segundo Sachs (2005), o significado de pobreza extrema ou miséria está relacionado às famílias que não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, elas são afligidas por fome crônica, não têm acesso à saúde, água potável e esgoto, além disso, não podem oferecer educação para alguns ou todos os filhos e talvez não disponham de um abrigo rudimentar. Por sua vez, vulnerabilidade social está associada aos cidadãos sem poder político, sem educação formal, com pouco acesso às intervenções médicas, com necessidades nutricionais e em extrema pobreza.

A Organização das Nações Unidas define a extrema pobreza como a “pobreza que mata”, pois priva os “indivíduos dos meios de permanecerem vivos diante da fome, da doença e dos perigos ambientais”: [...] quando os indivíduos sofrem de extrema pobreza e carecem de uma renda mínima para suprir suas necessidades básicas, um único episódio de doença, ou uma seca, ou uma praga que destrua uma colheita, podem representar a diferença entre a vida e a morte” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 4).

Analisando a área em estudo, quando se trata de da extrema pobreza urbana e rural, levantou-se os dados de todas as cidades que compõem a Região do Contestado, dados que estão disponíveis no Boletim do MDS, o qual faz uma caracterização demográfica da extrema pobreza em cada município, baseados no censo IBGE de 2010, de onde se destacaram na tabela os Municípios referência (Tabela 2).

Tabela 2: Caracterização demográfica da extrema da pobreza rural e urbana da Região do Contestado

Municípios que compõem a Região do Contestado	Porcentagem da extrema pobreza no meio rural	Porcentagem da extrema pobreza no meio urbano
Arroio Trinta	82,0%	18,0%
Bela Vista do Toldo	97,8%	2,2%
Caçador	25,5%	74,5%
Calmon	100,0%	0,0%
Canoinhas	42,5%	57,5%
Fraiburgo	55,9%	44,1%
Iomerê	0,0%	100,0%
Irineópolis	78,9%	21,1%
Itaiópolis	84,3%	15,7%
Lebon Régis	36,6%	63,4%
Macieira	64,1%	35,9%
Mafra	65,2%	34,8%
Major Vieira	73,2%	26,8%
Matos Costa	79,7%	20,3%
Monte Castelo	86,6%	13,4%
Papanduva	67,5%	32,5%
Pinheiro Preto	100,0%	0,0%
Porto União	17,3%	82,7%
Rio das Antas	28,6%	71,4%
Salto Veloso	24,8%	75,2%
Timbó Grande	75,0%	25,0%
Três Barras	6,5%	93,5%
Videira	26,6%	73,4%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (2010).

Dos 23 municípios que compõem a Região do Contestado, 14 apresentam predomínio da pobreza no meio rural e 9 pobreza urbana. Ou seja, a Região do Contestado apresenta em maior número municípios que apresentam pobreza rural. A Região do Contestado não difere de outras regiões brasileiras, pois a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural. Os habitantes da zona rural estão entre os mais empobrecidos do país. Apesar de os índices de pobreza rural estarem diminuindo de forma generalizada, a sua incidência continua sendo o dobro da urbana.

A problemática referente à pobreza no âmbito do espaço rural é uma questão histórica. No período em que imperava a lógica do desenvolvimento agrícola, marcado pelo sentido estritamente produtivo, a pobreza rural era concebida como um problema oriundo da pouca produção, e ainda, da forma equivocada de produzir. Para tanto, todas as estratégias de desenvolvimento adotadas, eram no sentido de necessariamente, incluir a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores e consequentemente a eliminação da pobreza (NAVARRO, 2001).

A continuidade desse quadro em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela permanência do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios.

[...] na grande maioria das vezes, a ênfase das políticas de combate a pobreza rural é setorial e com uma abordagem parcial (geralmente agrícola) dos problemas. Além disso, as políticas voltadas para a pobreza são geralmente assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais (GRAZIANO DA SILVA, et al. 2002, p.56).

Para Susan George (1971, p. 34, 41), a exploração e a pobreza é que são as reais causas da fome: “um individuo sem terra ou que habite em zonas urbanas num país subdesenvolvido terá o seu consumo inteiramente dependente do volume de seu rendimento”. Para a autora, a regra é simples: “[...] se quer comer, é preciso ou poder produzir ou poder comprar os alimentos, ou combinar ambas as possibilidades”.

2.3 O TERRITÓRIO E A REGIÃO NUMA REDE DE PEQUENAS CIDADES

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização.

(Milton Santos, 1999 p. 16)

Os conceitos de região, território, rede, pequenas cidades e desenvolvimento regional fundamentam numerosas discussões, sendo necessária uma seleção e um posicionamento objetivando o situar de cada pesquisa. Assim sendo, discute-se inicialmente o conceito de região, com base em autores clássicos buscando compreender a Região do Contestado e o Contestado como região. Em seguida, disserta-se sobre território-rede conceito fundamental para a compreensão do território e das redes que compõem a Região do Contestado, pois o contestado também se caracteriza como território. E por último, mas não menos importante, discute-se as pequenas cidades e o desenvolvimento regional, conceitos essenciais para entender as pequenas cidades que compõem a Região do Contestado bem como seu desenvolvimento regional. O intuito é desenvolver um alicerce teórico para embasar a discussão da fome e da de pobreza, conceitos-chave para a área de estudo.

A ciência geográfica e seu aporte teórico, constituída pelas suas categorias e seus conceitos, em determinados períodos e circunstâncias, apresenta sinais de rupturas e bifurcações, obrigando a uma revisão conceitual para entender a história do presente. Um dos conceitos mais clássicos da Geografia, e que durante muitas décadas foi, para um grande número de geógrafos, o conceito principal é o de região, conceito esse que, nas décadas de 1970 e 1980, foi submetido a numerosas críticas.

Os geógrafos passam, então, a adjetivar a noção de região como uma tentativa de “diferenciá-la de seu uso pelo senso comum”. Nos últimos dois séculos, surgiram os conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea, etc. As discussões que passam a ser travadas sobre eles acabaram provocando debates, no qual o tema predominante passou a ser a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico (CUNHA, 2000).

Para Lencioni (2009), a ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação ente o global e o local. Pensando nesse elemento mediador, procurou demonstrar que a ideia de região, como parte de uma totalidade, tanto quanto conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades. Isso porque, segundo a autora, viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir da mais simples experiência. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante.

[...] a palavra região assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem, ainda um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas pertencerem a um determinado lugar (LENCIONE, 2009 p. 198).

Lobato Corrêa (2001, p. 183) coloca que a origem etimológica do termo região estaria no termo *regio*, do latim, o qual se referia “à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano”. Ainda, segundo este autor, o fato de seu radical ser proveniente do verbo *regere*, governar, atribuiria à região “em sua concepção original, uma conotação eminentemente política”.

Fruto do pensamento vidaliano, a “região geográfica”, considerada a representação espacial, se não única, ao menos fundamental, entidade resultante, pode-se dizer, da síntese harmoniosa e das heranças históricas se tornou um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações (LACOSTE, 2012 p. 62).

É importante reconhecer que a própria origem etimológica do termo região já traz a alusão a “recorte” ou delimitação. Segundo o Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, “regio” designa as linhas retas traçadas no céu pelos áugures [adivinhos romanos] para aí delimitarem as partes; daí o sentido de ‘limites, fronteiras’ e, em consequência, ‘porção delimitada, bairro, região’. Por outro lado, ao mesmo tempo se refere a limite, área delimitada; devemos lembrar que a raiz “reg” indicava também movimento (em linha reta) (HAESBAERT, 2010, p. 24).

Atualmente a expressão região é empregada no senso comum, no cotidiano como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. A categoria região é de uso corrente está disseminada tanto na linguagem comum como na científica. Ela foi incorporada ao nosso dia-a-dia e possui um peso específico na estrutura conceitual analítica.

Gomes (1995, p. 53) coloca que, na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode ser associada à localização ou à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ainda ser uma referência a limites atribuídos à diversidade espacial. Emprega-se cotidianamente as expressões como: “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, “a região da cidade X”, como referência a um

conjunto de áreas onde há domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais.

No artigo, publicado no livro *Geografia: Conceitos e Temas*, Gomes (1995), chega a três grandes conclusões: o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; o debate sobre o conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc; e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência. A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados.

Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial [...] Desta forma, os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representam a extensão espacial do poder central hegemônico, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma (GOMES, 1995, p. 51).

Para Castro (1994, p. 62), a região pode ser vista como um “acumulador espacial de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com seu território”.

Para Lobato Corrêa (1997), o conceito de região é um conceito permanente na geografia, porém não congelado. Nesse sentido, contemporaneamente, no contexto chamado por David Harvey (1989) de pós-moderno e por Milton Santos (2004) de técnico-científico-informacional, o debate acerca do termo continua, pois vivenciamos uma redefinição do papel do Estado, com quebras de pactos territoriais e com o ressurgimento de questões regionais, de nacionalismos e regionalismo fragmentados. Nesse contexto, Lobato Corrêa (1997) afirma que termo região continua a designar uma determinada área na superfície terrestre que se diferencia do todo, sendo esse conceito cada vez mais abarcado por uma grande gama de

conotações, que possibilitam, de acordo com a aplicação de diferentes critérios, a criação das mais distintas regionalizações.

A região em estudo caracterizou-se pela herança, decorrente de um longo processo histórico com numerosos conflitos. As disputas territoriais iniciaram-se no século XVI, quando Portugal e Espanha, por meio do Tratado de Tordesilhas brigavam pela posse das terras contestadas. Já no século XIX, essa região será contestada pela então Província do Paraná e de Santa Catarina; esta região será novamente palco de disputas territoriais se estendendo até o século XX.

De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território” (GOMES, 1995 p.73).

Nesse contexto, o entendimento do processo de ocupação humana na região e os reflexos da guerra civil sobre a área em questão¹⁷ serão considerados, com ênfase ao entendimento da relação do homem com o meio ambiente regional, as relações capitalistas e os desdobres políticos envolvendo os interesses da burguesia no jogo social de múltiplos e complexos interesses com os camponeses.

Rochefort (1998, p. 61-62) menciona que:

[...] em certas partes do espaço de um país são ainda as condições do meio físico que marcam mais nitidamente o conjunto da paisagem e, por consequência, delimitam a região (...) é quase sempre uma combinação dos fatores topográficos, climáticos e biogeográficos que permitiria definir um conjunto homogêneo do ponto de vista das condições naturais. Às vezes ao contrário, é toda a história da influência progressiva do homem sobre o espaço (modo de recorte do espaço agrícola em função das formas de apropriação, modo de desenvolvimento do habitat rural ou urbano) que constitui o fator principal de unidade da paisagem numa certa porção do espaço: trata-se então de região histórica [...].

¹⁷ A ocupação humana do planalto catarinense e do segundo planalto paranaense pode ser recorrida através do tropeirismo, da pecuária extensiva, do extrativismo predatório, ao se olhar os parâmetros econômicos. Mas o habitante da região do Contestado é mescla de muitos grupos humanos, de diferentes origens, e pode-se dizer ainda, que a “diferenciação entre o serrano do campo (ligado à pecuária) e o do mato (ligado ao extrativismo), até hoje não está estudada, sequer esboçada” (MARTORANO, 1982). Esses homens não tiveram professores, e muito menos escolas; não tinham médicos e utilizavam a medicina caseira; a religião era tradicional (principalmente pautada no catolicismo rústico do interior do Brasil) e avoenga, pois os padres não apareciam, ou muito raramente o faziam, naqueles sertões. THOMÉ, Nilson. **Insurreição Xucra**. In.: Álbum O Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/Fund. Roberto Marinho, 1987.

A Região do Contestado que, no período conflagrado, era chamada de “sertão inculto”, passou por um amplo processo de desenvolvimento econômico, transformando-a numa porção de destaque no contexto sulista; porém, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades, havendo problemas de toda ordem. Depois da Guerra do Contestado, os destaques econômicos ficam evidenciados pelo “esgotamento” da floresta de araucária e após o *plantation* de *pinus* e, conseqüentemente, por uma indústria de celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados. Quando se fala de uma região natural, a área de estudo, caracterizada por extensas florestas de Araucárias, era rica em madeira nobre e erva-mate, floresta essa, amplamente explorada pela empresa Lumber, do interesse do capitalismo, desde a primeira década do século XX.

Regionalmente, aparecem cinco cidades que se destacam como centros regionais, sendo elas Mafra, Canoinhas e Porto União, pertencentes à AMPLANORTE e as cidades de Caçador e Videira pertencentes à AMARP. É importante destacar que a rede que une estas cidades à sua capital, Florianópolis e também a Curitiba, capital paranaense, é a mesma que integra a federação, mesmo estando estas cinco cidades em território catarinense.¹⁸

A função de centro é a mais característica da cidade e que, dentro de uma determinada região, as diferentes cidades guardam entre si, uma hierarquia, os geógrafos buscaram, depois a fórmula que lhes permitisse, sem a necessidade de demoradas pesquisas de campo e estudo de casos individuais, chegar ao conhecimento de qual e como seja essa hierarquia (SANTOS, 1959, p. 15).

Neste sentido, busca-se a caracterização de hierarquias urbanas e funções centrais, partindo dos centros locais, centros de zona, centros sub-regionais, capital regional e a metrópole regional,¹⁹ neste caso, Curitiba, sendo que Florianópolis não se caracteriza como metrópole regional. Importante mencionar, neste momento, que no início do século XX, já era possível perceber uma rede de relações

¹⁸ Redes urbanas regionais – Sul, caracteriza-se como importante estudo para entendimento da dinâmica hierárquica das cidades sulinas. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul.** Brasília: IPEA, IBGE, Unicamp, IE, NESUR, Iparde, 2000.

¹⁹ “A metrópole regional oferece a gama completa de bens e serviços que naquele tipo particular de sociedade é consumida pela população em razão de seu nível de renda e padrão de consumo (...), que somente ela está apta a oferecer: são aqueles consumidos menos freqüentemente, apresentando mais amplos alcances espaciais máximo. LOBATO CORRÊA, R. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática, 1989, p. 23. Nesta concepção, outro trabalho importante é o de ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o Urbano e a Região.** São Paulo: Hucitec, 1998.

socioeconômicas, entre Curitiba e a Região do Contestado. Todavia, naquela época, os camponeses comercializavam seus produtos também com Joinville, Lages, Blumenau e Florianópolis.²⁰ Desta forma, para o entendimento da rede de hierarquias urbanas envolvendo o Contestado, necessita-se da elucidação das dinâmicas urbanas numa escala regional – as duas unidades federadas.²¹

Rocheft (1998) parte do pressuposto, geralmente admitido, de que o volume do setor terciário (comércio, serviços, administração) é que dá a importância relativa do centro. É, pois, um elemento a ser considerado, quando se busca apurar a sua centralidade, pois exprime o papel de relação e coordenação. Mas, pode dar-se o caso de uma localidade com certo raio de influência contar com uma indústria desenvolvida. Isso levaria a uma percentagem do setor terciário menos significativa da verdadeira importância regional do centro. Por isso Rocheft (1998) toma como segundo elemento de comparação a importância do setor terciário de cada cidade, em relação com o total desse setor na região.

Analisando a região do Contestado, onde as cidades centrais destacam-se principalmente por serviços voltados ao setor primário e por algumas indústrias de beneficiamento de papel e tabaco, Santos (1959) coloca que, na área do fumo, a indústria respectiva é urbana, e não rural como sucede com o açúcar; desse modo, não pode haver discussão quanto ao fato de que contribui para reduzir o coeficiente do terciário. Cabem, entretanto, duas outras discussões. Em primeiro lugar, talvez, devamos considerar que a indústria do beneficiamento do fumo contribui para a função de centro do núcleo urbano, pois comércio e beneficiamento estão intimamente ligados.

Tais fatos remetem a uma mudança de percepção atinente a problemática da convivência com novos arranjos espaciais, nesse caso a guerra civil e seus reflexos sobre o espaço em questão – um processo passível de análises mais precisas, o que se pretendeu nessa pesquisa.

²⁰ No que tange as ligações comerciais entre a zona contestada e as cidades mencionadas, num primeiro momento cabe ressaltar algumas obras que mencionam tais fatos, dentre as quais: SANTOS, S. C. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998b; CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994; MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Guairá, s/d; TREVISAN, E. **Curitiba na Província**. Curitiba: s/n, 2000; DORFMUND, L. P. **Geografia e História do Paraná**. São Paulo: FTD, s/d; COSTA, S. G. **A Erva Mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

²¹ As análises das formas pelas quais o homem vem ocupando o espaço terrestre e utilizando os recursos e as influências na organização da vida econômica, deverá ser abordado, por meio de trabalhos como o de ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

Discutir a fome geograficamente é discutir também o uso do território não apenas pela produção, mas pelas possibilidades que todos devem ter de produzir alimentos especialmente, como também discutir a sua distribuição para aqueles que ainda passam fome.

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2007 p. 13).

A Geografia, por muito tempo, utilizou o conceito de território associado à escala do território nacional, sendo este inflexível, limitado apenas pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização socioespacial da política eram muito mais complexos do que a mera associação ao território nacional. O conceito território, de acordo com Haesbaert (2004), deriva do latim “territorium” que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de “pedaço de terra apropriada”. Na geografia, aparece com destaque no final dos anos de 1970.

O território pode ser concebido a partir a imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004 p. 79).

No que tange ao território do Contestado e a todo o poder exercido pelos coronéis da época, bem como a resistência dos caboclos, Arendt (1983, p. 212-213) disserta que:

O poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder de uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre homens quando eles agem juntos, e desaparecem no instante em que eles se dispersam (...) Um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e populosos impérios (...) Por outro lado, a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores.

Para Leite (2001, p. 14), o território não se resume ao território de um Estado: “é um produto de prática social. Como tal, envolve apropriação, os limites e

intenção de poder sobre uma porção determinada do espaço, ao mesmo tempo em que se constitui um meio usado pelos atores que nele interagem, para sua prática. Territórios são arenas políticas na medida em que correspondem a áreas delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e do poder implícito nessas relações”.

Andrade (1995, p. 19) esclarece que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Para Raffestin (1993, p. 143), espaço e território não são termos equivalentes; para ele, é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território e que o território se forma a partir do espaço; é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator territorializa o espaço.

De acordo com Santos (2007, p. 14), o território:

Não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Sobre a amplitude do conceito de território, Haesbaert (2004, p. 37) diz que:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como uma fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir da intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Quando o objeto de análise é a fome e a pobreza no Contestado, as quatro vertentes básicas do conceito de território proposto por Haesbaert (2004, p. 40) são as que mais se aproximam da realidade:

1. *natural* – seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais, (o território restringido ao mundo animal ou entendido dentro de um comportamento “natural” dos homens), seja na relação sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica – ou mesmo o “poder” – natural do mundo).
2. *política* (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político de Estado.
3. *cultural* (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto em relação ao seu espaço vivido.
4. *econômica*: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Cem anos após o início de profundas batalhas que constituíram a Guerra do Contestado em sua totalidade, identificam-se marcas econômicas, políticas, sociais, naturais e culturais que, até hoje, implicam diretamente naquele território. E são estas marcas que carecem ser refletidas com a profundidade necessária em relação às condições qualitativas de vida da sociedade regional.

A Geografia muito pode contribuir para a compreensão do problema a partir do uso do território, pois é nele que se manifestam as desigualdades socio-espaciais, bem como a interpretação dos processos de manutenção da fome.

Para uma melhor compreensão da Região do Contestado, é conveniente apoiar-se em Bonnemaïson (2002), quando destaca a importância de entender o território pelas relações cotidianas, como espaço vivido e afetivo, ou seja, o espaço apropriado pelo campo subjetivo dos grupos culturais. Assim, tem-se um território que, ao mesmo tempo, não representa somente fluxidez, mas um conjunto de

lugares e trajetos ou itinerários que se estabelecem em diferentes escalas (nacional, regional, local – urbana ou rural).

Nesse sentido, a territorialidade corresponde todas as relações sociais efetivadas pelos sujeitos entre si e com o espaço da vida; é marcada por elementos de mudanças e processos no movimento de territorialização que, por sua vez, gera o território. A territorialidade corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, às relações econômicas, políticas e culturais que os homens estabelecem entre si com sua natureza exterior (SAQUET, 2011).

Sack (1986) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

Cara (1996), ao tratar dos conceitos de território e de territorialidade, afirma ser o primeiro uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço, enquanto que a segunda seria a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. Sob esse enfoque, o sentido de pertencimento, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional. Os conceitos de territorialidade e de identidade proporcionariam a definição de territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

Os indivíduos interagem, de modo especial, cultural e economicamente, e são essas relações que se condicionam e que correspondem à territorialidade ou às territorialidades (SAQUET, 2011).

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os autores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Buscando compreender a territorialidade da Região do Contestado, volta-se às palavras de Saquet (2011) que enfatiza que a territorialidade é relacional e significa relações ao poder, redes de circulação e comunicação, identidades (simbólicas, afetivas, patrimônios), dominação social, resistências, conflitos, entre outros componentes que indicam relações sociais entre sujeitos e entre estes com o seu lugar de vida, tanto econômica como politicamente e culturalmente. A territorialidade também significa apropriação e, simultaneamente, demarcações mais ou menos definidas de acordo com cada sociedade e relações espaço-tempo. Delimitações areais, em rede e/ou manchas regulares ou irregulares. Cada processo de des-re-territorialização²² é que determina a forma e os conteúdos das apropriações e demarcações, bem como das relações sociais e dos reordenamentos do próprio território. Elementos esses presentes em toda a Região do Contestado, seja no território da Guerra do Contestado, seja nos dias atuais, porém, vale destacar que o território do contestado, seu povo e sua cultura são marcados pela invisibilidade desde o fim desta guerra; o rompimento desse silêncio vem sendo lentamente rompido pelas ciências humanas, mesmo que cada qual atue na sua realidade analítico-metodológica; dessa forma, o fenômeno dos esquecimentos sucessivo tende a ser reduzido (FRAGA, 2011).

Para compreender a territorialidade da Região do Contestado, apoia-se em Haesbaert (2011, p. 195), quando ele disserta que a territorialidade é “aquela que depende estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra, o meio no qual o grupo social está inserido”, realidade do povo que habitava aquela região antes da Guerra do Contestado.

Quanto aos sentidos simbólicos sobre o território do Contestado, são marcados pela consciência e pelo valor territorial, pois as lutas travadas entre o povo e o estado estavam ligadas, também ao espaço físico em si, quando aquela natureza era responsável pela subsistência de milhares de pessoas e estas dependiam dela para viver. Assim aquela natureza, posteriormente territorializada,

²² De acordo com Deleuze e Guattari (1997 p. 224), podemos afirmar que a desterritorialização é um movimento que se abandona o território, “é a operação linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território. Foi o que aconteceu na região do contestado muitos tiveram que abandonar seu território, alguns reterritolizaram-se em outras regiões ou voltaram pós guerra para tentar recuperar o que lhes pertencia.

não era um espaço vazio ou um território do silêncio, mas o testemunho de muitas vidas.

De acordo com Haesbaert (2011, p. 194-195), o aparecimento do Estado seria responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial.

Santos (2003) revela que para definir um pedaço de território devem ser levadas em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, incluindo a natureza, com sua utilização, e a ação humana, redigidas pelo trabalho e pela política. Nesse sentido, o território é vivo, revelando as ações passadas e presentes, congeladas nos objetos, e as presentes, também marcadas pelas ações.

Analisando a dimensão territorial e os processos sociais sofridos na Região do Contestado, apoia-se em Raffestin (1993) para o que ele denomina de T-D-R Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização, uma das bases para compreendermos o território-rede que compõem a região em estudo.

Para Haesbaert (1998), em um território, a partir de sua relação com as redes, pode-se ter pelo menos duas situações que, por sua vez, dependem da dimensão social e da escala que se prioriza:

- o território é mais amplo do que as redes, sobrepondo-se a elas, caso em que as redes se tornam "elementos" constituintes ou fortalecedores do território, caso típico dos Estados-nações quando vistos a partir das redes político-administrativas e socioeconômicas que lhes dão uma (relativa) coesão interna, tendo, neste sentido, um papel territorializador; dialeticamente, o território, por meio de suas fronteiras, pode manter ou fortalecer a coesão dessas redes, ao controlar os fluxos dirigidos para fora deste território.
- o território é mais restrito do que as redes, quando estas se sobrepõem a eles, podendo participar de dois processos distintos: um de ordem territorializadora, quando a(s) rede(s) servem de articulação para territórios fragmentados; outro de ordem desterritorializadora, quando a(s) rede(s), com seu caráter extrínseco preponderando em relação a um território, atua(m) na sua desarticulação (podendo, entretanto, rearticular territórios em outras escalas, como é o caso das "empresas-rede" multinacionais (HAESBAERT, 1998, p. 63).

A relação entre redes e territórios é permanente e indissociável (HAESBAERT, 2011). Diante desta afirmativa, vê-se como importante explicar conceitualmente o processo de entendimento da rede enquanto objeto de análise científica, sobretudo quando este busca a compreensibilidade do arranjo da rede sobre o território e, no caso específico desta pesquisa, sua articulação, na região do

Contestado, decorre da compreensão de que as relações em rede exercem efeitos determinantes na organização do território. A abordagem analítica da complexidade envolvendo rede, território e organização se faz importante, na medida em que possibilita o entendimento da organização espacial, quando da distribuição de bens, principalmente no período entre os anos marcados pelo conflito armado do Contestado e na atualidade das relações socioeconômicas, políticas e culturais.

A palavra rede é antiga e vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações” (FRAGA, 2006, p. 128).

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder ou dos atores dominantes (...) o sistema é tanto um meio como um fim (RAFFESTIN, 1993, p. 72).

Lobato Corrêa (1997) destaca a importância do estudo das redes geográficas, que seriam formas para a verificação das interações espaciais. As redes geográficas constituem parte integrante do longo e cada vez mais complexo processo de organização espacial socialmente engendrado. O autor destaca seis tipos de redes geográficas:

1. *Rede solar*: um nó central vincula nós menores.
2. *Rede dendrítica*: localização excêntrica do centro nodal como numa rede fluvial.
3. *Rede christalleriana*: caracteriza-se por uma rede hierarquizada na qual o centro nodal de maior nível hierárquico tem uma localização central; circundam ao centro nodal centros inferiores que, por sua vez, controlam centros ainda menores; é uma união e complexificação das redes solar e dendrítica.
4. *Rede axial*: disposição linear dos nós, associada, via de regra, à existência de uma única via de tráfego linearmente disposta; interações ocorrem em duas direções e o número de centros tende a ser maior.

5. *Rede circular*: há um único circuito que abarca todos os nós, dispostos de modo circular; não há centro nodal nitidamente dominante; fluxos podem seguir a direção dos ponteiros do relógio ou a direção contrária.
6. *Rede de múltiplos circuitos*: várias ligações possíveis entre um mesmo par de nós; é uma rede mais complexa; havendo uma hierarquia ou complementaridade entre os nós.

Para Lobato Corrêa (1997), as redes geográficas podem ser analisadas em três dimensões: organizacional, temporal e espacial. Tais dimensões permitem identificar a configuração interna da entidade estruturada em rede, a duração, a velocidade dos fluxos e a frequência como a rede se estabelece, além de compreender a escala, a forma espacial e a conexão da mesma. Neste sentido, o estudo de redes é um amplo conteúdo que favorece a formulação de novas propostas a serem desvendadas e restauradas ao longo do tempo, à medida que se modificam os papéis e as funções dos centros geradores de capital.

A região é um olhar sobre o espaço lento, enquanto a rede vem a ser o olhar sobre o espaço móvel e integrado, e conclui dizendo que uma vez que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens, hoje, é a rede (MOREIRA,1996). Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Do ponto de vista da circulação, toda rede está em perpétua transformação, dependendo da escala privilegiada pelas estratégias – se a grande ou a pequena. No caso específico deste trabalho, cabe ressaltar que a pequena escala é aquela que tenta realizar uma integração territorial e uma continuidade na distribuição das distâncias: controle dos espaços moleculares por oposição aos espaços, com os atores políticos se inspirando, na maioria das vezes, em princípios hierárquicos e centralizadores. As redes não são somente a exibição do poder, mas ainda feitas à imagem do poder. A informação, composta de mensagens, é comunicada por meios cuja natureza e utilização implica uma certa concepção do espaço e do tempo, para a gestão e o controle dos quais a comunicação é indispensável, conforme argumenta Reffestin (1993).

Uma rede urbana compreende, pois, a organização do conjunto das cidades e suas zonas de influência, a partir dos fluxos de bens, pessoas e serviços estabelecidos entre si e com as respectivas áreas rurais, constituindo-se “em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais” (LOBATO CORRÊA, 2001, p.424). É formada por centros

urbanos de dimensões variadas e suas relações dinâmicas, como campos de forças de diferentes magnitudes, que interagem no decorrer do tempo e no espaço. Sua configuração “é consequência de um dado processo de acumulação, mas passa a ser igualmente determinante ao estabelecer requisitos a esse processo” (IPEA, 1999, p.52).

Nesse sentido, Lobato Corrêa (2003, p. 66) esclarece que:

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é que se espera que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas. Há uma variedade de redes e uma conexão com diversos tipos de sociedades pode ser estabelecida por via do conceito de formação espacial, conforme de modo técnico [...].

Entender seus nós e as relações que entre eles se estabelecem, ou seja, as interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

Geógrafos alemães, dentre os quais Weber (1929)²³, Christaller(1966)²⁴ e Lösch (1957, 1939)²⁵, desenvolveram uma teoria de localização que considerava a disposição geográfica do mercado e, novamente, os custos de transporte, utilizando de um instrumental da Geometria para explicar a concentração de atividades produtivas organizadas sob a forma de um hexágono.

Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente²⁶, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de

²³ WEBER, A. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago, 1929.

²⁴ CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

²⁵ LOSCH, A. **Teoría Económica espacial**. Buenos Aires: Ateneo, 1957; LOSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University, 1939

²⁶ Região homogênea e desenvolvida economicamente, não cabe à região em estudo, por ser uma região pobre, porém é importante fazer esse resgate histórico quando ao uso do conceito das localidades centrais.

população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros é, de um lado, o alcance espacial máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo (LOBATO CORRÊA, 1997, p. 41).

Nesse sentido, os centros urbanos capazes de exercer “centralidade” são denominados “lugares centrais”. Enquanto que a “centralidade” de que dispõem é proveniente de seus papéis como centros distribuidores de bens e serviços, quer dizer, é resultante das “funções centrais” que tais centros são capazes de desempenhar em sua hinterlândia ou área de influência, gerando, conseqüentemente, uma diferenciação de caráter hierárquico, determinada a partir do alcance espacial (BESSA, 2012).

Compreender a principal função de um centro urbano baseado na teoria dos lugares centrais é importante para entender a dinâmica das cidades do Contestado no contexto regional.

[...] atuar como um centro de serviço para o seu interior, suprindo-o de bens centrais tais como serviços comerciais, bancários e profissionais, meios educativos, de lazer e culturais e serviços urbanos governamentais. Pequenos lugares centrais e as suas regiões complementares serão incluídas dentro das áreas de mercado dos centros maiores. No equilíbrio de longo prazo, quando toda a área do sistema é abrangida, as áreas de serviço terão a forma hexagonal. A teoria dos lugares centrais é relevante para o planejamento urbano e regional porque um sistema hierárquico proporciona um meio eficiente de administrar e fornecer recursos às regiões. Os principais lugares centrais constituem, amiúde, os pontos-chave de crescimento na sua região e determinam a taxa de desenvolvimento econômico na região como um todo (RICHARDSON, 1969, p.82- 83).

Seguindo tal lógica de análise, a Região do Contestado se estabeleceria como centro de suas próprias redes, quando verificada a hierarquia e a espacialização produtiva, como no caso de Caçador e sua indústria madeireira, seguida de produção de tomates para abastecimento do Centro-Sul; Videira com a indústria de alimentos à base de frango e suínos; Três Barras, sede de importante indústria de beneficiamento de madeira produzida por meio do *plantation* de pinus que atinge a escala regional; Canoinhas, caracterizada no processo madeireiro e na erva-mate; Mafra com indústrias madeireiras, cerâmicas, além de um importante entroncamento rodoferroviário, entre outros, são exemplos. Estas se caracterizam por funções especializadas na produção, revelando uma rede urbana que não segue basicamente os modelos christallerianos, que dão privilégios às hierarquias urbanas. Aqui se remonta a discussão teórica inicialmente feita sobre as escalas das redes,

quando se verificou que o Contestado tanto – e sempre – esteve na escala global como territorial/nacional, como na local – a sua rede.

Segundo Ferreira (1989), as teorias de localização constituem um elo indispensável para a explicação das decisões onde se localizam os empreendimentos, da concentração das atividades econômicas e dos condicionantes do desenvolvimento regional. Da mesma forma, as teorias da localização explicam as estratégias históricas de acumulação de capital dos grandes conglomerados comerciais, industriais e de serviços.

Pode-se dizer que as teorias da localização constituem uma contribuição indispensável para a análise das orientações locais das atividades econômicas regionais. Têm significativo poder de explicação de vantagens e desvantagens específicas de cada atividade socioeconômica, que as regiões têm para atrair empreendimentos. Assim, a distribuição das indústrias entre as regiões, principalmente as de pequeno e médio tamanho, voltadas a atividades agrícolas, industriais e comerciais, são influenciadas ainda pela distribuição dos recursos naturais, pelas condições físico-naturais (solos, relevo, clima), pelos custos de transporte, mas principalmente, por outros fatores locais modernos. (DALLABRIDA, 2010).

Analizando as cidades polos e as demais pequenas cidades, que integram a região do Contestado, percebe-se que é nítida a falta de alguns elementos que dificultam o desenvolvimento dessa região. A mesma carece de energia elétrica, pois falta de energia elétrica nesta região é constante; após a implantação de estufas elétricas para secagem das folhas do tabaco, as quedas de energias se tornaram rotina; faltam rodovias e ferrovia para escoamento de mercadorias, faltam políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e, como consequência disso, faltam universidades públicas para especializar a mão-de-obra que também é escassa nesta região.

Segundo a FETRAF-SUL (2014), a queda de energia na região do Contestado é frequente e, segundo os agricultores familiares, chega a acontecer por três vezes em apenas um dia. A produção de fumo, leite, aves, o comércio e as agroindústrias familiares são afetados pela falta de energia. “A falta de energia no meio rural é além de preocupante, pois com apenas uma hora sem luz elétrica o agricultor pode perder grande parte de sua produção”, disse o coordenador da FETRAF-SUL/CUT em Santa Catarina.

Na escala local, a Região do Contestado utiliza as velhas interligações existentes no passado, muitas das quais foram melhoradas e até mesmo asfaltadas, como a SC-135, que se constituiu como o último grande investimento de infraestrutura viária, financiado por capital estrangeiro devido à necessidade de escoamento melhorado para o *plantation* de *Pinus* que atende indústrias madeireiras como Klabin e Rigesa. Além da SC-280, que no ano de 2014 foi (re) federalizada e passou por recapeamento e limpeza nas margens da rodovia, realizado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), voltando a ser designada BR 280.

O asfaltamento da SC-135, um antigo caminho tropeiro, antes de 2012 era chamada de Rodovia da Amizade e, a partir dessa data, passou a ser chamada de Rodovia do Contestado, abriu perspectivas de desenvolvimento municipal para a Região do Contestado e vê-se a possibilidade de desenvolver-se com um acesso asfáltico com a BR-116 ou mesmo com a BR-280, para escoar sua produção de pinus, aves, fumo, que também são elementos norteadores da fome e da pobreza de sua população, que vive com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa Catarina.

Há que se considerar ainda a necessidade de potencializar as redes históricas e mantidas sobre a região do Contestado para a manutenção e entendimento da população no conjunto da história nacional e suas melhorias no sentido do desenvolvimento regional, propiciando geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da fome e da pobreza marcante em muitos municípios da Região do Contestado, principalmente em Bela Vista do Toldo, Monte Castelo, Major Vieira e Três Barras, pertencentes à AMPLANORTE e Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande, pertencentes à AMARP, que compõem a Região do Contestado definida para esta pesquisa.

Não existe a possibilidade de uma análise puramente marcada por uma abordagem clássica de rede de interconexões física, política e de infraestrutura, pois no Contestado a rede se dá acima de tudo pela dinâmica social da construção histórica daquele espaço enquanto territorialidade. Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que já haviam conquistado por ocupação e usufruto a terra (FRAGA, 2006 p. 131).

A presente asseveração apenas enumera possibilidades para o entendimento de uma rede que une Curitiba, a capital paranaense, com a Região do

Contestado, desde os tempos anteriores à guerra civil, passando pelo processo de colonização regional, chegando a uma hierarquia urbana com marcas do passado no presente, buscando compreender por que esses municípios possuem baixos índices socioeconômicos, pois boa parte vive na linha da pobreza. Não se descartam os estudos que envolvem a ligação de Florianópolis nesse processo, afinal o processo de catarinização²⁷ foi uma política pública dos anos de 1980. Um dos exemplos dessa rede é o sistema intermunicipal de passageiros dominado pela empresa Reunidas que liga a região do Contestado a outras regiões de Santa Catarina e ao Paraná.

A região do Contestado é composta somente de cidades pequenas quando nos remetemos à divisão do IBGE, que traz que cidades com até 100 mil habitantes são consideradas pequenas. A origem das cidades está atrelada principalmente ao contexto socioeconômico e político atuante no espaço urbano, assim temos cidades de origem religiosa, comercial, industrial, entre outras. Quanto ao tamanho, os parâmetros demográficos, da produção industrial e da receita comercial são utilizados para dimensioná-las em cidades pequenas, médias, grandes e região metropolitana (LOBATO CORRÊA, 2003, p.135).

A cidade é um território particular de uma combinação de territórios que depende de realidades, mecanismos ou escalas bem diferentes, expressos pelas rupturas relacionadas não apenas a tamanho ou estatuto, como aquelas existentes entre o público e o que privado, entre o que é urbano e o que é rural, por exemplo (RONCAYOLO, 1990, p. 19).

A morfologia e os papéis das pequenas e médias cidades constituem-se como ponto de partida para sua compreensão, e a morfologia é a ciência que estuda o objeto – forma urbana – nas suas características exteriores, físicas e na evolução

²⁷ No que tange ao processo de catarinização do município de Porto União- SC destaca-se a abordagem realizada por Peluso Junior (1991) “Distante 400 km de Florianópolis, Porto União não tem ligação asfáltica com Canoinhas. Vivem naqueles 947 km² do território catarinense cerca de 30.000 pessoas – 30.000 catarinenses contribuindo para a grandeza de Santa Catarina. Ainda assim, esses nossos irmãos tem total dependência política e administrativa, no que tange aos serviços públicos básicos, do Estado do Paraná, das decisões político-administrativas do Paraná. A distribuição da energia elétrica é feita pela Copel, os serviços telefônicos pela Telepar, o sistema de abastecimento d’água é da SANEPAR. No campo da comunicação eletrônica, os sinais das emissoras de TV catarinense não chegam a Porto União cuja população se limita a acompanhar a programação das emissoras paranaense. Somente em 1984 quando o então governador Esperidião Amin Helou Filho e seu secretário estiveram em Porto União é que foi determinada medidas administrativas do elenco de providências que denominam PROJETO PORTO UNIÃO DESTINADO A CATARINIZAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

do tempo, ou seja, diz respeito à análise interna da cidade, de que modo as populações e as profissões se repetem no tecido urbano e como se organiza esse tecido. A morfologia urbana nos permite compreender os processos de transformação de uma cidade, de sua estrutura e de sua paisagem, ou seja, compreender as causas sociais que fomentam as mudanças (ou permanências) do plano, da edificação e da própria imagem urbana (LAMAS, 1992).

De acordo com Castells (1973), as cidades se formaram e passaram a existir tendo por base a produção e o trabalho na terra. As cidades tornam-se o local de residência dos proprietários rurais que não precisavam mais estar fixados no lugar da produção agrícola.

Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de um novo sistema de organização social, mas que não é separado do rural, nem posterior a ele, porque eles são estreitamente ligados no seio do processo de produção de formas sociais, mesmo se, do ponto de vista dessas formas, se esteja em presença de duas situações diferentes (CASTELLS, 1973 p. 23).

A cidade não se resume ao conjunto de edifícios, por onde circulam pessoas e veículos, ao território ocupado, diferentemente, pelos atores sociais e suas atividades econômicas, nem tampouco aos aspectos culturais dos grupos populacionais que vivem na área urbana. A cidade é muito mais que cada um desses aspectos, e vai além da simples combinação ou da articulação entre eles. (SPOSITO, 2008).

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK, 1973 p. 26).

Para Moura (2009), a cidade surge como uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não – e em todas as atividades de direção, de gestão e no processo de inovação. Lugar onde os vários grupos encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de intercâmbios, mediante a partilha legítima de um mesmo território.

O perfil urbano de pequenas e médias cidades é um assunto que vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras. A maior parte da produção científica relativa ao urbano é característica da realidade social metropolitana.

As pequenas cidades são um grande desafio para a pesquisa no Brasil, por diversos motivos, um deles é a ausência, ainda, de uma produção acadêmica mais significativa sobre essa temática, mas há de ser levado em consideração que a urbanização brasileira também é algo novo, se considera a sua longa duração. Todavia, nos estudos relacionados com essa temática, os recortes demográficos, para classificar ou definir o que é uma pequena cidade são polêmicos, pois há que se levar em conta que uma pequena cidade não poder ser definida apenas pelo seu número absoluto de habitantes, mas por outros fatores que devem ainda ser elucidados.

A referência mais utilizada para a delimitação do porte das cidades é a população residente, desse modo quanto menor a população, menor será a cidade. Todavia, a partir da população residente, quando se trata do conjunto das cidades brasileiras, ou em outros termos, do sistema urbano brasileiro, trabalhos como o de Gohn (2007), a título de exemplo, definem pequenas cidades com até 50 mil habitantes.

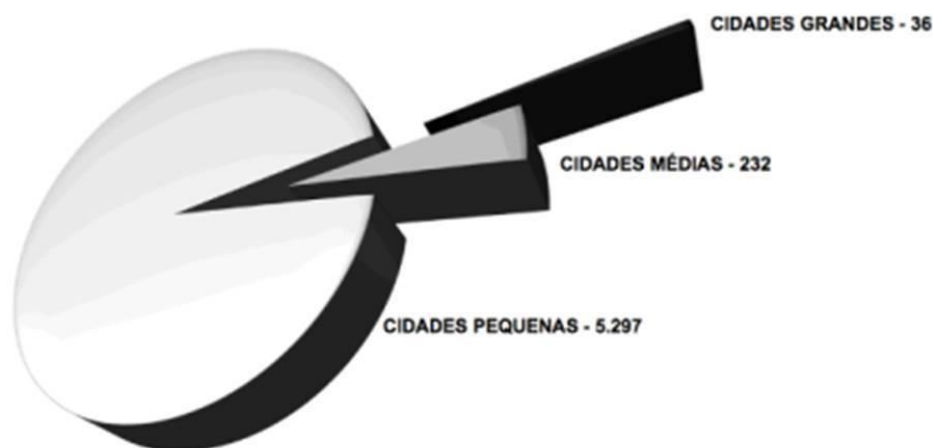
Lobato Corrêa (1999) utiliza as expressões pequenos centros ou pequenos núcleos para cidades com população inferior a 50.000 habitantes.

Para Endlich (2006 p. 52):

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre - si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais.

A definição apresentada pelo IBGE (2000) oferece apoio estabelecendo como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes, cidades pequenas, de 100 a 500 médias e mais de 500 grandes cidades. De acordo com os dados obtidos pelo IBGE (2010), verifica-se que é expressivo o número de cidades pequenas, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1: Definição do Tamanho das Cidades de Acordo com o IBGE.



Fonte: Ludka e Simas, 2010, Adaptado de IBGE, 2011.

A realidade da pequena cidade é relegada ao complementar, ao acessório e, na maioria das vezes, às sobras teóricas e postulados emprestados de outras ciências sociais. Assim, a categorização da pequena cidade torna-se uma tarefa que em muitos casos na geografia é alocada para noções ora superficiais ou mesmo sem sentido prático, ora de formulações abstratas que perpassam o mero simbolismo do contrário (pequena cidade como diferente de grande cidade).

A importância da pequena cidade, sede de novos municípios, não pode estar associada ao seu tamanho populacional. É importante considerar as funções que as mesmas desempenham dentro do contexto em que se inserem, mesmo que apresentem tamanhos limitados e reduzido grau de polarização passam a exercer certo grau de centralidade, definido pela natureza centrípeta das mesmas, muitas vezes associadas às novas formas de circulação ou a presença de projetos que definem novas frentes de econômicas de ocupação territorial ou de consolidação dessas mesmas frentes cuja dinâmica pode ser de natureza mais agrária, terciária ou secundária. E dada a essa condição, definem-se como pequenos centros de gestão do território de caráter econômico e político, independentemente de suas funções voltadas para uma dinâmica mais urbana ou mais rural. (TRINDADE JÚNIOR, 2009 p. 646).

As cidades locais, termo utilizado por Milton Santos para designar pequenas cidades é “a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2008a, p.88).

Para que exista uma cidade, deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade -, mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades. (SANTOS 2008a, p. 88)

Milton Santos (2008a) ajuda a compreender também os papéis das pequenas cidades, nesse momento, pois estas não têm condições de suprir todos os bens e serviços, ou vendem muito caro, ou acabam por perder boa parte de seus habitantes.

Como aponta Souza (2003, p. 25), toda cidade existe, na perspectiva geoeconômica, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade, de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores. Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta sua interpretação ou interpretações.

A grande quantidade de cidades pequenas e médias no Brasil carece de planejamento, visando à qualidade de vida da população local e não somente o crescimento econômico que beneficia grupos já privilegiados, ampliando as desigualdades sociais, de maneira que tais urbes passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores no que tange a emprego, educação, habitação, meio ambiente entre outros. Vê-se também a necessidade de investimentos do poder local em recursos públicos, na maioria das vezes escassos, ter como estratégia promover bons serviços públicos, melhorando os setores de educação, saúde, lazer que privilegiem todos os residentes, o que poderá representar novas possibilidades para as pequenas cidades, principalmente para as cidades que compõem a Região do Contestado.

O desenvolvimento em qualquer concepção deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS, GARCIA, 1998, p. 24).

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais

como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Para Josué de Castro (2003), falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver, outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil.

A preocupação com a qualidade de vida da população, logo, com o desenvolvimento e não apenas com o crescimento econômico, evidentemente, não pode ser considerada algo novo. Na verdade, tal preocupação pode-se dizer que esteve na origem da economia. Assim, a problemática central tratada pelos chamados “economistas clássicos” (como por exemplo, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill) era como melhorar as condições de vida da população através de um aumento no acúmulo de riquezas.

A definição de desenvolvimento, ao ser diferenciado de crescimento econômico, traz implícita a ideia de transformação e de evolução, pelo fato de incorporar a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas (DALABRIDA, 2010 p. 38).

Boisier (2000) refere-se ao conceito de desenvolvimento regional como o processo de mudança estrutural localizado no âmbito territorial chamado região, que se associa a um permanente processo de crescimento da própria região, da comunidade ou sociedade local e de cada indivíduo que lá habita.

O estudo sobre a dinâmica regional supõe a definição preliminar do conceito de região para evitar imprecisões sobre o próprio objeto de estudo. A utilização do conceito de uma região econômica é justificada pela hipótese de que uma região cresce ou declina como um todo, ao invés de ter suas variações de renda como a soma aleatória de variações independentes nas atividades nela localizadas.

Para Oliveira e Souza Lima (2003, p. 31), “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no

planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

[...] o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado [...] como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente [...] do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. [...], o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena (BOISIER, 1989, p. 616).

Ao discutir sobre a dinâmica regional, cai-se nas cidades de influência regional, aquelas que, em face do nível de relacionamento que mantêm, expandem a sua influência por uma área muito extensa, formando regiões. Abaixo das cidades de influência regional se têm as cidades de menor importância populacional e econômica; são centros sub-regionais e locais, facilmente exemplificados e cuja importância e área de influência variam consideravelmente de uma região para outra (ANDRADE, 1981).

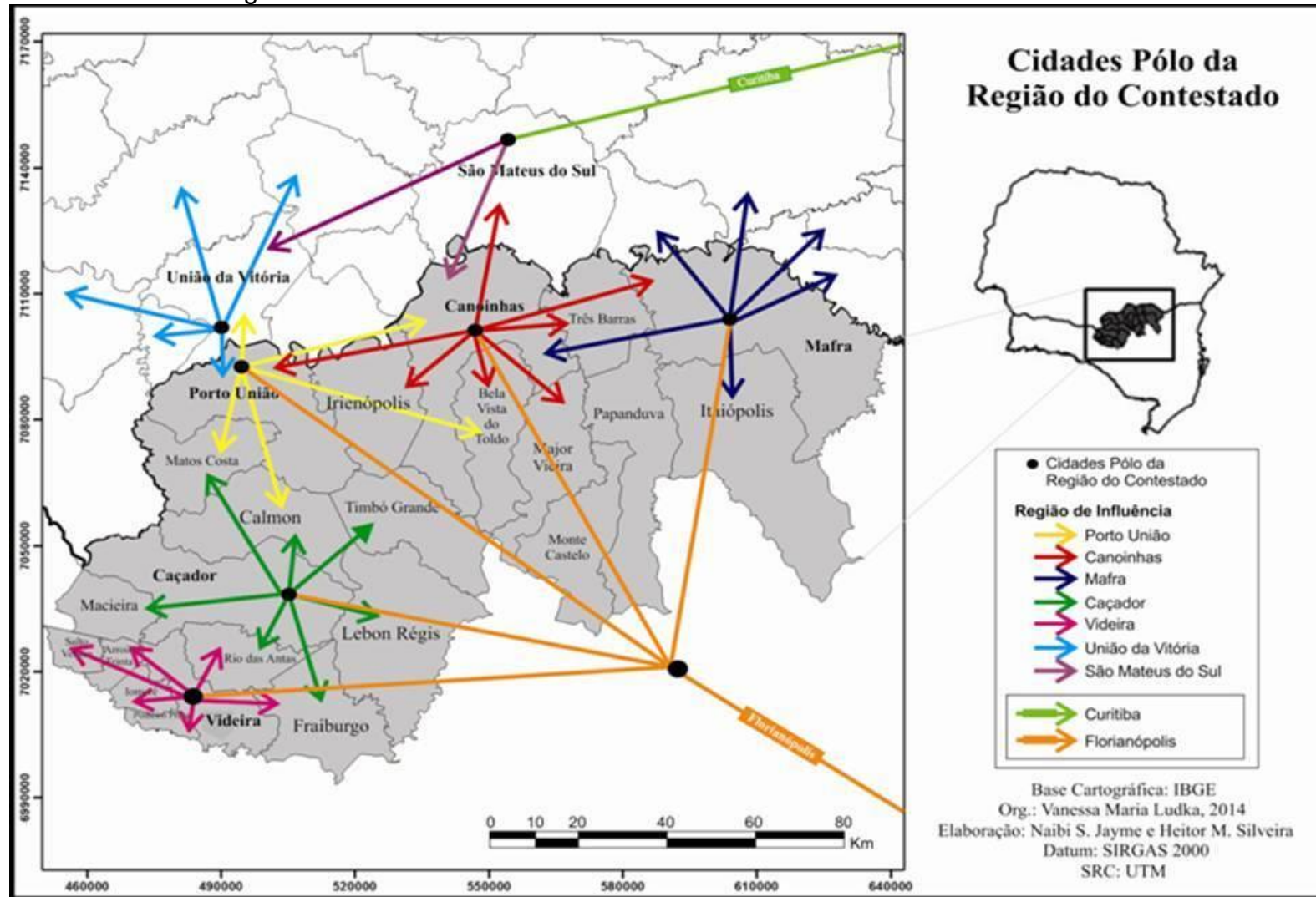
Neste caso, voltam-se os olhares para as considerações e críticas quanto a uma situação ideal exigida pelo modelo referenciado em Christaller (1996), para a configuração de relações hierárquicas entre centros, estudos empíricos concluíram que:

Quaisquer que fossem as condições naturais de acessibilidade, distribuição espacial da população e dos centros, de distribuição de renda, competição imperfeita e monopólios, e padrões culturais, emergiria uma rede hierarquizada de localidades centrais desde que houvesse uma economia de mercado que interligasse entre si numerosas áreas, cada uma com excedentes locais e consumo de bens e serviços não localmente produzidos (IBGE, 1987, p.12).

Para Andrade (1981), o relacionamento entre as cidades dá-se muitas vezes de forma hierarquizada, vertical, em que a cidade maior satelitiza a cidade menor, o que é o caso da Região do Contestado (Canoinhas, Mafra, Porto União, Caçador e Videira – são cidades polos e as demais, pequenas, são cidades satélites destas) fornecendo os produtos e os serviços mais especializados aos seus habitantes; às vezes, porém, se realiza em nível horizontal, como uma troca de serviços, de vez que dois centros urbanos do mesmo nível de desenvolvimento têm especializações diversas. Assim, os centros urbanos de menor porte e importância são verdadeiros centros rurais, de vez que vivem em contanto permanente e em função do campo

que se situa nas imediações, constituindo a realidade da maioria das pequenas cidades que constituem a Região do Contestado (Mapa 2).

Mapa 2: Cidades Polos da Região do Contestado.



Fonte: A autora, Adaptado de IBGE, 1987.

Analisando o Mapa 2, percebe-se cinco cidades polos, as quais exercem poder sobre as demais cidades locais:

- Videira possui influência nas cidades de Fraiburgo, Rio das Antas, Pinheiro Preto, Iomerê, Arroio Trinta e Salto Veloso.
- Caçador exerce influência nas cidades locais de Fraiburgo, Lebon Régis, Timbó Grande, Calmon, Matos Costa, Macieira e Rio das Antas.
- Porto União exerce influência sobre as cidades locais de Calmon, Matos Costa, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Canoinhas e na Cidade gêmea União da Vitória pertencente ao estado do Paraná.
- Canoinhas exerce poder nas cidades de Porto União, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Três Barras, Mafra e a cidade do estado do Paraná São Mateus do Sul.
- Mafra exerce poder nas cidades locais catarinenses de Itaiópolis, Papanduva, Três Barras e Canoinhas e nas cidades locais paranaenses de Rio Negro, Antônio Olinto, Lapa, Campo do Tenente e Piên.

É importante destacar que as cidades polos em questão exercem esse poder sobre as cidades locais pela sua dinâmica urbana, ou seja, pelos serviços oferecidos, sejam eles serviços bancários, universidades, hospitais, médicos, hipermercados, lojas de insumos agrícolas, lojas de veículos entre outros. Serviços esses que não são encontrados nas cidades locais.

Vale também ressaltar que a rede Curitiba/Contestado é marcada por um sistema comercial de privilégios que ultrapassam a compra da erva-mate coletada no interior da Região Contestada, mas a base de um mundo vivido de relações,²⁸ que se mantiveram até o século XXI, onde o Contestado se mantém unido a uma rede de múltiplos e complexos interesses com a capital paranaense, principalmente pela proximidade da região contestada, o que dificulta a mesma rede com a capital catarinense devido à distância geográfica. Não se descarta os estudos que envolvem a ligação de Florianópolis nesse processo, as questões político-jurídicas dessa região estão diretamente ligadas à sua capital, ou seja, Florianópolis.

Mesmo compreendendo as dificuldades de estabelecimento dos recortes regionais, é possível ensaiar uma delimitação, como a apresentada, avançando no

²⁸ Sobre tais aspectos de abordagem, ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas**: ensaiando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998, permite maior entendimento para as análises futuras da pesquisa e suas complexidades.

conhecimento da estrutura reticular e das centralidades. A partir do desenho composto, a soma da população dos municípios dos subsistemas e o número de centros, conforme níveis de centralidade são reveladores de sua importância na organização da região do contestado.

A região em estudo não possui um único trecho de ferrovia ativo, fator restritivo ao desenvolvimento regional, devido ao fato de aquela área formar na atualidade o complexo agroindustrial brasileiro de suínos e frangos, empresas madeireiras, fumageiras, indústria de papel e celulose e usar apenas as rodovias como escoadouro da produção até os portos e mercados consumidores internos. A recuperação do transporte ferroviário, abandonado na Região do Contestado, poderia servir de novos indutores do desenvolvimento regional.²⁹

A região da Guerra do Contestado caracteriza-se como pobre, social e infraestruturalmente, e vale destacar que algumas cidades contam com razoável parque industrial e geração de emprego, o que não se faz suficiente para fomentar o desenvolvimento regional. Vale destacar que a fome é o resultante de um processo histórico complexo, e que ainda está em todas as partes, porém se manifesta de forma pujante nos lugares com características que “favorecem” a sua permanência.

²⁹ Sobre a precariedade das vias férreas de Santa Catarina e o exercício para tomada de decisão atinente a integração e o desenvolvimento estadual, por meio de oportunidades e investimentos é possível melhor avaliar as necessidades no documento: GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Eixo de Desenvolvimento, Integração e Cooperação Transfronteiriça**. Florianópolis: FIESC, abril de 1999.

Figura 10: Aquarela: “Trem de Sangue”.



Fonte: Schüler, 2012.

*[..]) Dono da estrada de ferro
Este ali é o coronel
Dono de muitas fazendas
É o poder do dinheiro
A tirania que impera
Neste sertão brasileiro.*

***Rua! Fora! - O exército encantando de São Sebastião Barbara
Biscaro e Amarildo Pedro Ciscaro.***

3. CONTESTADO, A REGIÃO DA GUERRA, DA FOME EM UM CENÁRIO DE POBREZA

Para tanto, inicia-se a discussão situando a leitura quanto à região geográfica do Contestado e o contexto social da época, ressaltando que o texto apresenta um panorama geral das raízes da guerra de forma sucinta, entretanto suficiente, dada a ampla relação espaço, tempo e conflito. As transformações profundas e aceleradas com a chegada da *Lumber*, a valorização das terras, intensificação da colonização e a devastação da floresta de araucária, além do poder exercido pelos coronéis da época.

3.1 CONTESTADO EM GUERRA: ESTOPINS DE UM MASSACRE

“O contestado é a voz do passado falando ao presente, alertando o futuro”.

(Folclorista Vicente Teles, 2006).

Ao longo dos anos, a Guerra do Contestado vem sendo analisada sob os olhares de uma multiplicidade de perspectivas: do historiador, do geógrafo, do político, do sociólogo, do folclorista, dos artistas, cada qual com sua abordagem, referencial conceitual, métodos e contribuições. Analisar geograficamente a Guerra do Contestado só é possível por meio da compreensão da mesma enquanto “fenômeno histórico vivo e multifacetado e não como fórmula abstrata morta” (MACHADO, 2004, p.36). Significa pensar o conflito a partir de suas motivações, da forma com que se processou e, mais arriscadamente, perceber que as consequências ainda hoje são sentidas – sobretudo nestes anos que se rememoram as referências ao Centenário do Conflito, cuja Guerra se estendeu entre os anos de 1912 e 1916.

Ao contrário da Guerra de Canudos³⁰, a Guerra do Contestado teve numerosos e diversos líderes que ainda são cultuados pela memória do povo da região. Além destes líderes, fatos, fenômenos e acontecimentos contribuíram para tornar o conflito (e suas consequências) uma possibilidade ímpar de ser analisada e pesquisada.

³⁰ Ocorrida entre novembro de 1896 a outubro de 1897, no interior do sertão da Bahia. Envolvidos: de um lado os habitantes do Arraial de Canudos (jagunços, sertanejos pobres e miseráveis, fanáticos religiosos) liderados pelo beato Antônio Conselheiro. Do outro lado, as tropas do governo da Bahia com apoio de militares enviados pelo governo federal (SOUZA, 2002).

De 1912 a 1916, ocorreram, em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido como a Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais (FRAGA, 2010, p. 139).

A Guerra do Contestado, em si, foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi a sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa (FRAGA, 2009, p. 17).

A Guerra do Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. A guerra, durante quatro anos, ceifou a vida de milhares de sertanejos.

Nos últimos duzentos anos, centenas de movimentos messiânicos aconteceram. Alguns foram pequenos, outros obtiveram destaque por envolver pessoas marginalizadas, insatisfeitas e ignorantes que, com expressões, concentraram-se em figuras carismáticas, como os monges conhecidos por João Maria e José Maria. Para que um movimento se caracterize como messiânico, deve contar com as propostas básicas da crença popular da volta do Messias. O Contestado foi também um movimento tido como messiânico. Os responsáveis pela caracterização deste movimento foram os monges que deixaram, por onde passaram, registros em todo Sul do País. Eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros, que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade (FRAGA, 2006).

Pregador ou charlatão, curandeiro ou apóstolo, santo ou guerreiro, como diria Nilson Thomé (1992), a figura do Monge permanece até hoje no imaginário coletivo da população envolvida na causa³¹ do Contestado. Esse ‘santo’ não foi um homem, foram vários que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo. Em alguns lugares, como Porto União (SC) e União da Vitória (PR), a crença no monge ainda faz parte do cotidiano, seja nos batismos nas fontes de água, seja na visitação à Gruta do Monge ou ao Morro da Cruz, ou mesmo nas histórias contadas.

As forças militares, que estiveram no Contestado para impor a ordem e a lei, e afugentar *bandos de fanáticos*, em tarefa que parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por gente hábil, destemida, idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelos as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de quase dez mil sepulturas é que as tropas legais se convenceram de que tinham estado diante de um inimigo não inferior, e que a vitória final aconteceu porque a astúcia dos camponeses não resistiu ao poderio bélico e à inteligência e persistência militar (MONTEIRO, 1974).

No dia 20 de outubro de 1916, foi assinado o Acordo de Limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina (THOMÉ, 2003). No que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre o espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da “limpeza” das terras que estavam sob domínio da Lumber e dos coronéis (FRAGA, 2010).

Os relatos históricos produzidos nas últimas décadas não consideraram a limpeza étnica no ano mencionado; os mesmos coincidem com a criação de vários municípios, na forma da lei vigente, para garantir a posse do território, seja na parte

³¹ Ressaltam-se as inúmeras formas de se retratar em forma de adjetivo o ocorrido entre os anos de 1912-1916 entre o Paraná e Santa Catarina: para uns, guerra; para outros, conflito; ou ainda: questão, causa, movimento, o que só veem a evidenciar as distintas interpretações a esse respeito.

que coube à Santa Catarina, seja na que coube ao Paraná. Dentre eles se podem destacar Mafra, União da Vitória, Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó, além dos já existentes, como Canoinhas, Curitiba e Campos Novos. Tais cidades passaram a ser administradas pelos coronéis de então, todos com possibilidades de contratar farta mão-de-obra para expulsar e matar os posseiros restantes – no ano da limpeza, 1917 (FRAGA, 2010). Assim sendo, o território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul e outras regiões de Santa Catarina, ocupando as terras de posse dos caboclos, sob domínio e direito de colonização da Cia. Lumber.

3.2 UMA NOVA EUROPA NOS CÉUS DA AMÉRICA: DO TERRITÓRIO CABOCLO AO TERRITÓRIO CATARINENSE SEM TERRA E SEM COMIDA

Antes da chegada dos conquistadores, essas terras entre o Iguaçu e o Uruguai já eram habitadas. Neles viviam os Kaingang, que cultivavam o milho e preferiam levantar aldeias nos campos abertos, e os Xocrén, os quais falavam uma língua pertencente ao mesmo tronco, mas desconheciam o cultivo da terra, e, praticando a coleta e a caça, percorriam em constantes correrias o âmago das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo.
(Maurício Vinhas de Queiroz, 1921 p.19)

A Região do Contestado foi definitivamente demarcada após o conflito diplomático entre Brasil e Argentina, conhecido como Questão de Palmas, encerrado em 1895, por um arbitramento internacional. Em 1850, o Governo Imperial já havia determinado a criação de uma colônia militar na região de Palmas. No entanto, somente com o agravamento do conflito diplomático é que foi apressada a ocupação na região, e, em 1882, foi fundada a Colônia Militar de Chapecó (HEINSFELD, 1996). Um ano após a assinatura do Tratado, começaram as negociações entre o Governo e os agentes privados para a conclusão da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cortava todo o Oeste no sentido Norte-Sul (THOMÉ, 1983). Com a inauguração do trecho ferroviário, em 1910, e com a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul, sobremaneira, pós-1916, é que a região, efetivamente, passou a ter um destaque econômico mais expressivo, devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias (RADIN, 1997). Na realidade, a Região do

Contestado integrou-se definitivamente ao território catarinense somente depois de assinado o Acordo de Limites com o Paraná, isso em 1916.

As primeiras inserções para a construção da ferrovia remonta os anos de 1888, quando uma equipe de engenheiros explorou o Vale do Rio do Peixe, para escolher o melhor traçado da então sonhada estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, atravessando a região entre o Rio Iguaçu e Uruguai. A notícia da sua futura implantação, vinculando terras marginais que lhe seriam cedidas, alvoroçou todos os que possuíam propriedades, pois o fato indicava a futura valorização dos imóveis. Os “coronéis” solicitaram ao governo, a doação de áreas devolutas, planejando vendê-las mais tarde a altos preços, o que compensaria, em parte, a provável perda de alguns quilômetros que teriam que ceder à projetada ferrovia (THOMÉ, 1983).

Em 1911, os habitantes da região do Contestado, tidos como “intrusos”, foram expulsos das margens da via férrea, quando a Companhia ordenou a desocupação dos terrenos já demarcados, a fim de iniciar a colonização. Nas terras da Lumber, a situação era idêntica, agravada pelo emprego exagerado da violência. Os ex-trabalhadores eram considerados intrusos; tanto nas áreas da EFSPRG (Estrada Férrea São Paulo- Rio Grande) como nas fazendas, e não lhes era permitido permanecer nestas áreas. A solução foi adentrarem no mato, à procura de terras que ainda não estivessem ocupadas, onde, não fossem incomodados. E neste sertão, encontraram-se com os caboclos que também haviam sido expulsos das terras que habitavam há anos (THOMÉ, 1983).

Saint-Hilaire (1936, p. 40), ao se referir à imigração coloca que:

O governo brasileiro deve favorecer de preferencia a imigração de agricultores, porque o Brasil é um país essencialmente agrícola, possui uma enorme extensão de terras a distribuir e os camponeses europeus são mais laboriosos, menos inconstantes e menos amoraes que os habitantes das cidades.

Várias foram as correntes migratórias com destino ao Sul do Brasil e numerosas também foram as adversidades encontradas pela leva de imigrantes. Thomé (1981, p. 36-37) acrescenta que:

Os Xokleng nas matas e os Kaingang nos campos eram considerados inimigos a vencer e não amigos a conquistar. Após a independência, pecou o Governo Imperial ao adotar a política de promover a imigração de

europeus para o Sul do Brasil, de incentivar a implantação de fazendas de criação, de interligar por estradas os pequenos centros urbanos que surgiam, esquecendo-se de, simultaneamente, desenvolver um plano que atendesse os interesses dos moradores naturais, seja respeitando sua natividade, seja integrando-os à nova civilização, aproveitando-os no processo de povoamento e desenvolvimento.

Para tanto, é necessário destacar o caboclo, que habitou as terras contestadas das bacias hidrográficas do Rio Uruguai e Rio Iguaçu, de acordo com Bittencourt (2012, p. 25) “perdido no tempo escuro da história, ainda não bem contada, formou-se da miscigenação do indígena com o branco português e espanhol migrante originado das expedições exploratórias, de conquistas e das missões religiosas”. O autor afirma ainda que o caboclo estabeleceu-se nos matos e fazendas de criação, vivendo apenas do que a natureza podia oferecer (da pesca, do pinhão, do porco-do-mato e da caça variada). Para construir seus casebres, dispunha abundantemente das mais diversas madeiras, especialmente do pinheiro *araucária brasiliensis*, margeando rios e córregos, “pintando de negro o horizonte e aprisionando a noite permanente nas compactas florestas” (BITTENCOURT, 2012, p. 25).

Caboclo xucro vivendo isolado no habitat de animais selvagens, obrigado a tirar da natureza, solitariamente, o sustento da família, esses excluídos sociais serviram como agregados nas fazendas, como mateiro e guias nos serviços de agrimensura, mão de obra nas tarefas de instalação das colônias e, finalmente, muitos deles participariam da Guerra do Contestado (BITTENCOURT, 2012, p. 30).

Auras (1995, p. 21) afirma que “[...] não há documentos escritos pelos caboclos. Há, entretanto, a presença inegável do próprio caboclo que fez o Contestado”. Sendo que, para este, o homem errante do planalto, órfão do Estado, “não fazia a menor diferença se o chão por ele pisado pertencia ao Paraná ou à Santa Catarina” (Idem, p. 127). Para a autora, isolados no interior e postos à margem do processo de desenvolvimento econômico, não dispendo de forças políticas, criaram um forte quadro de resistência ao despótico poder vigente, porém, a “superioridade numérica que apresentavam e o maior conhecimento geográfico da área, apenas tiveram o efeito de retardar o duro e inevitável fim de sua renhida disposição de construir aqui um mundo melhor” (Idem, p. 155). Coloca ainda que é inegável que os caboclos foram protagonistas da história ao longo da Guerra e que o conflito armado ocorreu como resposta “do poder republicano à ousadia dos

sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalistas na região” (Idem, p. 169).

Considerando a hierarquia social que existia na região do Contestado à época anterior e durante o conflito, os caboclos estavam “abaixo dos criadores; menos considerados que eles achavam-se os lavradores” (Idem, p. 46) e, nesta categoria, incluíam-se os caboclos que viviam de suas roças, os pequenos plantadores de tabaco, os criadores de porcos, a grande massa de colonos estrangeiros (alemães, polacos e rutenos) e os empreiteiros do mate.

Thomé (1981, p. 05), apesar de toda dificuldade em caracterizar biologicamente o caboclo, afirma que persiste, ainda, “na região do Contestado, um tipo humano classificado como ‘mameluco’ na etnia brasileira – o caboclo – resultado da mescla das raças dos conquistadores europeus com os índios, desde o Século XVI”.

Para o autor, encontram-se, no Contestado, diversos tipos de caboclos, desde aqueles já quase descaracterizados que têm “suas raízes na mescla de índios paulistas com portugueses, até os mamelucos praticamente puros, descendentes dos grupos Gê, incluindo-se ainda os que são frutos de cruzamentos dos acima citados entre si” (Idem, p. 55) e observando o “modus vivendi” do caboclo do Contestado verifica que, ao lado dos usos e costumes originários dos europeus, há também forte influência de tradições indígenas. Dessa forma, para “enfrentar as adversidades da floresta” (Idem, p. 62), o caboclo incorporou tanto as tradições de origem ibérica (luso-espanhola), quanto do tradicionalismo dos penetradores caipiras paulistas, do comportamento dos gaúchos dos pampas e ainda recebeu forte influência indígena, o que somado veio a “construir um novo tipo humano, personagem típico do Contestado” (Idem).

Oliveira (1985, p. 42) acrescenta que, guardadas as devidas diferenciações do meio, o agregado dos planaltos catarinenses “não representa outra coisa senão o peão das estâncias das planícies onduladas do extremo sul, o gaúcho verdadeiro, cujo porte altivo e indumentária pitoresca têm servido para a composição de maravilhosas páginas literárias”, sendo que, no fundo, não passa de uma “simples peça ajustada ao sistema baseado nos velhos moldes da economia pastoril dos campos meridionais” (Idem). Para o autor, o caboclo dos planaltos, enrijado na luta contra as asperezas do “habitat” e atormentado por uma sociedade incipiente e amorfa, pode ser considerado um forte, e ressalta que “O facão também lhe serve

de arma, notadamente nas zonas rurais. É seu grande aliado, sobretudo, nas áreas de mata, quando corta a erva-mate, faz picada ou sangra o porco” (Idem, p. 62-63).

Oliveira (1985) acrescenta que, nos planaltos catarinenses, o sertanejo desenvolve outras atividades:

[...] é fazedor de erva-mate, é extrator de madeira, ou é ainda um pequeno agricultor. Embora não se dedique preferencialmente à lavoura, e esta é sempre rudimentar e primitiva, não escapando à influência dos métodos indígenas de queima da mata e encoivramento, procura manter uma lavoura de subsistência em que não faltam o milho, o feijão, a batatinha ou a moranga. [...] a economia de coleta tem sido sempre mais cômoda para o caboclo. Assim sendo, facilmente opinou pela extração da ‘ilex’ e a exploração do pinho (OLIVEIRA, 1985, p. 64).

Paulo Machado (2004) oferece sua contribuição a essa discussão acerca do entendimento do caboclo enquanto ator social ao colocar que utiliza a palavra para designar o habitante pobre do meio rural, entretanto, ressaltando que a característica principal da palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, “são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de João Maria” (p. 48).

Santos (2007, p. 13) auxilia no entendimento do território do caboclo ao afirmar que “o território é o lugar que desembocam todas as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Antes do conflito, o caboclo já imprimia na Região do Contestado sua identidade territorial, suas marcas simbólicas, suas próprias construções históricas.

Esta identidade territorial só se efetiva “quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial” (HAESBAERT, 2004, p.45) e, no Contestado, essa identidade territorial imbrica fatores como a diferenciação socioeconômica e cultural dos caboclos para com esse espaço, o qual era, por eles e anteriormente ao conflito, territorializado.

Assim sendo, concorda-se com Raffestin (1993), na medida em que o território e o espaço não são termos equivalentes; o espaço é anterior ao território. O território se forma do espaço e é o resultado da ação de um ator sintagmático, ou seja, esse ator territorializa o espaço.

O espaço anterior ao conflito do Contestado era também o território do caboclo, o qual é desterritorializado após a guerra, ficando a incógnita acerca de seu espaço contemporâneo na região. Nota-se, em contraponto e até em descompasso, que algumas cidades apagam a história do conflito, e numa limpeza histórica tornam invisível o caboclo, negando os acontecimentos anteriores à presença da imigração. É o caso dos municípios catarinenses de Fraiburgo, Videira, Iomerê, Salto Veloso, por exemplo, onde a Guerra do Contestado parece não ter existido, e a figura do *Homem do Contestado* não é mais vista, nem no imaginário, nem na materialidade. É a constante reconstrução do território, na medida em que se vai destruindo o território e a territorialidade cabocla, num processo retorritorializante secular.

De acordo com Thomé (1983), a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande passou a promover a colonização das terras já demarcadas, baseada em um plano aprovado pela União. Junto às estações ferroviárias, foram projetas pequenas vilas, divididas em lotes urbanos. A partir de 1911, a companhia passou a colonizar as terras. A primeira tentativa foi desastrosa, apesar da propaganda feita em quase todo o Brasil, visando atrair para a região os recém-chegados imigrantes estrangeiros. Em vista do fracasso da tentativa, permitiu o governo que a companhia promovesse a colonização de forma indireta, ou seja, vendendo grandes glebas de terras a particulares. O que explica a concentração de terras na Região do Contestado.

A expulsão de posseiros pela companhia construtora veio agravar o problema social da região. Além disso, a Brasil Railway cria a subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que passou a especular com terras e serrarias, vindo a ser a maior empresa madeireira da América do Sul. A especulação com terras e colonização, que tanto revoltava a população rural, era também feita por outras empresas estrangeiras, sob a cobertura política dos coronéis, bem como do Governo de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1980, p.93).

O ano de 1917 foi o marco inicial da colonização efetiva da Região do Contestado; havia chegado a hora e a vez da colonização daqueles “terrenos incultos e férteis”. Praticamente toda a Região do Contestado foi retalhada em núcleos coloniais que se divisavam com extensas fazendas existentes (de posse assegurada). Nos núcleos, predominavam os colonos recém-chegados, e nas fazendas, os antigos sertanejos. Lentamente, ocorreu a aproximação entre colonos

e caboclos, e em alguns núcleos e fazendas, ao redor de capelas e escolas, começaram a surgir pequenos povoados ligados às únicas cidades que, na época, existiam: Canoinhas, Porto União e Mafra (THOMÉ, 1983). As outras cidades, que compõem a região em estudo, vão surgir posteriormente, após a limpeza étnica já mencionada nesta pesquisa.

Machado (2004) fala sobre o silêncio e sobre os vazios demográficos deixados como resultado do conflito. O silêncio foi “reforçado no vale do Rio do Peixe e no Meio-Oeste Catarinense, pela colonização de vastas regiões, ocorridas nas décadas de 1930-1940, por colonos gaúchos de origem alemã e italiana” (Idem, p. 42) e os vazios demográficos se devem (entre outros fatores) à violência na fase final do conflito; esses lugares foram “preenchidos por pequenos agricultores de origem europeia, formando algumas cidades (como Videira, Fraiburgo e Treze Tílias)” (idem), ocorrendo algo que o autor chama de *apartheid* social e étnico entre a população branca, que era tida como disciplinada e economicamente remediada e a antiga população cabocla, que era conhecida como indolente, turbulenta e pobre. Ainda segundo Machado (2004, p. 58), normalmente “a população ‘branca’ precedia a eliminação dos bugres das regiões recém-ocupadas como forma preventiva de ‘limpeza do terreno’”.

Colonos de origem alemã e, posteriormente, italianos, poloneses, ucranianos, oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná foram atraídos pelas propostas da empresa Southern Brazil Lumber and Colonization Company, fixando residência nas férteis terras da Região do Contestado. Vários núcleos coloniais foram criados, pois a Companhia já havia varrido da região, de forma sumária e definitiva, todos os posseiros, inclusive aqueles mais renitentes (AURAS, 1995).

3.3 DA MADEIRA À MADEIRA: UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SECULAR – O CAPITAL GERADOR DA FOME

*Muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo,
que se processa em câmara lenta,
é a violenta erosão da riqueza humana,
é a inferiorização do homem
provocada pela fome e pela subnutrição.
(Josué de Castro em Geopolítica da Fome, 1961 p. 73).*

Os camponeses desta região litigiosa viam na República a lei do diabo, uma vez que, durante a Monarquia, eles viviam ali, em liberdade, cultivando a terra e extraindo as riquezas das florestas que compunham o interior catarinense. A imposta República chegou trazendo consigo novas medidas de ocupação desta região. Nesta nova “ordem”, o homem que vivia livre no interior teve seus direitos, aqueles que lhe permitiam usar as terras comunais, modificados por modelos voltados aos grandes investimentos internacionais de extração de madeira, de erva-mate e de ocupação do território. Esses “homens livres” logo se tornaram um problema para os “novos donos” da região. Aqui, a maior expressão fica por conta da *Lumber Company*, que ganhou o direito de explorar, para desenvolver, a então região contestada.

A Guerra do Contestado ocorreu oficialmente entre 1912 e 1916, e a mesma é reflexo do domínio do território pelos coronéis e “donos” da terra/poder. Nesse sentido, a região do Contestado percorreu todo o período monárquico, representado por uma maior autonomia de relações, principalmente nos fluxos de produção e se chocam com o poder controlador com o advento da república, tanto que esta será considerada pelos camponeses do Contestado como a “lei do diabo” (FRAGA, 2006 p. 126).

Refletindo o espaço econômico regional, a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) abriu perspectivas para a comercialização da *Araucária angustifolia* (Bertol.) Kuntze. Os preços da madeira subiram no mercado internacional. Tal fato havia sido razão para o estabelecimento de serrarias por parte da empresa que construiu a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em Calmon e Três Barras: as serrarias da *Lumber Company*. Após a Guerra do Contestado, os empresários, que se destacaram nos negócios de colonização, também são madeireiros, assim as terras adquiridas dos governos de Santa Catarina e Paraná, primeiro, eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos (THOMÉ, 2010).

A Lumber montou uma grande serraria em Três Barras, distante de Canoinhas apenas duas léguas, e uma outra menor Calmon, à margem da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em torno da primeira formou-se uma pequena cidade na qual todos os anos, a 4 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira estrelada dos Estados Unidos. Ali eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeira e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1050 dúzias de tábuas. Desde a coleta de toras, no interior da floresta, até o desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. De Três Barras partia rumo das matas uma ferrovia especial; na extremidade da linha, poderosos guinchos puxavam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância até trezentos metros. Ao chegarem à serraria os vagões carregados, eram as toras automaticamente

guindadas e, sempre por meio de máquinas, levadas ao local do desdobramento, serradas e classificadas. Em 1912, essa estrada de ferro *sui generis* já se estendia por trinta quilômetros. Apenas oitocentos trabalhadores manajavam todo esse colosso mecânico. A Lumber tornou-se, desse modo, a maior companhia madeireira da América do Sul. Encarregou-se também a *Brazil Railway* de construir uma estrada de ferro entre União da Vitória e São Francisco, no litoral catarinense. Por ela começou a descer a madeira destinada à exportação, até que, para atender as conveniências do Paraná, houve uma equiparação de fretes e, por um caminho mais longo e sinuoso, as tábuas seguiam para o Porto de Paranaguá (QUEIROZ, 1977 p. 74).

Companhia forte e economicamente poderosa, a Lumber mantivera no seu quadro funcional um pequeno contingente de segurança, que tinha a finalidade de manter a seguridade dos seus investimentos. Esse “pequeno exército da Lumber” impôs, a ferro e fogo, os direitos da companhia, que chegou ao status de ser a maior madeireira da América Latina. Deve-se ter em mente que os sertanejos do Contestado desejavam um poder político novo, a sua monarquia, para contrapor à república dos coronéis. A aventura desses camponeses, que buscavam garantir os seus direitos sobre a terra, teve um desfecho final trágico: morte e sangue de centenas de milhares de crianças, jovens e velhos, homens e mulheres. Foi isso que a república pôde garantir a esses brasileiros, que queriam apenas os seus direitos de terras (FRAGA; LUDKA, 2012).

Cabral (1960) coloca que:

O caboclo da região, valente embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara. A concessão feita à São Paulo-Rio Grande, de quinze quilômetros de cada lado da linha, desalojou os intrusos, posseiros de muitos anos, das terras marginais (CABRAL, 1960, p. 384-385).

Dessa maneira, a empresa “ganhou na justiça dezenas de ações locais contra os que pretendiam valer-se, diante de seus pretensos direitos, do usucapião. Uma onda de horror varreu todo o território” (VINHAS DE QUEIRÓS, 1977, p. 73).

[...] a Lumber loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham expulsos os posseiros e antigos proprietários. Procurava seguir, assim, o exemplo da *Canadian Pacific Railway*, cujos lucros àquela época eram considerados pelos grandes empresários em outras partes do mundo um ideal a alcançar (QUEIROZ, 1977 p. 74).

Nos Campos do Planalto, em meados do século XIX, fundaram-se fazendas de todos os tamanhos; em algumas havia a necessidade de uma viagem de três dias para ir de ponta a ponta. Nelas pastavam mais de 20.000 cabeças de gado. Esses latifúndios tinham recursos para resistirem aos ataques dos índios. Nas fazendas, menores, não havia escravos e nem peões: os trabalhos eram realizados pelo próprio criador, sua mulher e filhos. Estes não possuíam nenhum meio de defesa, ao contrário do grande proprietário de terras.

Tanto as grandes fazendas como as pequenas necessitavam manter uma dose de autossuficiência. Fora o gado, criavam porcos e galinhas, plantavam milho e feijão, às vezes trigo e cevada. Os únicos produtos de fora eram o ferro e o sal. A roça dos caboclos que ocupavam a Região do Contestado era à base de milho. Desse, extraía-se a farinha de milho. Sua base alimentar, antes das investidas no Contestado, era a canjica, a farinha de milho com feijão, quirera com um naco de carne, quando havia – eis os pratos de todos os dias. Quando faltava a comida, o chimarrão era tomado desde cedo, confortava o estômago, além do mel de abelhas, extraído nas matas (FRAGA, 2006).

Auras (1995) apresenta a delimitação da área de litígio do Contestado: “Ao sul do rio Iguaçu e ao norte do rio Uruguai, numa área de aproximadamente 28 mil km² do território interiorano catarinense, viviam, na época que circunda a Proclamação da República (1889), poucos milhares de pessoas” (p. 24) e estas estavam espalhadas por campos e matas ou ainda agrupadas nas sedes e distritos dos municípios. Esses campos ou matas, onde esses milhares de pessoas viviam, eram dominados pelo pinheiro (Araucária) e pela erva-mate, além de outras espécies de árvores e vegetação nativa que contribuíam para alimentar a criação criada à solta.

Thomé (1981), ao se referir à vegetação predominante no Contestado, coloca que existem os campos sujos e os campos cerrados, sendo que, de modo geral, “80% da vegetação corresponde à Floresta da Araucária, também conhecida por ‘Araucarilândia’, onde predomina a linda árvore, de forma de cálice: o pinheiro brasileiro, que tem o nome científico de ‘*araucária angustifolia*’” (Idem, p. 16). Esse tipo de floresta desenvolveu-se na região de solo sílico-argiloso e clima temperado, ou seja, desde o sul do planalto paulista até o norte do Rio Grande do Sul, numa altitude que oscila entre 600 e 1.200 metros.

Avé-Lallemant (1980) descreve, em suas narrativas de viagem, essa região:

[...] a região conserva a mesma fisionomia. Tal como no planalto de Santa Catarina, descortina-se até aonde a vista alcança, um desordenado campo de relva, mesclado com muitas singenesias, paisagem erma, sem alegria, na qual ininterruptamente, ora aqui, ora ali, aparecem araucárias, como principais representantes da vegetação, embora atenuadas frequentemente por matas verdes (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 263-4).

Oliveira (1985) coloca que, nos planaltos frios do sul, as associações da vegetação se tornam mais homogêneas, as folhas se afinam: “Referimo-nos às matas de pinheiros e ervais (*Ilex paraguariensis* A. St. Hil) intercaladas de cedros e de grande variedade de lauráceas, entre as quais se destaca a imbuia, de tão apreciável aproveitamento” (p. 32). Ainda, segundo o autor, na estação do outono, a araucária desprende “o pinhão, precioso sementículo que serve de alimento para o homem, para vários animais domésticos e selvagens” (p. 32); ressalta ainda a exploração da madeira desta variedade, em face da sua abundância e rentabilidade. Além da exploração da madeira, a exploração do mate era marcante na região e tida como fonte de renda da grande maioria da população que vivia na Região do Contestado.

A Mata com Araucárias e a região dos campos – paisagens características do Sul do Brasil – se apresentavam como aliadas aos caboclos durante o conflito.

Foram montadas duas grandes serrarias, uma em Três Barras (SC) e uma outra, menor, em Calmon (SC), à margem da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Em torno da primeira, formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 04 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira dos Estados Unidos (Figura 11). Este fato permite caracterizar parcela das relações de poder que marcariam o Contestado e a própria luta camponesa no processo de manutenção do território como nacional (brasileiro).

Figura 11: Comemoração da Independência dos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1912, organizada pela Lumber.



Fonte: SANTA CATARINA, 2002, p. 45.

A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de capitais ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízo, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. A concessão inicial da estrada de ferro, feita pelo governo imperial [em 1889], doava 30 quilômetros de cada margem dos dormentos. Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de sete de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria no máximo de 15 quilômetros, tendo, no conjunto de extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem. (...) o interesse da construtora consistia em explorar as madeiras existentes nesta faixa e, posteriormente vende-las para imigrantes. Assim, a *Brazil Railway*, preocupada em explorar as terras que havia obtido em concessão com maior agressividade possível, organizou uma empresa subsidiária denominada *Southern Brazil Lumber and Corporation Company* – a qual aumentou a sua área de ação, adquirindo quase duzentos mil hectares de terras perto de Canoinhas. Explorou, progressivamente, as enormes reservas de pinheiro-do-paraná (araucária) que ali havia. Todas as atividades eram mecanizadas, o que tornou a *Lumber* a maior empresa madeireira da América do Sul (COSTA, 2011, p. 220)

Rucinski (2009, p. 22) corrobora com Costa, (2011) quando:

[...] adquiriu o direito de explorar o contestado, tirando daqui toda a madeira-de-lei milenar, imbuías, pinheiros, cedros e outras – das matas nativas de

Santa Catarina e Paraná. [...]. Para essa região contestada não veio nenhuma autoridade brasileira do poder executivo ou mesmo legislativo, exceto os agrimensores, os engenheiros João Teixeira Soares e Edgar Kümmel, e aqueles técnicos e *peões de trecho* que fizeram o levantamento topográfico à futura Estrada de Ferro. Mas veio, até o Coronel Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos da América, certamente no intuito de verificar *in loco* o potencial madeireiro a ser explorado. E o fizeram muito bem.

Em relação à Região do Contestado, a Cia. *Lumber* era a mais poderosa empresa de madeira. É importante atentar para um dado bastante relevante para este contexto: a maioria dos operários empregados na *Lumber* eram imigrantes estabelecidos há pouco na região. As áreas ocupadas pela madeireira, depois de desmatadas, eram transformadas em lotes e vendidas a colonos colocados na região pelo estado do Paraná, em sua maioria imigrantes eslavos que vinham formar uma parcela significativa da população regional. E suas concepções eram distintas das do sertanejo que ali vivia e subsistia desde há muito, onde se verifica o trabalhador caboclo no corte das árvores e uma pequena população eslava, defronte a uma igreja em construção, sendo que tal arquitetura viria marcar a paisagem regional a partir da segunda década do século XX. (FRAGA, 2006 p. 188).

No pós-guerra do Contestado, nos últimos 90 anos, as relações que envolvem o direito à terra, sob o ponto de vista constitucional, não chegou às ex-terras contestadas. Milhares de trabalhadores rurais ainda sobrevivem da parceria, do aluguel da terra e da posse, isso sem comentar o fato de que milhares de hectares de terras regionais se mantêm sob a grilagem de importantes *“empresários rurais”* que podem ser correlatos aos ex-coronéis do Contestado. Mesmo com o parcelamento da terra aos colonos que entraram na região depois da Guerra do Contestado, a mesma mantém extensas áreas de latifúndio voltadas à agropecuária e ao *plantation* do *Pinus* (FRAGA, 2006 p. 95)

A *Lumber surge* como uma grande empresa em um ramo novo da economia regional e nacional, quando as técnicas de produção e o volume de produção das serrarias eram ainda extremamente limitados, e a madeira do pinheiro brasileiro tinha conquistado poucos mercados. Assim, acredita-se que a empresa foi, se levarmos em conta o caráter mais artesanal e local dos engenhos de serra existentes até então, uma espécie de pioneira da indústria madeireira, que consolidou a trajetória e a utilização das florestas de araucária no planalto sul-brasileiro, como um ramo altamente lucrativo de negócio para o capitalista interessado em montar serraria. Além de explorar a madeira de araucária, ela também explorava comercialmente a imbuia, o cedro e a canela.

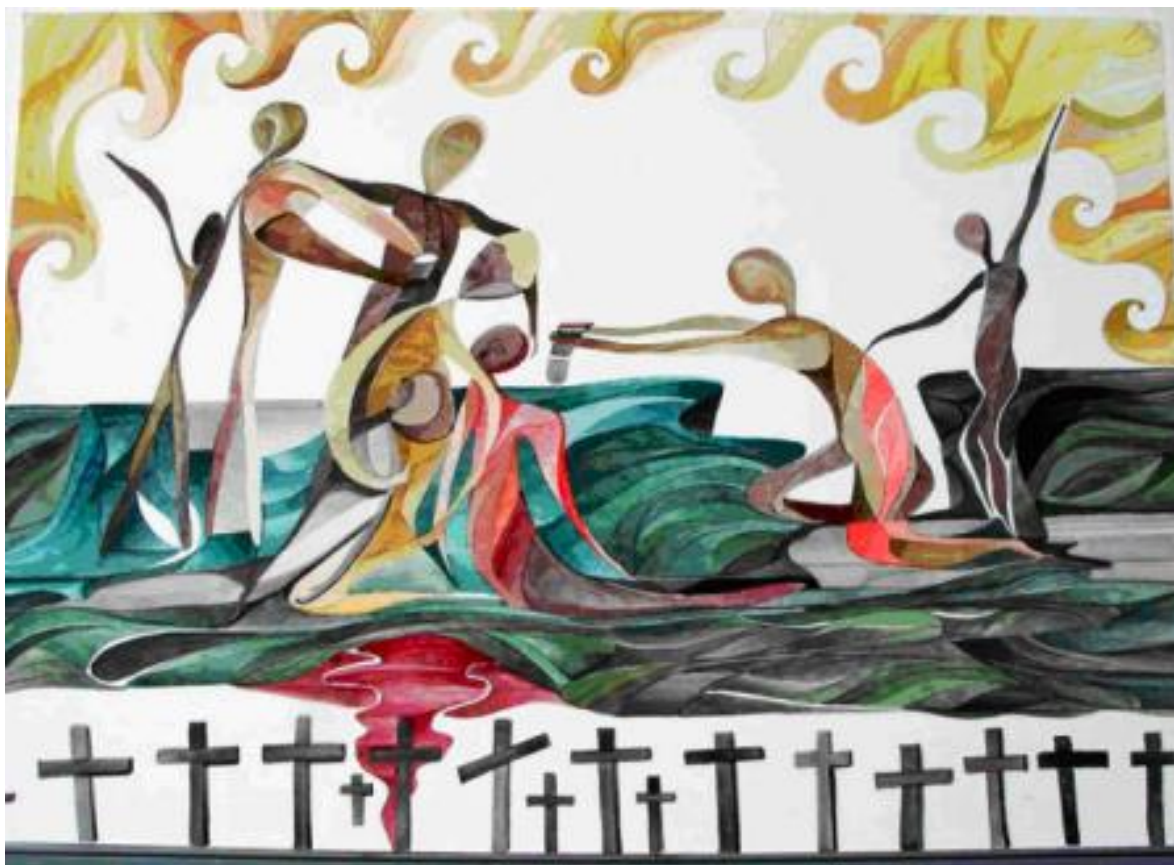
A preocupação com a retirada das araucárias de forma indiscriminada começou somente após a nacionalização da Lumber. Uma portaria assinada em 01 de fevereiro de 1940 instituiu um serviço administrativo geral para a comercialização do pinho brasileiro, estabelecendo regras e limitando a quantidade de pinheiro para ser retirada e comercializada. No ano seguinte, o Decreto-Lei 3124, de 19 de março de 1941, criou o Instituto Nacional do Pinho. Sem dúvidas, a atitude mais enérgica veio em 1946, através do Decreto-Lei, Número 9647, de 22 de agosto do mesmo ano, quando o governo brasileiro adotou normas proibitivas para a exportação de madeira bruta ou industrializada no País (THOMÉ, 2010).

A exploração da floresta de araucária vai se esgotar por volta de década de 1970, quando a indústria madeireira passou a realizar plantio de espécies exóticas de rápido crescimento para garantir a continuidade das atividades como o pinus e o eucalipto, realidade atual das cidades que compõem a Região do Contestado (CARVALHO, 2006).

De acordo com Thomé (2010), com a exaustão da araucária, as indústrias madeireiras passaram a diversificar a produção até como alternativa de sobrevivência, e as coníferas exóticas ocupam o mesmo lugar das florestas de araucária, pelo fato de que a maioria dos madeireiros-de-pinus são da mesma família dos madeireiros-de-pinho de antes.

Hoje, a região é tomada pelo pinus, além do eucalipto e o álamo, e na pouca terra que sobra, a família planta tabaco, tornando-se uma região dominada pelo monocultivo.

Figura 12: Aquarela: “Lábios de mel”.



Fonte: Schüler (2014).

A angústia que a refeição de amanhã representa hoje para centenas de milhões de seres humanos é sem dúvida o maior escândalo já conhecido no planeta, desde a fatal mordida da maçã. Por que motivo tanta gente passa fome? Por falta de comida diria o conselheiro Acácio. Por incrível que pareça, sua resposta está longe da realidade: nos dias de hoje não se pode mais identificar a fome e escassez. Ao contrário, os subalimentados que nos cercam (e que constituem quase a metade da nossa espécie) vivem num mundo de fartura e sobretudo desperdício.
(Ricardo Abramovay em *O que é fome*, 1985 p.8)

4. LUGARES ESQUECIDOS: POBREZA, A HUMANIDADE AMEAÇADA DO/NO CONTESTADO

*A sociedade não é dividida em burguesia ou proletariado,
mas entre os que não comem e não dormem
porque têm fome e os que comem
mas não dormem com medo dos que têm fome.
(Josué de Castro, 2003 p. 13).*

Este capítulo tem por objetivo realizar uma análise da formação urbano-rural da Região do Contestado, enfatizando a região desde a guerra do Contestado até os dias atuais, dando destaque para dados que comprovem a fome e a pobreza, como por exemplo, o número de famílias que fazem parte do Programa Fome Zero. Em seguida, apresenta-se dois municípios referência escolhidos para análise específica, Três Barras, como exemplo de pobreza urbana e Bela Vista do Toldo, como exemplo de Pobreza Rural. E para finalizar serão expostas as entrevistas realizadas nos dois municípios, buscando mostrar a realidade além dos números, depoimentos esses que retratam a fome e pobreza na Região do Contestado.

4.1 GÊNESE DA FORMAÇÃO URBANO-RURAL DA REGIÃO DO CONTESTADO

Nesta área do Sul, sem dúvida a mais bem alimentada do país, verificou-se contudo através das indagações bem conduzidas, toda uma série de carências alimentares, as mais das vezes parciais, discretas ou ocultas. Uma delas se manifesta, no entanto, de forma gritante: é a carência de proteínas entre as crianças pobres dos grandes centros urbanos da região.
(Josué de Castro, em Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço, 2001. p. 262)

Este subcapítulo tem por objetivo fazer um aparato geral da Região do Contestado, apresentando alguns números importantes para a compreensão da atual situação da Região. A intenção aqui não é fazer um resgate histórico de cada município, mas sim, um levantamento socioeconômico da Região, apresentando dados disponíveis em órgãos oficiais que retratam e comprovam a fome e pobreza na Região do Contestado.

Ao fazer o levantamento e começar apontar as possíveis causas da fome e da pobreza na Região do Contestado, não há como não citar Josué de Castro (2003 p.13) “o qual dividia a sociedade não em burguesia e proletariado, mas entre os que não comem e os que não dormem porque têm fome e os que comem, mas não dormem com medo dos que têm fome”.

Castro (1966) afirma que a fome, a miséria são criações de nossa sociedade, não são fenômenos naturais. São fenômenos artificialmente criados pelos homens que desenvolveram um tipo de economia que visa tão-somente o atendimento do capital e não as necessidades do homem. Para Josué de Castro (2003 p. 15), “a noção que se tem, corretamente, do que seja fome é, assim, uma noção bem incompleta”.

Não há como esconder que a fome, nas suas diferentes formas de fome quantitativa ou fome qualitativa, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento e que o subdesenvolvimento não é um fatalismo provocado pela força das coisas, mas um acidente histórico provocado pela força das circunstâncias. O subdesenvolvimento é produto da má utilização dos recursos naturais e humanos realizada de forma a não conduzir à expansão econômica e a impedir as mudanças sociais indispensáveis ao processo de integração dos grupos humanos subdesenvolvidos dentro de um sistema econômico integrado (CASTRO, 2003, p. 52).

Quando Josué de Castro (2003) fala de subdesenvolvimento não é a ausência ou insuficiência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento, mal conduzido. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial. É a concentração abusiva de riqueza. Para buscar compreender os números que mostram as desigualdades regionais de Santa Catarina, é necessário fazer um resgate histórico e socioeconômico da região em pauta.

A Região do Contestado foi ocupada por diversos grupos indígenas por milhares de anos e, no século XVIII, pelos colonizadores paulista, a partir dos caminhos das tropas e do estabelecimento da pecuária extensiva. Foi se configurando na região uma sociedade patriarcal, fundada no poder incontestável do grande proprietário, exercido sobre sua família, sobre os escravos, empregados e agregados. Posteriormente, a erva-mate, a extração da madeira, as pequenas roças e criações proporcionariam uma economia de subsistência com a fixação de novas populações nas periferias do latifúndio. Na Norte do estado de Santa Catarina, constitui-se uma outra elite ligada a produção e ao comércio da erva-mate (SANTA CATARINA, 2013).

De 1880 a 1945, em Santa Catarina, o padrão de crescimento era dado pelo capital mercantil e pela pequena propriedade. Nesse período, nasceram e

expandiram-se a indústria têxtil, em Blumenau e Brusque, a extração da erva-mate, no Planalto Norte, a do carvão, no Sul, a da madeira e a produção alimentar em todo o Vale do Itajaí. Esse período também se destacou pela chegada dos imigrantes, com a fundação de vários núcleos coloniais, pela expansão da fronteira agrícola no oeste, pela construção de importantes ferrovias e pela atuação das companhias colonizadoras (GOULARTI FILHO, 2002).

A erva-mate caracterizou a atividade econômica originária da região em estudo, e constitui-se no principal indutor de renda e novos investimentos. Sua produção criou e ampliou o mercado regional, contribuindo para a fixação de colonos na região. Mas no fim do século XIX, à medida que se afirmava a economia ervateira, o mate deixava de ser progressivamente obtido à base da extração livre, passando a sê-lo em terras particulares, reduzindo assim a sua produção (SANTA CATARINA, 1980).

No início do século XX, entram em cena importantes empreendimentos ligados à colonização, às serrarias e à ferrovia. Para desenvolver essas atividades, novos agentes capitalistas, aliados ao governo, se apropriam de grandes extensões de terra e expulsam uma considerável massa de população de suas pequenas propriedades (SANTA CATARINA, 2013).

Durante o período de 1880 a 1945, pode-se dizer que se originaram e cresceram em Santa Catarina as indústrias da madeira, fortemente presentes na Região do Contestado, região com uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente (MAMIGONIAN, 1965), estimulando, desde cedo, a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas e de sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma diferenciação social em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2002).

Na Região do Contestado, o pinus reflorestado nos anos 60 e 70 já começava a ser cortado em meados dos anos 70, expandindo-se por toda a década.

Na região de Caçador, Canoinhas e Mafra, ocorreu uma diversificação da produção dentro do próprio complexo madeireiro, com o início da produção de compensados, laminados, painéis, aberturas e perfilados de madeira. Essa diversificação estimulou o surgimento de novas atividades prestadoras de serviços e fornecedoras de peças, equipamentos e produtos químicos. Nos Municípios de Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul, o setor moveleiro ganhou novos impulsos, com a produção mais voltada para o mercado externo, que estava se adaptando aos novos estilos de móveis, com base em madeira replantada.

Na produção de papel e celulose, o Brasil tornou-se alvo de investimentos de grandes grupos estrangeiros, que saíram dos EUA e da Europa em função de rigorosas leis ambientais. A expansão da Rigesa, Klabin, Igaras e Trombini ditaram os rumos do setor em Santa Catarina. A produção de papel e celulose quase que dobrou na década, e as exportações de papel /kraft saltaram de 14,4 mil toneladas em 1981 para 150 mil em 1989. Com o reflorestamento, as firmas tornaram-se mais verticalizadas, expandindo a produção por toda a Região do Contestado. Também merece destaque a formação do complexo agroindustrial da maçã, localizado em Fraiburgo e que se estende até São Joaquim (BONETI et al, 1999).

Para análise mais completa destes dois municípios referência (Bela Vista do Toldo e Três Barras) devem ser considerados os dados gerais da fome e da pobreza, seus modelos operacionais e suas inter-relações com dados culturais, sociais, econômicos e institucional em escala, local e regional.

A sociedade é basicamente dividida em aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo (SANTOS, 2009).

Santos (2009) disserta que os pobres não têm acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição frequentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico. Esse sistema surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade.

Diante deste contexto, é interessante analisar a Região do Contestado a partir da teoria dos dois circuitos propostos por Milton Santos, o circuito inferior e o circuito superior.

O circuito superior inclui bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. Esses dois últimos elementos formam os elos que ligam os dois circuitos, o atacadista operando também no topo do circuito inferior (SANTOS, 2009).

O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços (SANTOS, 2009).

Santos (2009) ressalva que os circuitos não são definidos pela mera enumeração desses elementos. Cada circuito é explicado, primeiro, pela combinação de atividades desempenhadas dentro de um contexto; e, segundo, pelo setor da população a ele vinculado através, principalmente, da atividade de consumo. A definição não é rígida. Todas as classes da sociedade podem consumir fora do circuito ao qual estão mais ligadas, ainda que seja apenas ocasionalmente ou parcialmente.

O circuito superior é definido como sendo um espaço de ação de minorias economicamente privilegiadas e institucionalizadas, proprietárias dos meios de produção, que controlam os processos produtivos e orientam a acumulação do capital, no âmbito local e internacional. Representa uma organização burocrática monopolista ou oligopolista. Seu espaço de ação se dá na escala local, regional, nacional e internacional.

Na Região do Contestado, esse circuito é representado pelo monopólio das madeireiras as quais exploraram a região desde a implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na região. Com a exploração, a floresta de araucária esgotou-se por volta de década de 1970, quando a indústria madeireira passou a realizar plantio de espécies exóticas de rápido crescimento para garantir a continuidade das atividades com o pinus e o eucalipto, realidade atual das cidades que compõem a Região do Contestado, com isso monopolizam o mercado e concentram a renda (SANTOS, 2009).

O circuito inferior caracteriza-se com sendo um reflexo (ou sombra) do superior, o circuito inferior caracteriza-se por um grande número de indivíduos despossuídos dos meios de produção que vendem sua força de trabalho em condições de subemprego, emprego temporário, informal e, às vezes, semi-escravista. Esta realidade é a mais clara na Região do Contestado, onde a maior parte dos empregos é oferecida pelas indústrias madeireiras, as quais exigem mão de obra qualificada, gerando assim falta de empregos para a mão de obra não especializada, e como consequência dessa exclusão, a região sofre com a fome e a pobreza, restando para essas pessoas sobrevivem basicamente das políticas públicas federais de transferência de renda (SANTOS, 2009).

Instaura-se um círculo vicioso. Quanto mais a renda se concentra, mais o consumo de grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil de demanda, tornando evidente uma subutilização dos fatores de produção. Os pobres são duplamente desfavorecidos, pois não podem ter acesso aos bens que os empresários consideram rentável produzir, quando ao mesmo tempo, declina a produção dos bens de consumo corrente. Isso representa também uma limitação do emprego e uma seletividade acentuada na escolha de parceiros da modernização (SANTOS, 2008)

Sabe-se que os dois circuitos estão voltados para mercados distintos, são interdependentes, mas funcionam interligados, e é através das suas interações que produzem o dinamismo econômico.

Para Milton Santos (2009), o motivo da formação dos circuitos econômicos são: A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Santa Catarina faz parte de um modelo econômico do país, que apresenta contrastes marcantes, especialmente em termos de disparidades econômicas regionais (LINS; MATTEI, 2001). Dentro dessa concepção, o estado de Santa Catarina, em parceria com a FECAM (Federação Catarinense de Municípios), cria o

IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, que tem por objetivo central facilitar o acesso dos agentes públicos à imensa quantidade de informações espalhadas pelas bases de dados dos órgãos públicos federais e estaduais, além das pesquisas da própria FECAM, tratando e consolidando os conteúdos mais estratégicos para os municípios, associações de municípios e aos diversos recortes territoriais usados em Santa Catarina.

O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional (Tabela 3).

Tabela 3: Composição do Índice do Desenvolvimento Municipal Sustentável.

COMPOSIÇÃO DO IDMS	
DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO
SOCIOCULTURAL 25%	Educação - 45%
	Saúde - 35%
	Cultura - 10%
	Habitação - 10%
ECONÔMICA 25%	Economia e Renda - 100%
AMBIENTAL 25%	Meio Ambiente - 100%
POLÍTICO- INSTITUCIONAL 25%	Participação Social - 30%
	Gestão Pública - 30%
	Finanças - 40%

Fonte: SIDMS, 2014.

Todos os índices e subíndices municipais são classificados em uma das categorias abaixo. As classificações são utilizadas em todos os níveis do sistema, de modo que o usuário possa verificar as classificações dos municípios e regiões, tanto para o índice geral, quanto para dimensões, subdimensões, indicadores ou variáveis. Conforme Tabela 4 a seguir:

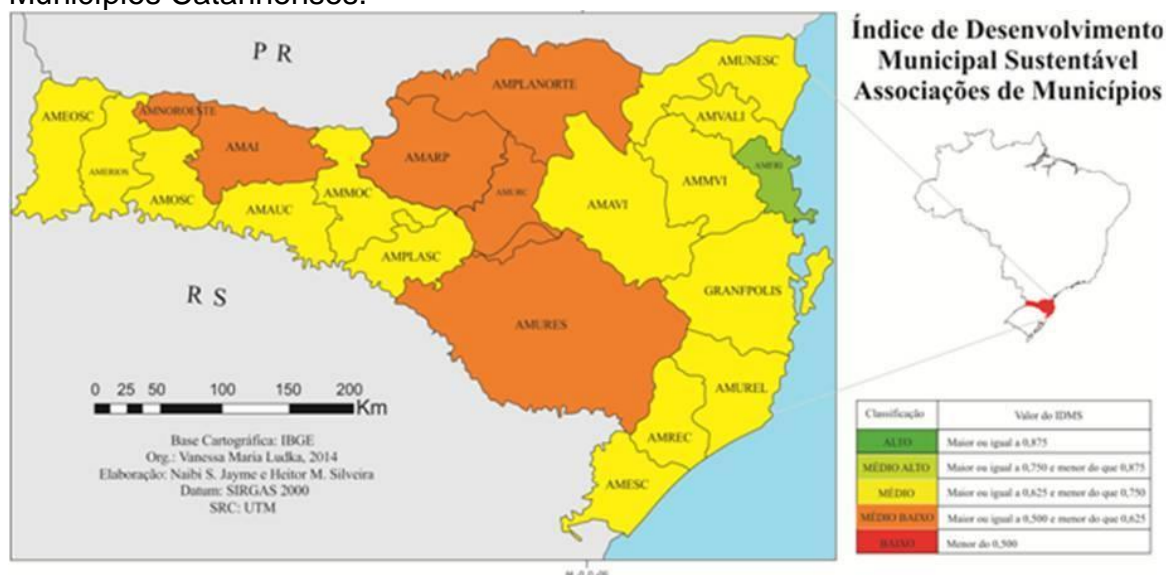
Tabela 4: Classificação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável.

VALOR DO IDMS	CLASSIFICAÇÃO
Maior ou igual a 0,875	ALTO
Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875	MÉDIO ALTO
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	MÉDIO
Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625	MÉDIO BAIXO
Menor do 0,500	BAIXO

Fonte: SIDMS, 2014

Primeiramente, apresenta-se o estado de Santa Catarina dividido por Associações Municipais. Das 22 associações, 6 apresentam índice médio baixo, 15 apresentam índice médio e 1 associação apresenta índice alto (Mapa 3).

Mapa 3: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável das Associações de Municípios Catarinenses.

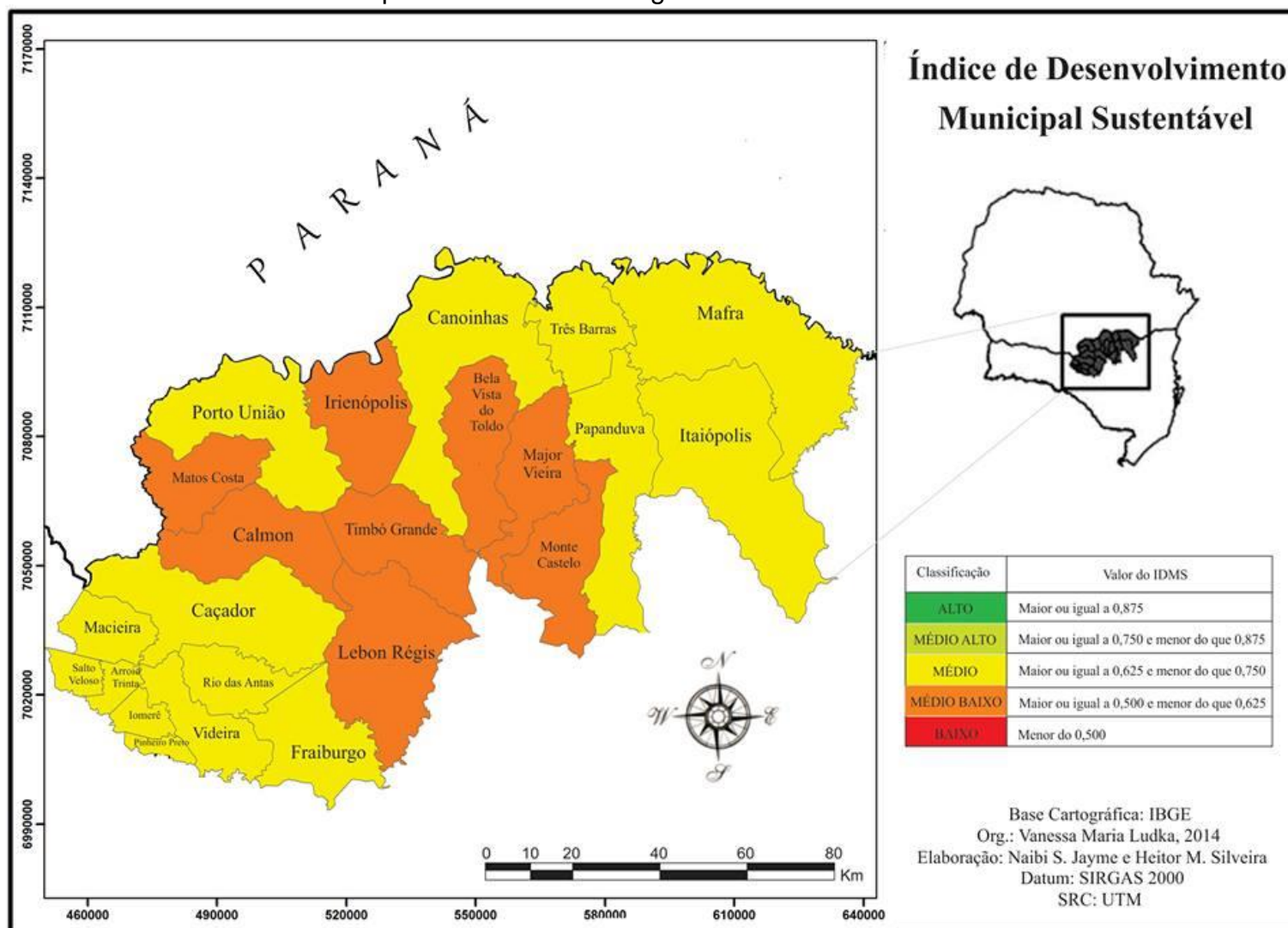


Fonte: A autora, Adaptado de SIDMS, 2014.

Analisando o mapa anterior na perspectiva regional, os dados da pobreza nos municípios são camuflados. Utilizando dessa ferramenta, analisaram-se os municípios que compõem a Região do Contestado. Dentro dessa avaliação, pode-se perceber que oito dos vinte e três municípios que compõem a referida região estão dentro da classificação *média baixa*; é o caso de Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Monte Castelo, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande e quinze estão dentro da classificação *média* que é o caso de Canoinhas, Itaiópolis,

Mafrá, Papanduva, Porto União, Três Barras, Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso e Videira (Mapa 4).

Mapa 4: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Região do Contestado



Fonte: A autora, Adaptada de SIDMS, 2014.

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Região do Contestado

Municípios	IDMS	Sit	Sociocultural				Econômica	Ambiental	Político Institucional		
			Educação	Saúde	Cultura	Habitação	Economia	Meio Ambiente	Finanças Públicas	Gestão Pública	Participação Social
Arroio Trinta	0.699	Médio	0.745	0.587	0.378	0.899	0.645	0.713	0.749	0.798	0.766
Bela Vista do Toldo	0.525	Médio Baixo	0.742	0.770	0.413	0.275	0.562	0.393	0.449	0.410	0.563
Caçador	0.701	Médio	0.655	0.616	0.692	0.633	0.690	0.789	0.533	0.918	0.639
Calmon	0.546	Médio Baixo	0.708	0.656	0.416	0.500	0.440	0.509	0.465	0.699	0.673
Canoinhas	0.715	Médio	0.784	0.636	0.638	0.691	0.638	0.824	0.638	0.795	0.647
Fraiburgo	0.690	Médio	0.728	0.639	0.760	0.622	0.674	0.666	0.731	0.868	0.593
Iomerê	0.712	Médio	0.780	0.707	0.472	0.534	0.777	0.657	0.820	0.716	0.582
Irineópolis	0.600	Médio Baixo	0.662	0.741	0.213	0.212	0.550	0.655	0.500	0.596	0.721
Itaiópolis	0.641	Médio	0.759	0.762	0.739	0.672	0.616	0.645	0.494	0.621	0.564
Lebon Régis	0.563	Médio Baixo	0.615	0.561	0.319	0.473	0.528	0.660	0.507	0.540	0.484
Macieira	0.638	Médio	0.799	0.662	0.419	0.735	0.624	0.582	0.646	0.671	0.601
Mafra	0.747	Médio	0.842	0.711	0.772	0.733	0.651	0.826	0.514	0.991	0.766
Major Vieira	0.549	Médio Baixo	0.644	0.746	0.165	0.451	0.481	0.525	0.600	0.480	0.641
Matos Costa	0.622	Médio Baixo	0.746	0.718	0.148	0.352	0.619	0.671	0.534	0.611	0.552
Monte Castelo	0.534	Médio Baixo	0.719	0.738	0.362	0.329	0.458	0.551	0.584	0.383	0.431
Papanduva	0.627	Médio	0.708	0.689	0.178	0.493	0.538	0.607	0.540	0.663	0.625
Pinheiro Preto	0.700	Médio	0.776	0.784	0.421	0.746	0.772	0.580	0.770	0.876	0.460
Porto União	0.701	Médiop	0.824	0.777	0.517	0.763	0.674	0.688	0.643	0.724	0.656
Rio das Antas	0.660	Médio	0.636	0.696	0.491	0.629	0.674	0.715	0.734	0.691	0.364
Salto Veloso	0.655	Médio	0.651	0.730	0.632	0.604	0.600	0.745	0.680	0.594	0.504
Timbó Grande	0.536	Médio Baixo	0.577	0.656	0.316	0.316	0.388	0.696	0.388	0.649	0.528
Três Barras	0.653	Médio	0.653	0.762	0.506	0.412	0.726	0.625	0.473	0.635	0.757
Videira	0.729	Médio	0.778	0.691	0.556	0.788	0.666	0.751	0.679	0.871	0.803

Fonte: A autora, Adaptada de SIDMS, 2014.

Analisando a Tabela 5 com os dados do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Região do Contestado, chega-se às seguintes informações:

- Bela Vista do Toldo, Monte Castelo e Timbó Grande apresentam os piores IDMS; já Canoinhas, Mafra e Videira apresentam os melhores IDMS. No que tange o índice sociocultural o qual subdivide-se em Educação, Saúde, Cultura e Habitação.
- Na Educação, os piores IDMS são os municípios de Timbó Grande e Lebon Régis e os melhores IDMS dos municípios de Mafra e Porto União.
- Na Saúde, os piores índices pertencem a Timbó Grande e Arroio Trinta e os melhores IDMS a Porto União e Pinheiro Preto.
- No que tange à Cultura, Matos Costa e Major Viera apresentam os piores índices; já Mafra e Fraiburgo apresentam os melhores IDMS.
- No que se refere à Habitação, os piores IDMS pertencem a Bela Vista do Toldo e Irineópolis e os melhores IDMS a Arroio Trinta e Videira.
- Na Economia, os piores IDMS ficaram com Calmon e Timbó Grande e os melhores IDMS pertencem a Iomerê e Pinheiro Preto.
- No índice Ambiental, apresentaram os piores índices Bela Vista do Toldo e Calmon e os melhores IDMS, Canoinhas e Mafra.
- Nas Finanças Públicas, os piores índices pertencem a Bela Vista do Toldo e Timbó Grande e os melhores IDMS, a Iomerê e Pinheiro Preto.
- No que tange à Gestão Pública, os melhores IDMS pertencem a Mafra e Caçador e os piores, a Bela Vista do Toldo e Monte Castelo.
- E por fim, a Participação Social, os melhores IDMS competem a Mafra, Videira e a Arroio Trinta e os piores, IDMS a Monte Castelo e Rio das Antas.

Pode-se dizer que a análise das capacidades tem como foco principal o estabelecimento do bem-estar humano, respaldado pelo acesso a um padrão de vida saudável, onde os indivíduos possam exercer suas liberdades políticas e civis e gozar de todos os benefícios da cidadania. Esta análise inspirou a confecção de um novo indicador multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. A partir daí, tanto o bem-estar quanto a pobreza passaram a ser encarados como fenômenos multidimensionais pelas políticas sociais.

O IDH se propõe a caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, enfatizando as oportunidades que os indivíduos devem ter para estarem incluídos socialmente; é composto por indicadores de esperança de vida, escolaridade e renda. Juntamente com o Índice de Pobreza Humana (IPH), que combina a expectativa de vida inferior a 40 anos, a taxa de analfabetismo em adultos, a deficiência de acesso à fonte adequada de água e a proporção de crianças abaixo do peso para sua idade – avalia longevidade, conhecimento e nível de vida – convertem-se em bons indicadores de aferição das péssimas condições de vida que caracterizam a pobreza, em um contexto pluridimensional.

No que concerne à qualidade de vida, a Região do Contestado possui as cidades com os piores Índices de Desenvolvimento de Santa Catarina, fruto da concentração histórica da terra. No tocante à riqueza industrial, o destaque maior ainda é a indústria madeireira, a motivadora do *plantation de pinus* e concentradora das terras, sem mencionar fatores com as diversas formas de degradações ambientais.

Diante do exposto, apresentam-se os municípios que compõem a Região do Contestado juntamente com o IDHM³², GINI³³ e o Índice de Pobreza Humana (Tabela 04); vale ressaltar que algumas cidades possuem IDHM altos e índice de pobreza em porcentagem elevada. Isso se explica pela alta renda per capita de algumas empresas instaladas nos municípios, sendo que as mesmas elevam a renda per capita, porém, excluem e marginalizam a população. Pode-se citar as principais cidades que são polos regionais que apresentam alto IDHM e alto índice de pobreza como: Canoinhas, Mafra, Porto União, Caçador e Videira.

³² O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda.

³³ O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (IPEA, 2015).

Tabela 6: IDHM dos Municípios da Região do Contestado - IDHM do menor para o maior valor, GINI e Índice de Pobreza.

CIDADES	POPULAÇÃO	IDHM	GINI	ÍNDICE DE POBREZA
Calmon	3.387	0,622	0,42	43,47%
Timbó Grande	7.167	0,659	0,47	41,56%
Três barras	18.129	0,706	0,47	39,86%
Lebon Régis	11.838	0,649	0,45	38,70%
Fraiburgo	34.553	0,731	0,48	36,98%
Caçador	70.762	0,735	0,48	36,25%
Monte Castelo	8.346	0,675	0,44	33,99%
Matos Costa	2.839	0,657	0,45	33,25%
Canoinhas	52.765	0,757	0,49	32,22%
Papanduva	17.928	0,704	0,47	31,66%
Porto União	33.493	0,786	0,53	31,29%
Videira	47.188	0,764	0,47	30,77%
Mafra	52.912	0,777	0,49	29,56%
Spalto Veloso	4.301	0,784	0,55	28,42%
Major Vieira	7.479	0,690	0,46	27,20%
Irineópolis	10.448	0,699	0,54	26,29%
Itaiópolis	20.301	0,708	0,49	26,07%
Bela Vista do Toldo	6.004	0,675	0,46	22,49%
Arroio Trinta	3.502	0,764	0,45	20,18%
Macieira	1.826	0,662	0,39	19,99%
Rio das Antas	6.143	0,697	0,44	19,94%
Pinheiro Preto	3.147	0,777	0,45	17,94%
Iomerê	2.739	0,795	0,33	11,04%

Fonte: IBGE – CENSOS 2003 e 2010.

Isso é evidente na Região do Contestado, principalmente no que tange às diferenças de condições de vida que são marcadas por riquezas e pobreza verificadas dentro do mesmo território, como, por exemplo, em Videira e Caçador (AMARP), Porto União, Canoinhas e Mafra (AMPLANORTE), cidades ricas e com alto IDH-M, enquanto na contramão aparecem Calmon, Matos Costa e Timbó Grande (AMARP), e Bela Vista do Toldo, Major Vieira e Três Barras, (AMPLANORTE), com os piores índices, somente para citar algumas. Isso fica evidente nas Figuras 13 e 14.

Figura 13: Casa do município de Três Barras no bairro São Cristóvão.



Fonte: Acervo da autora, 2014.

Figura 14: Casa do município de Três Barras no bairro São Cristóvão.



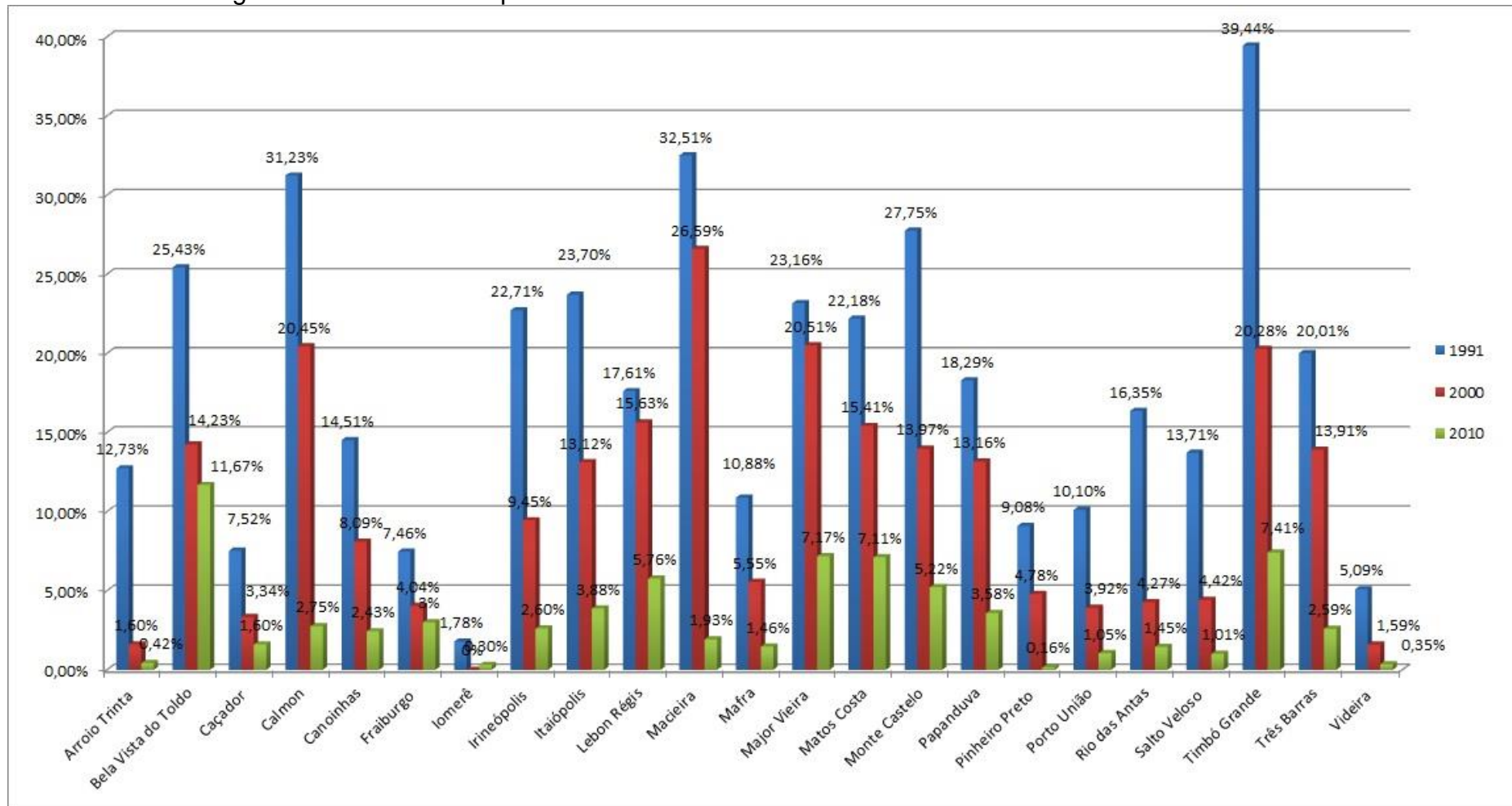
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Ao analisar as Figuras 13 e 14, vários elementos podem ser observados no que tange à pobreza na Região do Contestado; as casas são feitas de placas de

compensado, cobertas de Eternit e telhas em péssimas condições, material frágil para uma região onde as chuvas são constantes, não possuindo nenhuma segurança. A área em seu entorno não possui nenhuma horta que garante pelo menos algum tipo de alimentação; as famílias que residem nestas casas recebem bolsa família e sacolão da prefeitura municipal. Percebe-se a fragilidade no que tange à questão da saúde e habitação.

No gráfico a seguir, apresenta-se a porcentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza, ou seja, é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00. O Gráfico apresenta o senso de 1991, 2000 e 2010. A redução da extrema pobreza é evidente nestes 20 anos, porém vale ressaltar que esse decréscimo vem de políticas públicas federais como o bolsa família (Gráfico 2).

Gráfico 2: Porcentagem de extremamente pobres.



Fonte: IBGE 1991, 2000 e 2010.

Além dos dados já apresentados, viu-se a necessidade de apresentar outros dados que comprovem a fome e a pobreza na Região do Contestado, baseado em Amartya Sen (2012). Embora o termo pobreza seja usado de modos diferentes, existem algumas associações claras, que restringem a natureza do conceito, e não estamos inteiramente livres para caracterizar a pobreza de qualquer modo que nos agrade. Pode se dar à pobreza tanto uma forma descritiva como uma relativa a políticas.

Na primeira visão, a identificação da pobreza é um reconhecimento de privação. Ela pode levar a uma recomendação de alguma política também, mas essa é uma característica derivada, e o exercício primordial consiste em decidir quem está verdadeiramente privado conforme isso é julgado na sociedade. A segunda visão simplesmente identifica a pobreza com a recomendação de alguma política, isto é, afirmação de que algo deve ser feito pela sociedade para combater essas deficiências. Na segunda visão, a pobreza é basicamente um assunto de identificação do foco da ação pública, e seu descritivo é derivativo apenas. Em contraste, a primeira visão faz da descrição o primário e, da conclusão sobre uma política, o secundário.

Uma recomendação de política está condicionada à exequibilidade, mas o reconhecimento da pobreza tem de ir além disso. Pode-se argumentar que o primeiro passo consiste em *diagnosticar* a privação, e relacionado com ele, determinar o que *devemos* fazer se tivermos os meios. E então o próximo passo é fazer escolhas de políticas reais em conformidade com nossos meios. Neste sentido a análise descritiva da pobreza tem de ser anterior à escolha de políticas (SEN, 2012, p. 171).

No que tange às políticas públicas estatais na Região do Contestado, analisou-se dados do Programa Bolsa Família, programa do Governo Federal que busca erradicar a pobreza no Brasil. O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007. O programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoal de até R\$ 70,00).

O Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

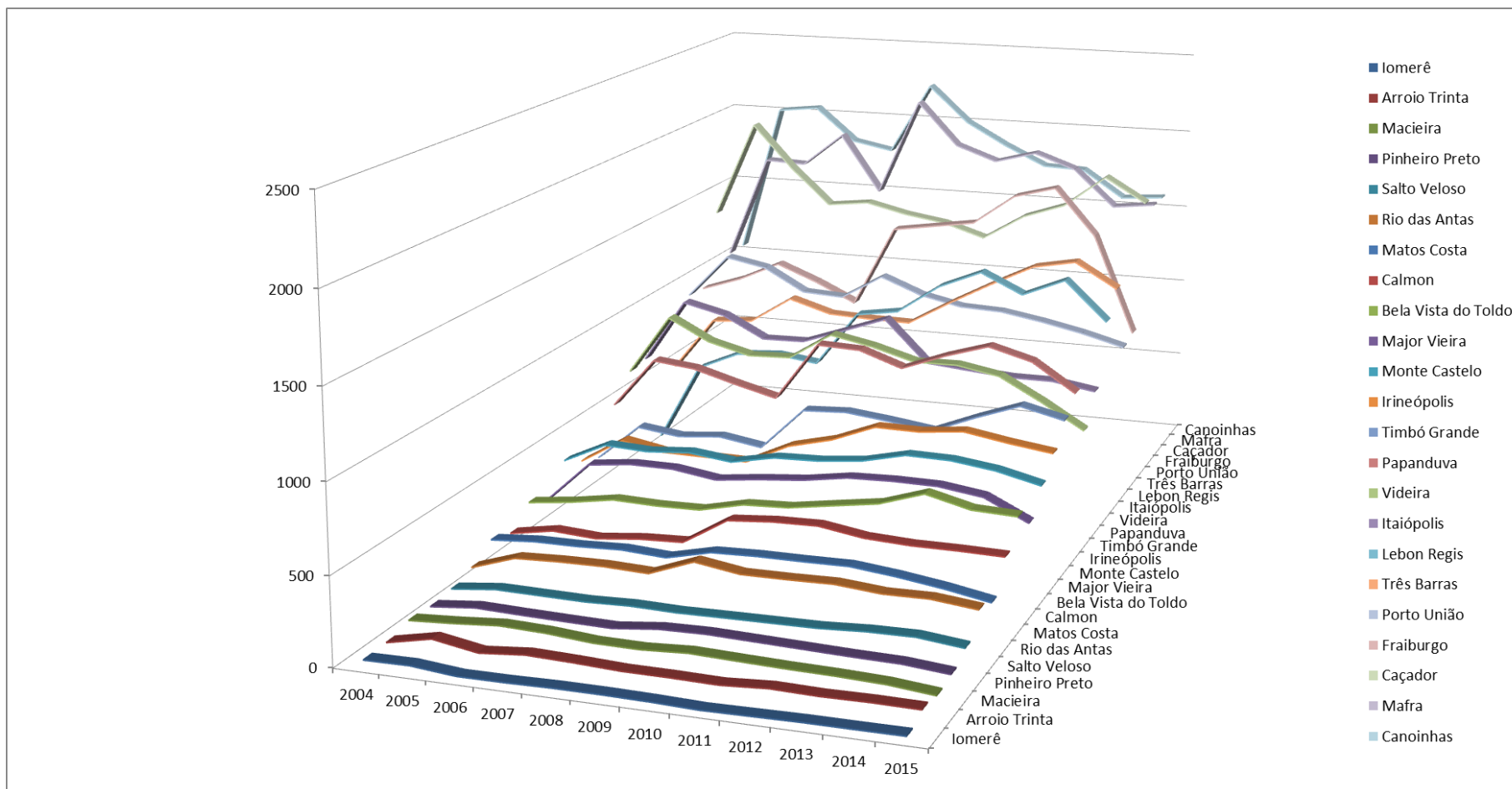
- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

No Estado de Santa Catarina, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de **460.113**, dentre as quais: **94.292** famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, **73.772** famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 145.849 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 146.200 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **127.262 famílias**, representando uma cobertura de 74,2% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$147,31.

O estado de Santa Catarina, segundo o IBGE (2010), possui uma população de 6.248,436 pessoas, realizando uma análise subjetiva, considerando que cada família seja composta por 4 pessoas, hoje seriam **377,168 (Trezentos e setenta e sete mil cento e sessenta e oito)** pessoas na pobreza, ou seja, vivem com uma renda per capita de até R\$ 77,00.

Diante do exposto, apresenta-se um gráfico síntese com diagnóstico do Bolsa Família em cada município que integra a Região do Contestado. Os dados são do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015/2016) certificados com os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e Secretarias de Serviço Social de cada município da Região do Contestado, vale destacar que o gráfico 03 apresenta dados dos anos 2004 a 2016.

Gráfico 3: Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família na Região do Contestado.



Fonte: A autora, Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014).

No município de **Arroio Trinta**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 294, dentre as quais: 53 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 26 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 100 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 115 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **50 famílias**, representando uma cobertura de 96,2% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$157,46.

No município de **Bela Vista do Toldo**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 812, dentre as quais: 447 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 158 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 157 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 50 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **492 famílias**, representando uma cobertura de 85,9% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$134,23.

No município de **Caçador**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 6.708, dentre as quais: 710 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 916 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 2.586 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 2.496 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **1559 famílias**, representando uma cobertura de 47,9% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$133,82.

No município de **Calmon**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 984, dentre as quais: 270 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 208 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 284 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 222 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **328 famílias**, representando uma cobertura de 103,5% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$149,00.

No município de **Canoinhas**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 5.316, dentre as quais: 817 famílias com renda per

capita familiar de até R\$77,00, 855 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 1899 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 1.745 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **1491 famílias**, representando uma cobertura de 54,9% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$140,52.

No município de **Fraiburgo**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 4.237, dentre as quais: 632 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 743 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 1.699 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 1.163 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **848 famílias**, representando uma cobertura de 44,9% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$150,01.

No município de **Iomerê**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 105, dentre as quais: 24 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 7 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 18 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 56 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **16 famílias**, representando uma cobertura de 38,1% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$191,38.

No município de **Irineópolis**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 1.291, dentre as quais: 366 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 282 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 344 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 299 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **608 famílias**, representando uma cobertura de 93,1% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$130,06.

No município de **Itaiópolis**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 2.205, dentre as quais: 379 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 503 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 801 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 522 famílias

com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **718 famílias**, representando uma cobertura de 59,6% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$146,61.

No município de **Lebon Régis**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 2566, dentre as quais: 622 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 600 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 874 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 470 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **1059 famílias**, representando uma cobertura de 95,9% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$141,16.

No município de **Macieira**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 192, dentre as quais: 81 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 30 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 37 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 44 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **31 famílias**, representando uma cobertura de 33% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$159,90.

No município de **Maфра**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 5.817, dentre as quais: 907 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 1024 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 2.013 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 1.873 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **1.516 famílias**, representando uma cobertura de 71,3% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$131,61.

No município de **Major Vieira**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 827, dentre as quais: 142 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 216 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 398 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 71 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **319**

famílias, representando uma cobertura de 47,6% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$130,79.

No município de **Matos Costa**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 752, dentre as quais: 96 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 103 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 262 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 291 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **161 famílias**, representando uma cobertura de 60,1% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$157,56.

No município de **Monte Castelo**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 1.052, dentre as quais: 212 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 333 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 401 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 106 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **475 famílias**, representando uma cobertura de 66,2% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$125,70.

No município de **Papanduva**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 2059, dentre as quais: 343 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 508 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 894 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 314 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **762 famílias**, representando uma cobertura de 75,5% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$131,36.

No município de **Pinheiro Preto**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 311, dentre as quais: 95 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 70 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 80 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 66 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **50 famílias**, representando uma cobertura de 122,0% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$141,76.

No município de **Porto União**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 3.170, dentre as quais: 552 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 400 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 1003 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 1125 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **802 famílias**, representando uma cobertura de 66,6% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$134,85.

No município de **Rio das Antas**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 882, dentre as quais: 233 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 139 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 192 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 318 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **235 famílias**, representando uma cobertura de 124,3% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$164,81.

No município de **Salto Veloso**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 428, dentre as quais: 120 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 62 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 115 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 75 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **95 famílias**, representando uma cobertura de 75,4% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$142,77.

No município de **Timbó Grande**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015, era de 1430, dentre as quais: 786 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 194 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 338 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 112 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **793 famílias**, representando uma cobertura de 121,4% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$188,86.

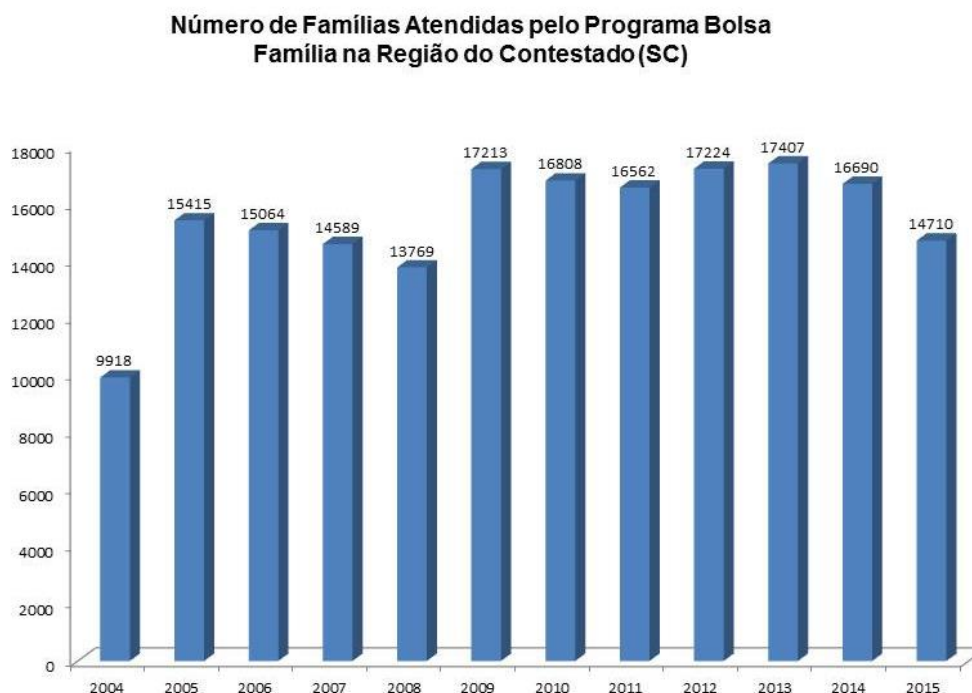
No município de **Três Barras**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 2.516, dentre as quais: 1003 famílias com renda per

capita familiar de até R\$77,00, 518 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 723 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 272 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **1.252 famílias**, representando uma cobertura de 103,1% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$165,93.

No município de **Videira**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em novembro de 2015, era de 3.375, dentre as quais: 331 famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00, 437 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 154,00, 1.127 famílias com renda per capita até meio salário mínimo e 1.480 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo. Segundo dados do MDS, o Programa do Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **512 famílias**, representando uma cobertura de 55,2% da estimativa de famílias pobres do município. As famílias receberam um valor médio de R\$140,12.

Ao analisar o gráfico da distribuição do Bolsa Família, nos municípios que compõem a Região do Contestado, não há dúvidas que o retrato regional da pobreza é alto. Tomando como base o ano de 2015, a região apresenta 427.127 mil habitantes que compõem a Região do Contestado e 14.710 famílias são atendidas pelo programa, o que totaliza 58.840 mil habitantes (fazendo um cálculo de 4 pessoas por família). Vale ressaltar que neste número estão algumas famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e, na sua maioria, as extremamente pobres (com renda mensal por pessoal de até R\$ 70,00). No Gráfico 4, apresenta-se uma síntese do número de bolsas famílias distribuídas na Região do Contestado de 2004 a 2015.

Gráfico 4: Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família na Região do Contestado.



Fonte: A autora, Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014).

Ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, com programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando estruturalmente é o grande produtor de pobreza. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos locais.

Milton Santos (1985, p. 81) coloca que a riqueza da localização e a importância da acessibilidade se dão por meio por uma série de elementos, quando profere:

cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Para caracterizar a pobreza, é necessário estabelecer um padrão mínimo de necessidades básicas. Para definir esse limite, há três abordagens comumente utilizadas: medida absoluta, medida relativa e medida subjetiva.

A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos. (LISTER, 2004)

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, ou das necessidades básicas ou o dos salários mínimos.

O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque dos salários mínimos lida com a ideia de que exista um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo. (LISTER, 2004)

Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuro mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade (CASTRO, 1961 p. 49-50).

A região do Contestado é pobre, com muitas terras improdutivas e campos isolados sendo engolidos por reflorestamento de pinus e álamo (Figura 15 e 16), com isso desaparecem as araucárias, e persiste o monocultivo do tabaco (principalmente no município referência de pobreza rural – Bela Vista do Toldo) (Figura 17), indústrias frigoríficas e multinacionais dominando, como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado.

A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história da exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos da economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo do petróleo, etc. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na monoexploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região. [...]. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar (CASTRO, 1961, p. 190).

Figura 15: Plantio de Pinus na Região do Contestado.



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Figura 16: Plantio de álamo na Região do Contestado.



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Figura 17: Plantio de fumo (tabaco) na Região do Contestado.



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Diante disso, pode-se destacar que os índices que se utilizam exclusivamente da renda como medida para definir pobreza não são capazes de levar em conta, na mensuração, a crescente intervenção governamental e a desigualdade social através de ofertas de serviços públicos, subsídios e outros benefícios.

Miranda e Tiburcio (2011, p. 18) colocam que esse modelo de desenvolvimento também institucionalizou a pobreza por meio dos seguintes mecanismos: concentração fundiária, que expropriou o camponês; uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do país. Além disso, há outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, destacando-se:

- a) Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra, uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social.
- b) Capacidades humanas: nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém

questos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação;

- c) Outras formas de capital físico: diversas formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento;
- d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados;
- e) Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos-chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;
- f) Infraestrutura: ressaltaram-se as deficiências, especialmente, no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação;
- g) Oportunidades de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas.

Essas linhas de abordagem podem ser elucidadas por Milton Santos (1994), quando destaca o espaço, sua ocupação e as interações provenientes do trabalho acumulado e da infraestrutura da organização espacial sobre a natureza, ao passo que Guattari e Rolnik (1986), discute a questão espacial e territorial, frente às políticas econômicas impostas pelo capitalismo internacional, lembrando aqui, que a Guerra do Contestado teve fortes marcas de luta contra o capitalismo avançado sobre uma área até então, à margem do sistema, nessa parte do Brasil.

Foi possível perceber que a desigualdade social, a fome e a pobreza fizeram parte de todo o processo histórico, estando presentes muitas vezes, nas principais pautas de discussão, porém, não como objetos de efetivas ações que buscassem o enfrentamento da problemática. Esta pesquisa busca ajudar no rompimento da invisibilidade da pobreza e do silêncio impostos pela Guerra do Contestado, uma das maiores ocorridas em solo latino-americano, cuja região é ocupada pelos

descendentes dos poucos sobreviventes ao genocídio ocorrido entre 1912 e 1916-17³⁴.

4.2 TRÊS BARRAS E BELA VISTA DO TOLDO – AS CONTRADIÇÕES DA FOME E DA POBREZA NUM MAR DE CIDADES DO CONTESTADO.

Porque a verdade é que nada existe contra a fome, nenhuma panaceia que possa curar esse mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e mais trágica expressão de subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona.
(Josué de Castro em *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, 2001 p.291)

Diante da quantidade de cidades, as quais compõem a Região do Contestado, duas foram escolhidas para avaliar a fome e a pobreza, traçando um panorama regional, enfocando na pobreza urbana e rural. Para verificar a pobreza urbana, optou-se pelo município de Três Barras e, para retratar a fome e a pobreza rural, o município de Bela Vista do Toldo (Mapa 5).

³⁴ Há que se considerar o ano de 1917 pois de acordo com Fraga (2010) foi o ano da limpeza étnica, muitos caboclos foram mortos.

Mapa 5: Municípios referência da fome e da pobreza na região do contestado.



Fonte: Ludka (2015) Adaptado de Base Cartográfica do IBGE (2015).

Inicia-se com **Bela Vista do Toldo**, município referência para a constatação da pobreza rural. De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE), a população de Bela Vista do Toldo era de 6.004 habitantes (IBGE, 2010), com 14,11% da população residentes na área urbana e 85,89% em área rural. O IDHM é médio 0,675, A dimensão que mais contribui para o IDHM é a longevidade, com o índice de 0,826, seguida da renda, com índice de 0,624, e de Educação, com índice de 0,598 (IBGE, 2010).

Entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o produto interno Bruto do município cresceu 72% passando de R\$ 51,7 milhões para R\$ 109 milhões. Em relação a estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva na agricultura com 64%, serviços corresponde a 30%, 4% de indústria e 2% de impostos (IBGE, 2010). De acordo com o MDS (2015), 29,67% da população vive na extrema pobreza, sendo que 97,8% vivem na zona rural e 2,2% na área Urbana. A distribuição percentual da população extremamente pobre é 39,2% entre a faixa etária de 0 a 17 anos e 59,7% entre 18 a 59 anos e 1,2% acima de 60 anos, os dados revelam que a

grande maioria das pessoas em extrema pobreza está na faixa da população economicamente ativa (MDS, 2015; IPEA 2015).

Os pioneiros oficiais, ou primeiros colonizadores, foram João e Camilo Corrêa e Estanislau Schumann, os populares "posseiros", pois chegavam e tomavam posse das áreas de terra que lhes interessava, ali fixavam suas raízes, constituíam família e, com o passar dos anos, bastava requerer legalmente o usocapião destas áreas para se tornarem os legítimos proprietários (BELA VISTA DO TOLDO, 2010). Tais fatores da ocupação inicial do solo, em nada diferem do resto da ocupação regional e até mesmo brasileira, e isso definiu a organização territorial.

Findada a Guerra do Contestado, imigrantes poloneses chegaram às terras que compõem o município. Abriram picadas nas florestas densas e construíram as primeiras casas nos arredores de Canoinhas, sendo esta, hoje, a cidade polo regional. Em 1924, deram entrada em Bela Vista do Toldo imigrantes italianos, alemães e ucranianos. Mais tarde, japoneses, muitos deles fugindo da Segunda Guerra Mundial (SANTA CATARINA, 2010). As Figuras 18 e 19 permitem visualizar dois momentos do perímetro urbano da cidade, o início da colonização efetiva, com o casario com aspecto da colonização europeia e uma vista da área atual.

Figura 18: - Bela Vista do Toldo – SC no início do século XX.



Fonte: Santa Catarina, 2010 e Projeto AMBIAL, 2010.

Figura 19: Bela Vista do Toldo – SC na atualidade.



Fonte: Santa Catarina, 2010 e Projeto AMBIAL, 2010.

O deslocamento de um ponto para outro no território, que viria a ser o município em questão, era feito através da mata cerrada, onde se abriam picadas mata adentro, aos quais se denominavam "carreiros", que mais tarde vieram a se tornar as primeiras estradas que cortam a região e a infraestrutura primitiva gerada no lugar. Com o passar do tempo, foram se formando pequenos vilarejos, nos quais se construíram igrejas, escolas, casas de comércio, serrarias, fábrica de erva-mate, novas casas e outros edifícios necessários para a vida das pessoas que ali viviam, criando assim, as pequenas cidades regionais, dentre elas, Bela Vista do Toldo, que não foge à regra, quando se analisa por meio da premissa do desenvolvimento local e até mesmo regional.

Originalmente, o município era habitado pelos índios kaingang. Antes da Guerra do Contestado, a região onde hoje fica Bela Vista do Toldo era passagem de tropeiros, que transportavam gado, couro e charque do Rio Grande do Sul para Minas Gerais e São Paulo. Ali eles paravam para descansar e, por volta de 1880, surgiram pequenos povoados na região do Planalto Norte.

Bela Vista do Toldo integrava o território do município de Canoinhas. Em 1911, Canoinhas torna-se município, desmembrando-se de Curitiba. Em 19 de novembro de 1958, Generoso de Almeida Prohmann, no uso de suas atribuições

como Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, decretou a criação do Distrito de Bela Vista do Toldo. O mesmo teve como sede o povoado de Bela Vista do Toldo e, em consequência disso, fica elevado à categoria de vila.

Bela Vista do Toldo, em termos políticos, tornou-se município em 16 de abril de 1994; é composto por 17 comunidades sendo: Tira Fogo, Rio dos Poços, Arroio Fundo, Imbuia, Gralha, Rio Bonito, Serra da Lagoa, Serra dos Borges, Rio de Areia de Cima, Colônia Ouro Verde, São Sebastião dos Ferreiras, Serra do Lucindo, Pinhalzinho, Entre Rios, Ribeirão Raso, Lagoa do Sul e a sede do município.

A economia de Bela Vista do Toldo é basicamente voltada para o primeiro setor, destacando-se a agricultura, o extrativismo e a pecuária. As atividades do setor agrário belavistense são caracterizadas pelo predomínio da pequena propriedade rural e a adoção de mão-de-obra familiar. Destaca-se a prática do plantio de tabaco, onde os pequenos produtores são vinculados a empresas fumageiras, que fornecem financiamento, os insumos agrícolas e assistência técnica, compram a produção, tornando, dessa forma, os agricultores dependentes da empresa (IBGE, 2015).

O tabaco também é uma alternativa tanto para pequenas propriedades como para as de médio porte. No entanto, não é destinada a grandes áreas devido à sua necessidade de mão-de-obra intensiva. Por outro lado, é uma opção bastante atraente para propriedades com relevo acidentado, onde a mecanização em grande escala não é possível, como seria necessário se o agricultor optasse por plantar soja, por exemplo. O tabaco apresenta um alto valor de rendimento e mão-de-obra por área, que é fundamental para as pequenas propriedades e minifúndios que possuem pequenas áreas para o cultivo. Além do que, a garantia de compra da produção é um dos grandes atrativos para os pequenos agricultores trabalharem de forma integrada as fumageiras (IBGE, 2015).

No Extrativismo, destaca-se a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), árvore da família das aquifoliáceas. A colheita à erva-mate ocorre nos meses de junho a setembro e a mesma é colhida de cada 2 a 4 anos. Na pecuária, destacam-se o gado de corte, gado leiteiro, suinocultura e avicultura.

A área rural de Bela Vista do Toldo caracteriza-se principalmente por espaços de produção agrícola mais intensiva, ocupados principalmente pelos descendentes dos imigrantes europeus, em propriedades de tamanho bastante variável, embora

com a predominância de pequenos e médios estabelecimentos, com maior intensidade de uso de capital e de mão-de-obra.

A maior vulnerabilidade do município está na fumicultura. O atual debate sobre a Convenção-Quadro³⁵, da qual o país é signatário, que propõe a redução do cultivo de fumo leva ao questionamento da existência de alternativas produtivas viáveis para a maioria dos produtores de tabaco que operam em pequenas glebas de terra. A dedicação, ao longo das últimas décadas, a uma atividade mais especializada, de forma integrada às grandes indústrias beneficiadoras, levou muitos produtores a abandonar a produção mais diversificada voltada para o consumo da família e aumentou a vulnerabilidade frente às condições adversas. Além dos crescentes problemas socioeconômicos (como a exclusão e êxodo rural) e ambientais (uso intensivo de agrotóxicos).

Para a caracterização e entendimento da pobreza rural na Região, é necessário compreender a pobreza como vulnerabilidade, ou ainda como falta de oportunidades. Além disso, é possível perceber que a área rural apresenta condições de habitação inapropriadas, desnutrição, a incidência de doenças, a falta de acesso a serviços básicos como água encanada e eletricidade, além do analfabetismo.

A questão climática da região também deve ser levada em consideração quando a discussão é a pobreza rural, com o aumento da frequência de extremos climáticos, como excesso de chuvas e a estiagem em períodos que historicamente apresentavam maior regularidade de distribuição de chuvas, tudo isso aumenta os riscos das atividades agrícolas.

Além disso, outros eventos climáticos como a geada e o granizo, que historicamente ocorrem na região, também causam prejuízo à produção e como consequência a renda familiar tende a diminuir. A maioria dos agricultores tem acesso a financiamentos e seguro agrícola, obtendo recursos para levar adiante os

³⁵ A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Organização Mundial da Saúde. Representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembleia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo em todo mundo. A CQCT foi adotada pela Assembleia Mundial da Saúde em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005. Desde então é o tratado que agregou o maior número de adesões na história da Organização das Nações Unidas. Até 04 de março de 2015, 180 países ratificaram sua adesão a esse tratado inclusive o Brasil.

processos de produção agrícola, mas nem sempre conseguem e acabam adquirindo dívidas em cima de dívidas.

Não há políticas públicas locais, na tentativa de criar meios para que essas pessoas possam ter condições de acesso à renda, bens e serviços. Seriam necessárias políticas públicas para a agricultura familiar, que valorizasse o fortalecimento deste segmento produtivo, com a facilitação do acesso a recursos, aliviando possíveis situações de pobreza rural.

Na análise das características individuais e ambientais, que trazem maior impacto marginal na probabilidade dos indivíduos serem pobres, destaca-se como explicação da pobreza, na área rural, o papel principal desempenhado pela variável educação. A educação apresenta-se como o fator mais relevante para a pobreza, com base nos rendimentos individuais do trabalho. É sabido que há uma forte interação entre renda e nível de escolaridade. A educação é sem dúvida alguma o focus principal de políticas estruturais de combate à pobreza rural. A expansão do sistema educacional e, principalmente, a melhoria dele, torna-se um instrumento fundamental na superação do problema da pobreza rural. A teoria econômica mostra que o investimento em educação é capaz de gerar o desenvolvimento econômico de uma região e de um país, pois aumenta a produtividade do trabalho e, por consequência, promove o crescimento econômico, reduzindo a pobreza; além do mais, busca resgatar a tão conhecida dívida social com os grupos menos favorecidos.

Direcionando a pesquisa agora para o município de **Três Barras**, de acordo com o senso demográfico de 2010 (IBGE), a população de Três Barras era de 18.129 habitantes (IBGE, 2010), com 84,75% da população residentes na área urbana e 15,25% em área rural. Entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o produto interno Bruto do município cresceu 42,2%, passando de R\$ 260,0 milhões para R\$ 414,3 milhões. O IDHM do município passou de 0,457 em 1991 para 0,706, em 2010. O que indica uma taxa de crescimento de 54,49%.

Em relação à estrutura econômica municipal, há que se demonstrar participação expressiva no setor industrial com 49%, serviços corresponde a 31%, 11% de agricultura e 9 % de impostos (IBGE, 2010). De acordo com o MDS (2015), 27,58% da população vive na extrema pobreza, sendo que 6,5% vivem no rural e 93,5% na área Urbana. A distribuição percentual da população extremamente pobre é 50,8% entre a faixa etária de 0 a 17 anos e 46,6% entre 18 a 59 anos e 2,7%

acima de 60 anos. Revelando que a grande maioria das pessoas em extrema pobreza está na faixa da população economicamente ativa. (MDS, 2015; IPEA 2015).

Sua colonização inicia-se em 1850, quando uma extensa faixa de terra foi doada por D. Pedro II a José Teixeira Cordeiro e Lucas Cordeiro. Esta área abrangia 30 mil alqueires, o que corresponde hoje ao total do município de Três Barras. Depois de criada a Província do Paraná, no ano de 1853, estas terras inexploradas passaram ao domínio do Paraná. Os sertanejos, ao percorrê-la, vão assim denominando as vilas: Bugre, Pardos, Tigre, Duas Barras. Com o decorrer dos anos, esta região passa a ser denominada de Três Barras, devido à presença e ao encontro dos três rios: Canoinhas, São João e Rio Negro (LIMA, 2007).

Firmemente assentados, os colonos iniciaram o cultivo do solo e a extração de erva-mate. As transações comerciais da colônia aconteciam no povoado de Rio Negro - PR, aproximadamente 70 km de distância. Em relação à composição social do Planalto Catarinense esta “era caracterizada, esquematicamente, de um lado, por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal de vastas porções de terras e, de outro lado, por um grupo majoritário composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões-ervateiros e agregados” (AURAS, 1997, p. 32). Estes sujeitos estavam submetidos ao sistema do compadrio.

A primeira delimitação do que viria a ser o perímetro urbano tresbarrense está ligada à construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande pela Brazil Railway Company, por volta de 1910 (Figura 20). A estação ferroviária de Três Barras foi inaugurada em 1913, onde viria a ser o centro da cidade. Atualmente, nela está instalado o Museu do Patrimônio Histórico Municipal de Três Barras. O trecho catarinense desta ferrovia foi construído no período de 1907- 1910. “Como parte do pagamento, a empresa recebeu uma doação de mais de seis mil quilômetros quadrados de terras, cobertas com cerca de 15 milhões de árvores em “idade de corte”. Para explorar tamanha riqueza, a empresa, construiu na cidade de Três Barras a maior serraria da América Latina e passa a expulsar, à força, os posseiros que ocupavam as terras” (SACHET, 1997, p. 508).

Figura 20: O impacto da implantação da Lumber no desenvolvimento urbano em Três Barras.

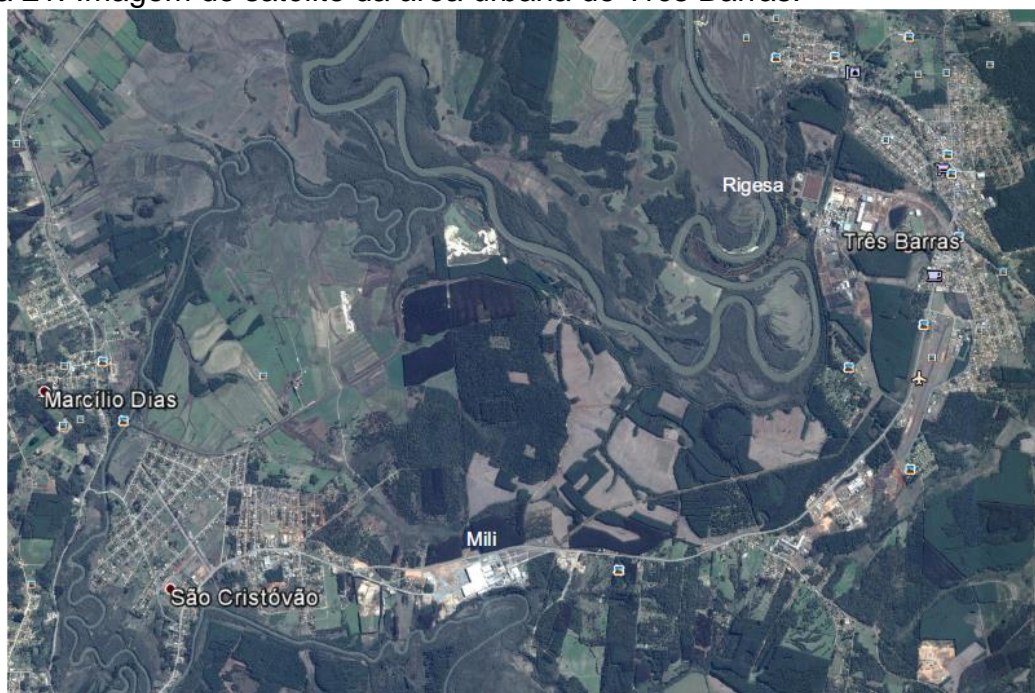


Fonte: SANTA CATARINA (2002, p. 50).

Neste contexto, começa a operar a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que se tornou conhecida como Lumber, representando o avanço da ordem capitalista sobre a região. Quanto à posse de terras “chegou a somar ali 180 mil hectares, responsáveis pela constituição, em Três Barras, da então maior serraria da América do Sul” (AURAS, 1997, p. 100). De 1916 a 1929, no auge da serraria, a madeira era exportada para grandes centros do Brasil, da Europa e América do Norte. Benvindo Pacheco vendeu seus pinheirais, imbuías e mais uma gleba de terras para a instalação da serraria e do sindicato. Quanto à instalação da indústria, esta privilegiou a área em torno dos terminais de transporte, ou seja, da ferrovia e do Rio Negro, iniciando o que viria a ser a atual área central da cidade (LIMA, 2007).

Hoje o município é basicamente voltado para o setor secundário, e a atividade econômica que mais emprega no município é a indústria de transformação; podemos citar a Empresa Rigesa e a Mili. Tanto a Empresa Rigesa quanto a Mili estão passando por um processo de expansão (Figura 21).

Figura 21: Imagem de satélite da área urbana de Três Barras.



Fonte: Google Earth, 2016.

A Rigesa possui uma ampla escala de operações, pois manipula matéria-prima (milhares de toneladas de madeira), bens intermediários (papel) e produtos finais (embalagens de papelão ondulado, micro-ondulado e ao consumidor). A produção da Rigesa se caracteriza por um sistema produtivo semi verticalizado, onde produz parte da matéria-prima básica, pinus para a produção de fibras longas e eucaliptos para fibras curtas, ou seja, grande parte da área do município é voltado para o reflorestamento de pinus e eucalipto. A Empresa Mili, uma das maiores fabricantes brasileiras no setor de higiene e limpeza produz papéis higiênicos, toalhas de papel, guardanapos, fraldas descartáveis e absorventes artigos de higiene infantil, feminina. Ambas são as maiores geradoras de receita para o município. Três Barras apresenta um dos maiores PIB da região, o que não quer dizer que a “fatia do bolo” seja repartida com igualdade, pois possui alta concentração de pobreza urbana.

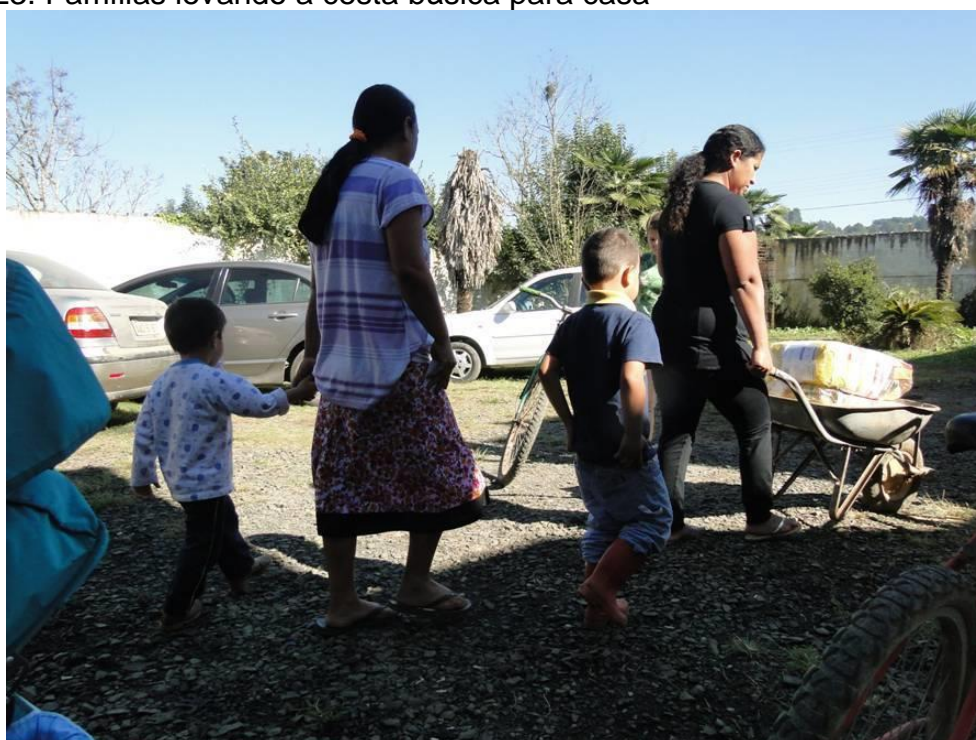
A maior concentração de pobreza urbana está localizada no Bairro São Cristóvão; somente para este bairro, são distribuídas, todo mês, seiscentas cestas básicas (Figura 22 e 23). Sendo uma área de vulnerabilidade social, o bairro sofre com constantes enchentes.

Figura 22: Entrega de cesta básica do CRAS no bairro São Cristóvão de Três Barras.



Fonte: Ludka, junho de 2015

Figura 23: Famílias levando a cesta básica para casa



Fonte: Ludka, junho de 2015.

A prefeitura já realizou três projetos que beneficiaram as famílias mais carentes com casas. No ano de 2014, ocorreu uma enchente e grande parte dessas casas foram atingidas, e a população de São Cristóvão ficou desalojada, havendo

necessidade de realocação dessas famílias após o término da enchente. Todavia, é possível, sem muitos detalhes técnicos, perceber que as casas (padrão defesa civil) foram colocadas em uma outra área de enchente, e não demorará muito para essas pessoas serem realocadas novamente. Aí fica o questionamento, seria interessante na lógica manter essas famílias em constante risco? E deslocamentos?

Analisando a pobreza urbana em Três Barras, vários problemas sociais foram identificados, fome, analfabetismo, dificuldade de acesso à renda, violência, moradias inadequadas, bem como a falta de higiene, prostituição, um número alto de pessoas que possui familiares presos, concentração de uso e venda de drogas ilícitas dentre outros.

Algumas medidas são necessárias como uma melhor localização de moradia do indivíduo, a questão da educação (nunca estudou ou não concluiu o ensino fundamental), quanto mais capacitado, maior o potencial produtivo de um indivíduo e, conseqüentemente, maior a chance de se obter uma renda mais elevada, sendo assim, a renda tem um caráter facilitador e uma relação causa-efeito. A mesma relação é verificada na educação e saúde, pois com uma educação básica e serviços de saúde melhores há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda.

Quanto maior for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a chance dos indivíduos se afastarem da pobreza. Sendo assim, justifica-se que a transferência de renda não pode ser o único objetivo de políticas públicas de redução da pobreza em Três Barras, além disso, são necessários investimentos em educação e saúde, como se estes também fossem meios para a redução da pobreza. A pobreza aqui é a privação da liberdade individual de viver a vida com qualidade, onde, neste caso, o aumento de capacidades afeta direta e indiretamente as liberdades da vida humana, ao tornar as privações mais raras e menos crônicas.

Com a finalidade de retratar a fome, a pobreza, bem como a privação da liberdade das famílias nos dois municípios, no subcapítulo a seguir são expostas e analisadas algumas entrevistas realizadas.

4.3 A DOR DOS QUE SENTEM FOME NO CONTESTADO

*Em sua rotineira busca de sobrevivência no lixo da cidade,
ela descobriu que as coisas todas do mundo – o céu,
as árvores, as pessoas, os bichos – ficam amarelas
quando a fome atingia o limite do suportável.*

Carolina viu a cor da fome – a Amarela.
(Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, 2014, p.8)

Neste subcapítulo, apresentam-se algumas entrevistas realizadas nos Municípios de Três Barras e Bela Vista do Toldo, com o objetivo de compreender o fenômeno da fome na Região do Contestado. Foi aplicada a entrevista focalizada, semi-estruturada. Focalizada, porque enfoca um tema bem específico, quando, ao entrevistado, é permitido falar livremente sobre o assunto, mas com o esforço do entrevistador para retomar o mesmo foco quando ele começa a desviar-se. É bastante empregada em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011). Semi-estruturada, porque foi elaborado um roteiro de perguntas (APÊNDICE 01), como apoio à entrevista, sendo o objetivo captar algumas informações específicas relacionadas à experiência do passar fome e a contribuição dos auxílios federais de combate à fome.

Apresentam-se em forma de narrativas, as entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa. Ao fazer isso, optou-se por fragmentos os quais foram considerados mais significativos ou paradigmáticos. Cada entrevista durava em média meia hora. As falas permaneceram na sua forma original para apresentar o mais verdadeiramente possível a própria voz dos entrevistados.

As questões seguiram um roteiro preestabelecido, com o objetivo de compreender como a fome afetou ou afeta as famílias entrevistadas, além de entender a importância do recebimento da cesta básica, bem como do Bolsa família.

Primeiramente, as questões diziam respeito à composição familiar (número de pessoas, grau de instrução, há quanto tempo viviam no bairro ou cidade, todos estão no mercado de trabalho), em seguida, questionou-se quais benefícios as famílias recebiam (Bolsa família, cesta básica, entre outros); depois as perguntas foram direcionadas no sentido de compreender o que aconteceria se os benefícios recebidos fossem cortados pelo governo local, estadual e federal, essas pessoas teriam como sobreviver? Passariam fome? Diante das respostas obtidas, questionou-se o que mudou na vida dessas famílias com o programa de transferência de renda e a complementação com a cesta básica.

Como o objetivo central da tese é compreender a fome na Região do Contestado, foram aplicadas perguntas para entender se essas famílias já passaram

ou passam fome, se nas famílias com crianças alguma delas já teve desnutrição e, para fechar a pesquisa, questionou-se a prática de hortas em suas residências.

As entrevistas foram realizadas nos dois municípios referência para esta pesquisa, Três Barras, o qual apresenta um alto número de pessoas que vivem na pobreza e na extrema pobreza na área urbana e o município de Bela Vista do Toldo, porque, na grande maioria, as pessoas que vivem na pobreza ou na extrema pobreza localizam-se na área rural.

As entrevistas apresentadas a seguir são representativas da maioria das respostas recebidas ou constituem os casos mais interessantes com os quais deparou-se. Antes de descrever as entrevistas, viu-se a necessidade, de citar alguns relatos presentes em livros, que descrevem a experiência da fome durante a Guerra do Contestado.

Antes e no início da guerra do Contestado, os caboclos arrebanhavam animais criados à solta em terras de ninguém e devolutos, e com as vacas e cavalos arrebanhados, os caboclos se mantinham, junto aos redutos, faziam planos de uma criação comum, porém, as necessidades da guerra impediam que tais planos fossem levados adiante, e, de uma data em diante, o abastecimento se tornou muito escasso. Tinham também uma plantação em comum de roças de milho e, segundo tudo indica, da coleta comum da erva-mate (QUEIROZ, 1977 p. 189-190).

“Aí veio a miséria, comiam couro cru, correia, capa de cangalha, bruaca” (depoimento da Maria). Há quem relate determinados casos como aquele em que dois homens chegaram a duelar a facção porque um havia embuchado o cinto do outro. “O sujeito passava as vezes seis dias sem comer” (depoimento Zaca). Paulino Pereira assevera que depois de ter fugido do reduto, durante dois ou três meses ingeria comida à farta e ficava ainda faminto, tal a fome que havia passado (QUEIROZ, 1977 p. 233).

Quando, depois, começou a fome, famílias caboclas iam buscar mantimento na imigração, lugar de onde haviam saído para o reduto. De seus antigos haveres traziam touros, cavalos, vacas e carne de porco já preparada. Às vezes, traziam sal que tinham deixado escondido. Distribuíam tudo por todos.

Quase loucos de fome, envolvidos em restos de trapos ou inteiramente nus, mostrando todos os ossos sob a pele, mais de 1000 fanáticos se apresentam na Vila de Canoinhas. Nunca o povo dali tinha visto ou sequer imaginado miséria igual. [...] Alguns se

atiravam à rês que era sacrificada, arrancavam pedaços de carne crua e comiam sofregamente. Outros, bebiam diretamente o sangue que ainda jorrava, e depois caíam enfraquecidos, numa sonolência da qual alguns não despertavam. [...] Houve homens e mulheres que nem puderam atingir a vila; deixaram-se cair no caminho e ficaram aguardando a morte por inanição (QUEIROZ, 1977 p. 242).

Nesse tempo de miséria, quando a carne e o sal escassearam, passaram a comer frutinha de imbuia bem torrada; não se pode comer crua porque tem cica. Comiam bolo de beiju de jerivá, que é uma espécie de palmeira. Comiam, assada na brasa, a fruta do butiá. Comiam os brotos da samambaia de cruz. Comiam caruru do mato e batata silvestre, que parecia batata doce. Comiam também o miolo do xaxim, do qual diziam que não era bom e até causava mortes. Recorria-se, mais frequentemente, à caça e à coleta do mel das abelhas (QUEIROZ, 1977 p. 190).

Nos tempos atuais e especificamente no caso de Três Barras, recorrer ao que a natureza oferece se torna um pouco mais complexo, tendo em vista que a grande maioria das pessoas, que vive na extrema pobreza, vive na área urbana. É importante destacar que a prefeitura distribui todo mês em torno de 600 (seiscentas) cestas básicas à população mais carente. Iniciam-se então as entrevistas que buscam retratar a fome e a pobreza na Região Contestado; é importante destacar que, no total, foram realizadas 20 entrevistas, e destas foram selecionadas 12, sendo 7 voltadas para a pobreza urbana e 5 na área rural.

As entrevistas, com o objetivo de identificar a pobreza urbana, foram realizadas no Bairro São Cristóvão, em Três Barras; o mesmo fica próximo ao centro e na divisa com o município de Canoinhas, e muitos recorrem à essa cidade para obter serviços básicos, até a coleta de papel é feita no centro de Canoinhas; a referência “cidade”, para eles, é esta cidade. As entrevistas seguem a seguinte lógica, usando um conjunto de letras para representar os diversos entrevistados, por exemplo, para o urbano – Entrevistado (a) **A Pobreza Urbana**, sigla **APU** e assim consecutivamente, já para o rural – Entrevistado(a) **A Pobreza Rural**, **APR** e assim por diante.

Desta feita, a entrevistada APU, relatou passar a maior parte do seu tempo sentada em um banquinho em frente da sua casa; com 55 anos, ela é a líder da rua, e não gosta de ser chamada pelo seu nome, mas sim, pelo seu apelido; mãe de 7 filhos, recebe R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) do Bolsa Família e R\$ 62,00

(Sessenta e dois reais) do Bolsa Jovem, além de um salário mínimo, referente a um auxílio doença de sua filha; na casa, moram ela, o marido e sua filha de 18 anos.

O marido trabalha com reciclagem, coleta de resíduos sólidos em Canoinhas, na cidade vizinha, mas tem dificuldades com o trabalho, por apresentar problemas de saúde; quando trabalha, recebe R\$ 40,00 reais por semana.

Diz sentir falta de projetos realizados pela prefeitura, um projeto que realmente possa inserir as mulheres do bairro no mercado de trabalho. A casa onde vive ganhou da prefeitura; ao ser questionada se passou fome ela diz: “*fome e sofrimento passei bastante*”.

“*Passar fome toda vida passa, só que agora com o bolsa família se tornou melhor*”, ao ser questionada caso os programas acabem se ela passaria fome, a mesma respondeu: “*Aí se torna difícil, que nem pra gente, quanto para os outros, a gente tem pouquinho mais tá ajudando, e tem família que é grande*”. Ela recebe Bolsa Família e o auxílio doença desde 2007, e a cesta básica da prefeitura desde 2000. A mesma perdeu 4 filhos por causa de desnutrição na década de 80. Só a filha mais nova segue os estudos, e o restante dos filhos, nenhuma terminou o ensino fundamental (Figura 24).

Figura 24: Entrevista APU

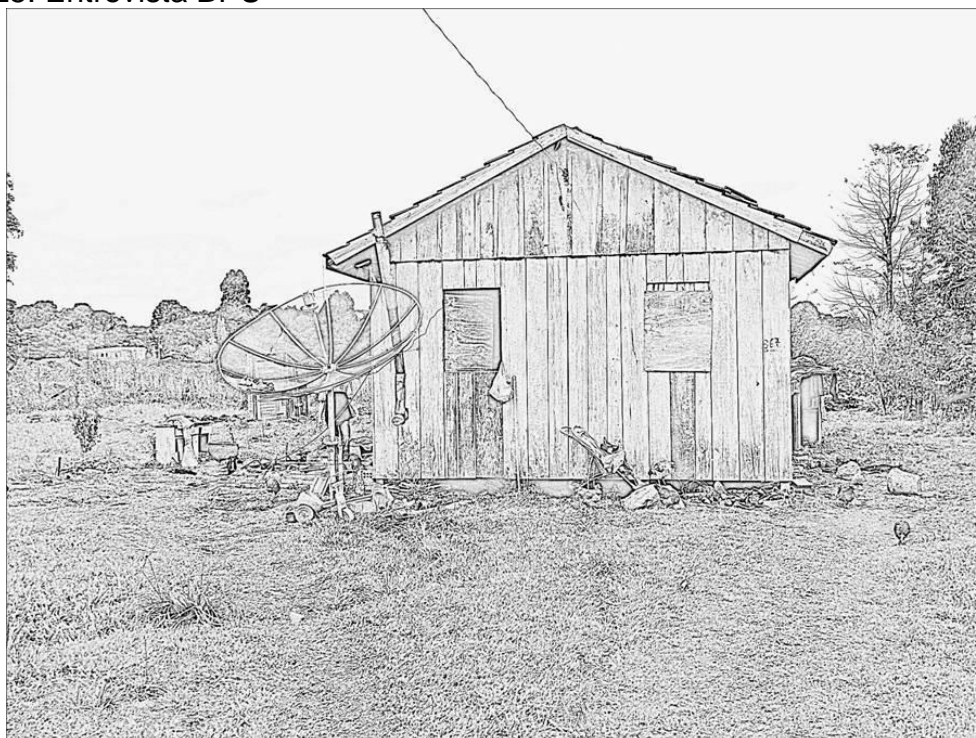


Fonte: Ludka, 2015.

O entrevistado BPU reside em uma casa de madeira, em situações precárias, estava sem luz e água, devido à falta de pagamento. Um senhor um tanto receoso, por não saber do que se tratava. Vivem nesta casa 8 pessoas, sendo três crianças (8, 11, 12 anos), recebem R\$150,00 do Programa Bolsa Família, um salário referente ao auxílio doença, e uma cesta básica da prefeitura, que segundo relatou ajuda muito a não passarem fome. Ao ser questionado o que mudou desde que começou a receber esses benefícios ele respondeu: *“ajuda, dá tipo uma força pra gente, senão nós não tinha nem uma casa para morar”*. O casal está desempregado, e segundo ele, a maior dificuldade de acessar o mercado de trabalho é não ter terminado os estudos; cursou até terceiro ano do ensino fundamental.

Ao ser questionado se já havia, em algum momento, passado fome, respondeu: *“Vou falar bem a verdade, não adianta a gente querer negar, claro que já passei quando eu era piá eu sofri”*, agora com todas as ajudas que recebem não passam fome, porém, ao ser questionado referente a um possível fim dos programas sociais, ele acredita que fome não passará, porém ficará muito difícil sustentar a família (Figura 25).

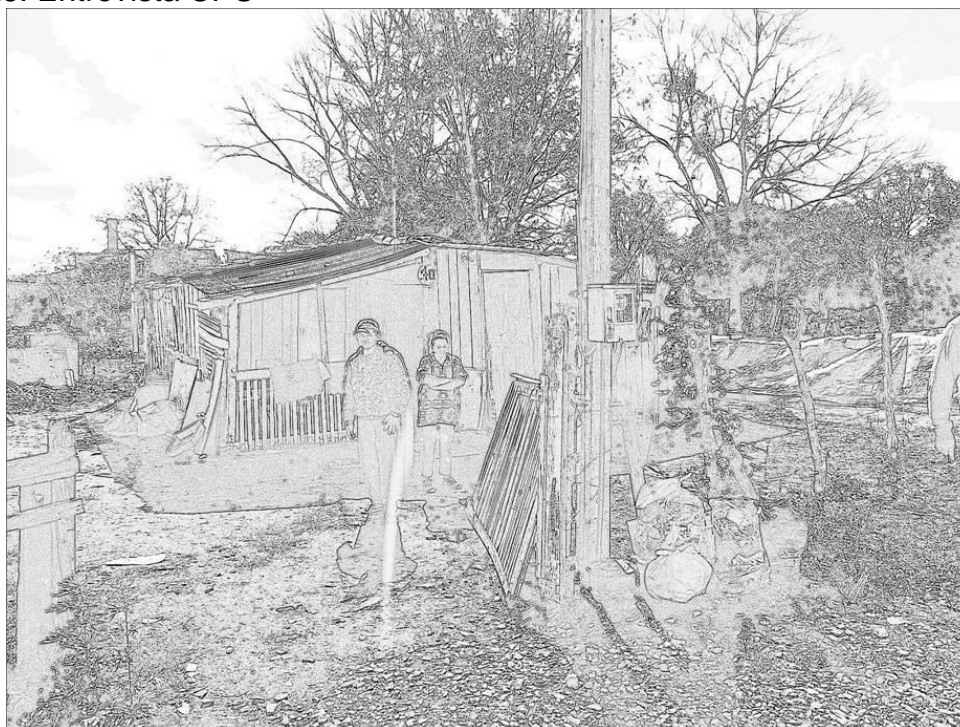
Figura 25: Entrevista BPU



Fonte: Ludka, 2015.

A entrevista da CPU foi realizada em uma casa muito simples, onde moram seis pessoas. Com 50 anos de idade, tem cinco filhos, recebe o Bolsa Família no valor de R\$ 230,00; relatou que já recebeu valores maiores, mas que de uns meses para cá, começou a diminuir. Recebe também uma cesta básica da prefeitura; ao ser questionada se a mesma é suficiente para alimentar a família relatou: *“é já digo, na verdade não, mais ajuda bastante”*. O casal trabalha na lavoura em época de safra (colheita da batata), e com a reciclagem de papel. Tem orgulho, pois todos os seus filhos terminaram o ensino médio. Ao ser questionada se passaria fome com o possível término dos programas sociais ela respondeu: *“Vai estragar bastante, passar fome não digo, mais ajuda meu Deus, o sacolão também vai fazer falta”*, a família recebe cesta básica há dez anos. Ao ser questionada se a família tem hábito de comer frutas e verduras, ela responde: *“quando tem jeito de compra, come né”*. Não tem horta em casa, porque, segundo ela o solo não é bom para o plantio. A maior dificuldade para conseguir emprego é a falta de estudos. Relatou nunca ter passado fome, e que o Bolsa Família ajuda, *“todo mês compra uma coisinha ou outra”*. A casa é própria, porém, a mesma encontra-se em área de enchente (Figura 26).

Figura 26: Entrevista CPU



Fonte: Ludka, 2015.

A entrevista DPU foi realizada com uma entrevistada que, na última enchente (2014), ganhou da prefeitura, juntamente com a defesa civil, uma casa nova; a família só conseguiu salvar a cama durante a enchente. Tudo que ela comprou para a casa foi com o dinheiro do Bolsa Família. Uma casa modular com isolamento térmico, todavia, em uma breve análise da localização da casa, pode-se perceber que a família foi deslocada de uma área de enchente para ser recolocada em outra área, também de risco. Ela tem nove filhos, três faleceram. Moram na casa sete pessoas, sendo três adultos. Recebe R\$ 350,00 reais de Bolsa Família, e uma cesta básica da prefeitura. Ao ser questionada o que mudou depois que começou a receber o Bolsa Família, ela diz: *“nossa bastante coisa, nossa senhora ontem já vieram falar para mim que esta sendo cortado, falei meu Deus do céu, é uma ajuda para comprar roupas para as crianças”*. A cesta básica não é suficiente para alimentar toda a família, sempre tem que comprar mais; ao ser questionada se a família possui o hábito de comer frutas e verduras, falou que não possui esse hábito. Não possui horta nesta nova casa, pois a mesma não tem espaço, é uma casa do lado da outra; na casa onde morava antes de ir para essa tinha horta, cebolinha, alguns temperos, remédios caseiros.

Ela não trabalha, o marido trabalha quando aparecem alguns serviços de pedreiro, mas que não tem conseguindo trabalhar por problemas na coluna.

Tem uma filha de 17 anos, que não estuda, porque as universidades são no período noturno, e como vivem em um bairro perigoso tem medo que aconteça alguma coisa com a filha no retorno para casa.

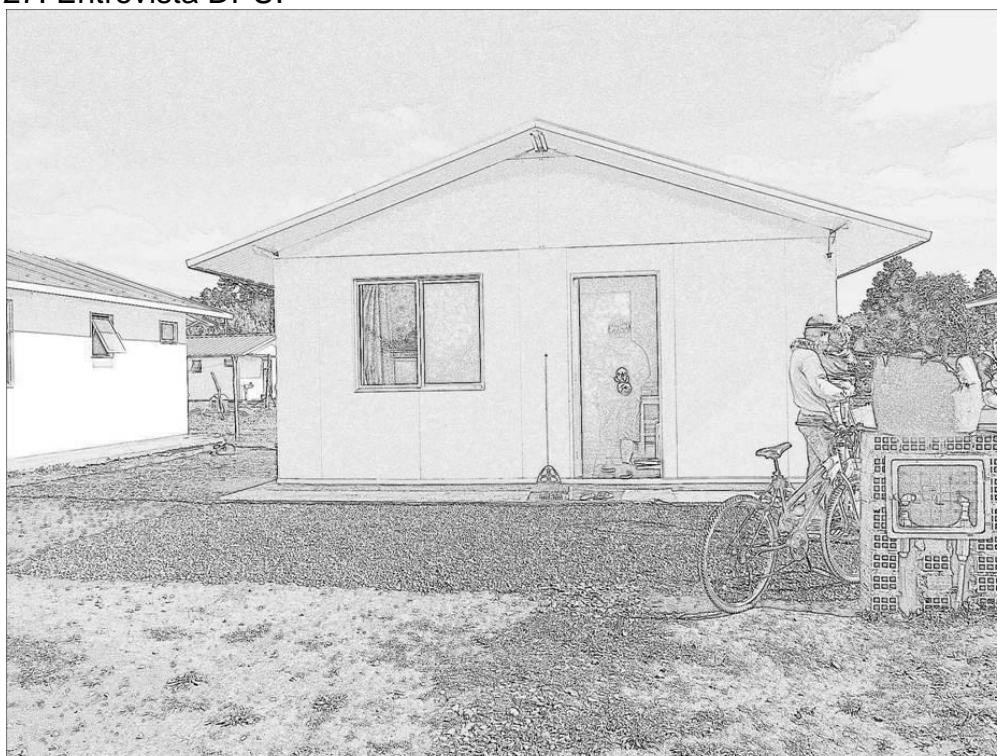
Ao ser questionada se passaria fome com o possível fim do Bolsa Família relatou: *“Acho que sim, é muita gente né”*, desde que recebeu esse benefício o que mudou na sua vida? *“nossa mudou muita coisa, nossa me ajudou com muita coisa, na casa né, calçados e roupas para as crianças, ajuda bastante”*.

Ao ser questionada qual é a maior dificuldade para conseguir emprego, relatou ser a idade do esposo, que tem 60 anos, manda currículo mas os possíveis empregadores se assustam com a idade, e a filha tem 18 anos, porém, não tem experiência. Ao ser arguida se já participou de algum projeto da prefeitura, falou: *“fui uma vez, em um de fazer bolo, mas nunca pensei em fazer para vender”*.

A família vive com 500 reais por mês. Relatou que a filha mais nova e uma das filhas casadas teve problema com desnutrição e que, pelo mesmo motivo, perdeu um casal de filhos.

E se acabar o Bolsa Família o que vai acontecer com a sua família *“meu deus, vai ser ruim né, com certeza vamos passar fome”*. *“Na outra casa nos criávamos galinhas, e quando viemo para cá, nos vendimo, porque falaram que aqui, não podia ter galinha, eu também catava papelão, daí falaram que aqui também não podia, aí vendimo o carrinho. Eu coletava papel na cidade (Canoinhas), tirava uns 70 a 100 reais por semana, coletava todos os dias”*. Relatou ter um filho preso por envolvimento com o tráfico de drogas, um dos principais problemas sociais no bairro em que vivem. Alguma vez já passou fome? *“Já, o que me ajuda a não passar fome é o sacolão e o bolsa”*. Relatou ser difícil conviver com os vizinhos novos, pois as casas são muito próximas, e há muitos casos de usuário de drogas, o que atrapalha o convívio social (Figura 27).

Figura 27: Entrevista DPU.



Fonte: Ludka, 2015.

Na entrevista EPU, uma casa em estado precário, o terreno ao redor cheio de buracos profundos, feitos a pedido da prefeitura, para que famílias não ocupassem mais aquele local. Três crianças com os pés descalços, caminhando pelo terreno, como se não existisse perigo algum. A qualquer momento, um deles poderia cair e se afogar. Nesta casa, moram 10 pessoas, sendo que seis são crianças, recebem a dois anos R\$ 400,00 reais do Bolsa Família e a cesta básica da prefeitura. Ela não

trabalha, o esposo desempregado, há 4 meses está procurando trabalho. Ao ser questionada se passaria fome com o possível fim do programa Bolsa Família respondeu: *“Passaria né, são 6 crianças”*, o que ajudou com o recebimento do sacolão e do bolsa família? *“Utilizo para comprar roupas para as crianças e pago água e luz, aqui to sem luz, to com rabicho, a prefeitura não quer ligar a luz”*, vivem basicamente do sacolão e do bolsa família, quando o marido trabalha ele chega a ganhar 500 reais por mês, ou quando consegue trabalho esporádico cobra R\$ 50 por dia.

Nenhuma criança teve desnutrição, uma criança tem problema de ataque, todas as crianças em idade escolar estão frequentando a escola, segundo ela *“o sacolão não é suficiente, eu pego o da prefeitura e compro mais dois no mercado”* (Figura 28 e 29).

Figura 28: Entrevista EPU.



Fonte: Ludka, 2015.

Figura 29: Entrevista EPU.



Fonte: Ludka, 2015.

Na entrevista FPU, optou-se por conversar com uma pessoa que estivesse sido beneficiada com uma casa da prefeitura. Ao chegar ao local, foi possível perceber que a casa está localizada em uma área com risco de enchente. Uma senhora de 45 anos, analfabeta; moram com ela 5 pessoas, é beneficiária há cinco anos do Bolsa Família, recebe do programa R\$170,00 por mês, além da cesta básica fornecida pela prefeitura. O marido é autônomo (trabalha com corte de lenha e colheita da erva-mate), muitas vezes não consegue emprego por causa da idade, ele tem 62 anos (Figura 30).

Figura 30: Entrevista FPU.



Fonte: Ludka, 2015.

Ao ser questionada se passaria fome com um possível fim do Programa Bolsa Família e a entrega de cestas básicas ela respondeu: *“Mais faz falta né, Deus o livre, é o único né que ajuda bastante”*. Em seguida questionou-se se já havia passado fome ela respondeu com os olhos lacrimejados: *“Nossa várias vezes, a gente que é pobre né, não é fácil né, varias vezes já”*.

Com o dinheiro do Bolsa Família relata que *“mudou bastante né, as vezes as minhas crianças não tinham nem uma roupa para ir para escola, nada né, nem uma mochila, nada, a gente compra alguma coisinha para eles, só que antes eu pegava mais né, ai não sei o que deu que estou pegando apenas 100 por mês, antes eu pega 300 por mês”*.

A família não tem o hábito de comer frutas e verduras, não tem horta, apenas umas cebolinhas que plantou, na casa que vive hoje não tem espaço para fazer uma horta, se tivesse espaço faria; onde residia antes tinha uma horta, tinha galinha. Segundo ela, a prefeitura proíbe ter pequenos animais, então não pode ter horta, nem galinhas.

Ao ser questionada se já passou fome ela respondeu: *“passo quando o homem fica sem serviço, tem dia que não tem o que comer, ai a gente passa fome,*

e a gente não é daquelas pessoas de pedir, eu não tenho coragem, tenho vergonha, e é assim né, daí quanto tem, têm quando não tem não tem, e é assim mesmo”

A resposta da entrevista FPU comprova a onipresença do sentimento de vergonha; é o reconhecimento do mundo constituído por uma dinâmica de situações que lhe exige designar papéis, controlar sensações e predizer a fome. A palavra vergonha aparece para sintetizar a ressonância comum dos efeitos das condições sociais. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos (CASTRO, 2003).

Na entrevista GPU, uma casa onde residem 7 pessoas, sendo 2 crianças. A entrevistada é dona de casa, estudou até a quarta série, é beneficiária do programa bolsa família desde o início do mesmo; recebe R\$ 161,00 por mês. Ao ser questionada sobre o término do Programa Bolsa Família e da cesta básica respondeu: *“Ele ajuda bastante né, esses tempos que não deram o sacolão, porque deu um problema, aí o sacolão atrasou, tive que pegar um da igreja, é que meu marido não tinha começado a trabalhar no japonês, daí nós tava sem nada, se cortar nós passaremos fome”*. O que mudou depois que recebeu o Bolsa Família? *“Mudou tudo né, dá para comprar material para eles, a roupa, calçado, melhorou bastante, o meu marido trabalha por dia, não chega a dar um salário por mês, mas quando começa a chover, não tem trabalho, não dá para fazer nada na roça, e o coitado não tem estudo”* (Figura 31).

E se o Bolsa Família acabar, o que aconteceria? *“Para comprar os material para as meninas, calçados, roupas, isso ficaria mais difícil, dificultaria manter a minha filha na escola”*, além do material escolar, a mesma relatou que compra alimentos com o que sobra do dinheiro. Têm uma horta com couve e cebolinha, e algumas galinhas para sempre ter ovo em casa.

Ao ser questionada se já passou fome, ela respondeu: *“Já”* e o silêncio pairou.

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tomaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 2001)

Figura 31: Entrevista GPU.



Fonte: Ludka, 2015

Ao analisar as famílias entrevistadas no Bairro São Cristóvão em Três Barras, foi possível perceber a presença da fome invisível ou parcial, pois de acordo com Abramovay (1985) para o perfeito funcionamento do organismo humano, o mesmo depende da absorção permanente de 36 substâncias, mas que podem ser divididas em três grandes grupos: proteínas, vitaminais e minerais. A ausência constante de qualquer destas substâncias na alimentação (pois é basicamente aí que elas podem ser encontradas) determinará, cedo ou tarde, lesões orgânicas. Neste sentido, pode-se falar de uma segunda forma de fome, mais discreta que a calórica, mas nem por isso menos grave: a fome parcial ou específica que ocorre quando qualquer destas substâncias vitais está ausente da alimentação ou quando estejam todas presentes, aparecem numa quantidade inadequada.

A cesta básica doada pela prefeitura é composta de ingredientes básicos, o arroz, feijão, farinha de trigo, farinha de milho, óleo de soja, sal, açúcar, macarrão. Analisando os alimentos disponibilizados, é notório que faltam alimentos que sejam mais nutritivos.

Uma análise mais detalhada das duas cidades será realizada no final desse subcapítulo. Agora apresentam-se as entrevistas realizadas no município de Bela Vista do Toldo, onde a maior concentração da pobreza é na área rural.

A primeira entrevista a APR, uma casa padrão COAB (Companhia de Habitação), com 36 metros quadrados, a qual ocupa todo o espaço do terreno; a família morava em outra área rural do município, agora residem na Vila Cecília, próxima ao centro da cidade. Vivem lá 4 pessoas, a entrevistada e seus filhos, um é deficiente auditivo e outro esquizofrênico. Ela estudou até quinto ano do ensino fundamental, já foi beneficiária do Bolsa Família e hoje não recebe mais: *“quando a gente tinha bolsa família a gente compra roupa, calçadinho para ir para a escola né, apesar que eu recebia pouquinho, só 32 reais”*.

Recebe um auxílio doença por causa do filho que tem problemas mentais, com 14 anos desenvolveu esquizofrenia. Vivem basicamente do benefício doença, sua filha, na época da colheita do tabaco, trabalha por dia, relata nunca ter passado fome onde viveu anteriormente, porque trabalhava na roça, plantava fumo, tinha quintal, o que não acontece nesta nova casa por falta de espaço até mesmo para uma horta; hoje compra tudo no supermercado. Ao ser entrevistada, hesitou várias vezes em responder; pode-se perceber que a mesma estava com vergonha de relatar que passa por dificuldades (Figura 32).

Figura 32: Entrevista APR.



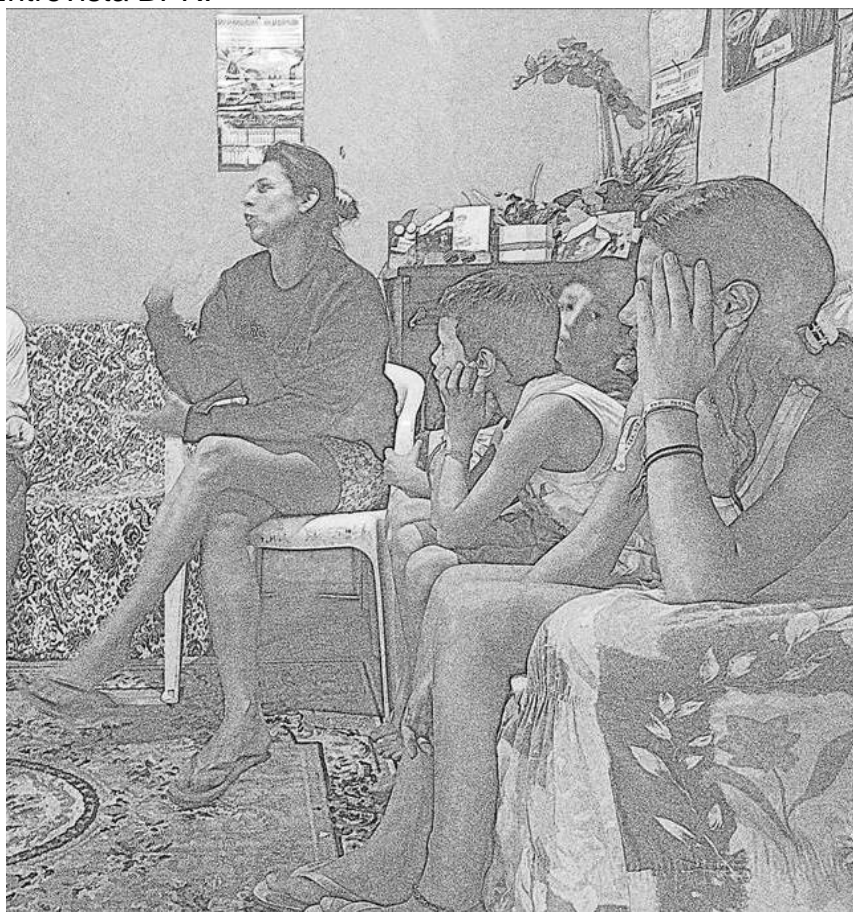
Fonte: Ludka, 2015.

De todas as pessoas entrevistadas no meio rural e urbano, a entrevistada BPR foi a qual remeteu a maior reflexão; residentes na comunidade de Tira Fogo, a família mora hoje no que foi uma estufa de secar tabaco. A entrevistada, com apenas 34 anos, vive com mais sete pessoas, sendo seis crianças (entre 9 e 15 anos). O marido trabalha como autônomo (pedreiro), ou seja, a família não possui renda fixa, e quando consegue trabalho ganha R\$500,00 reais por mês. Ela estudou até a segunda série do ensino médio. Já foi beneficiária do Programa Bolsa Família, não está recebendo o valor do programa, porque suas crianças não estão frequentando a escola, o que ocasionou o corte do benefício. *“Quando eu recebia o bolsa família eu comprava calçado e roupa para as crianças. Com o bolsa família mudou muita coisa na verdade, com esse dinheiro que eu comprei o material para eles da escola, comprei tênis, dava para mim pagar a luz e sempre sobrava para comprar as coisas para as crianças”*. Ao ser questionada se já passou fome ela respondeu enfática *“eu já né”*.

“Quando eu morava na Vila Cecília ano passado (2014) eu passei fome, eu levava eles quebrar milho, tirava tipo R\$1,00 um real a caixa de milho, tirava a base de 30,00 reais por semana....” respirou fundo no meio da entrevista e com os olhos marejados encerrou dizendo: *“eu passei bastante fome”*.

Em seguida relatou: “Uma das minhas crianças teve desnutrição, por causa da pobreza, nos passávamos a pão e mimoso (tangerina), hoje crio umas galinhas para sempre ter ovo”. Na horta planta alface, couve, cebolinha, *“na verdade se a prefeitura desse sementes, para nós era uma boa vida né”*. A maioria dos alimentos é adquirida no supermercado. Segundo ela, a renda gerada não é suficiente para sobreviver, e sua maior dificuldade para arranjar emprego é porque é separada e no município existe uma recusa (Figura 33).

Figura 33: Entrevista BPR.



Fonte: Ludka, 2015.

A entrevistada CPR se encontrava com uma menina no colo; a criança estava com os olhos profundos, amarela, magrinha, visivelmente desnutrida. Ao questionar a entrevistada se a criança estava doente, ela respondeu: *“ela tá com baixo peso, desnutrida né”*, questionou-se se a entrevistada já havia procurando um médico ela respondeu: *“ontem o agente de saúde teve aqui, e disse que nem, adiantava levar ela ao médico, que não tem pediatra no posto de saúde”*. Residem nesta casa dez pessoas, sendo sete crianças. A casa não pertence à família, mas, a uma grande empresa de madeiras e compensados da região. A entrevistada havia recebido uma ordem de despejo, deveria deixar a casa até o fim daquele mês, porém, relatou que não tinham para onde ir. Estudou até o terceiro ano do fundamental, recebe pensão pela morte do marido e o Bolsa Família (Figura 34).

Ao ser questiona se já passou fome e no que o Bolsa Família mais contribuiu, relatou: *“Algum momento sim, passei fome, pois, mudou bastante coisa, eu compro material para eles, compra roupinha, compro a prestação e vou pagando,*

no começo era bem pouquinho, pago uma conta fico devendo outra, se acabar o Bolsa Família a gente passa fome, e aí não tem como mandar as crianças para a escola". Para a entrevista sua maior dificuldade é a falta de estudos.

Tem uma horta em casa onde planta repolho e couve, além de algumas galinhas. Basicamente compra tudo no supermercado da cidade vizinha (Major Vieira).

Figura 34: Entrevista CPR

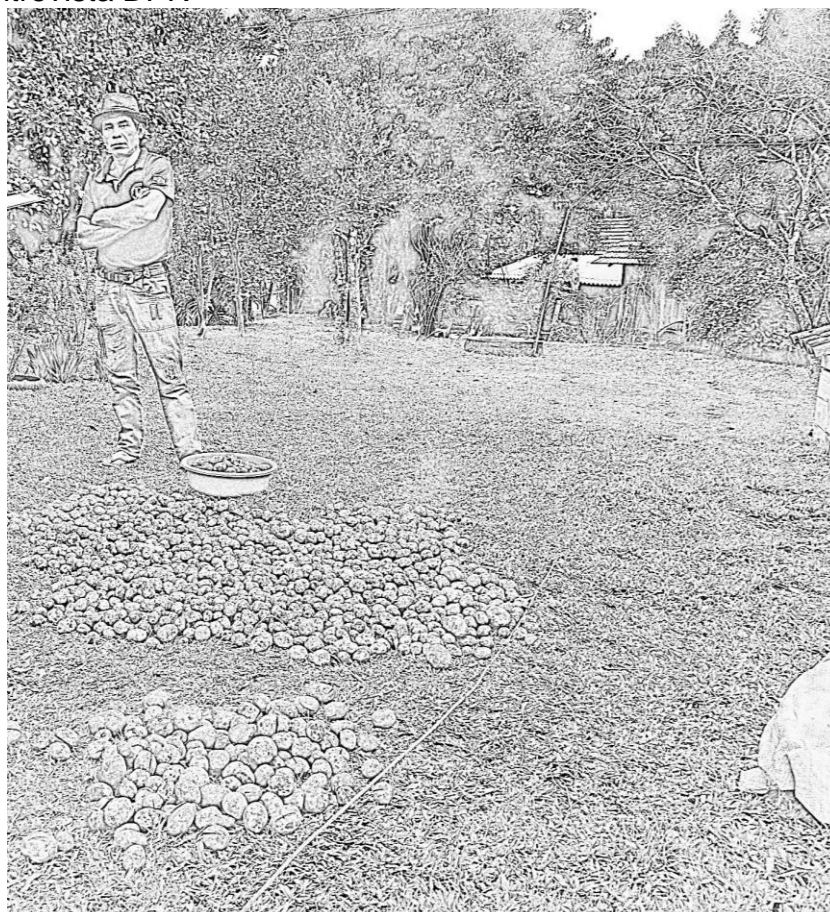


Fonte: Ludka, 2015

Ao chegar na propriedade do entrevistado DPR, um senhor de 51 anos, estava separando algumas batatinhas que encontravam-se espalhadas pelo chão; ele informara que tinha acabado de juntar no terreno do japonês (grande produtor de batatas na região); os funcionários do produtor já haviam realizado a colheita, e ele juntou o que eles chamam de refugo (fora dos padrões do mercado). A casa onde mora construiu com a ajuda da prefeitura; vivem nela 4 pessoas, entre elas 2 crianças. É beneficiário do Bolsa Família, recebe R\$ 154,00 no mês. Estudou até o terceiro ano do fundamental. O entrevistado relatou que passou necessidade, não chegou literalmente a passar fome. Ao ser questionado sobre o que mudou com o bolsa família ele responde: *“Mais o bolsa família na verdade ajudou muito né, meu*

Deus do Céu que nem eu que tenho dificuldade com a família, a minha mulher é especial, doente mental, o rapaz também, o nenezinho também é especial, aham os três, só eu graças a deus que não, e eu vou lutando , a minha esposa toma 5 tipos de remédios controlados, 5 dias por mês eu passo estreito com ela, tem que ficar fechado por causa que daí ela, ela proseia sozinha, ela não dorme, não deixa ninguém dormir, se não fechar a casa ela sai horas da noite, mesmo com o medicamento certinho” Ao ser questionado o que aconteceria caso o benefício acabasse ele relatou: “mais é no medicamento, roupa para as crianças, quando tem época de fumo eu vou um dia por semana trabalhar na colheita, fome eu não passo, mais necessidade sim, não passo porque vivo no interior, planto um pouco, a gente pensa por quem não tem como plantar, comemos frutas e verduras, quando não tem compro no mercado, tenho um pouco de galinha, eu penso nesse povo que só pensa em plantar fumo, fumo não é comida” (Figura 35).

Figura 35: Entrevista DPR



Fonte: Ludka, 2015.

A entrevista EPR ocorreu na comunidade de Arroio Fundo, uma casa muito simples, com algumas crianças brincando na frente; a entrevistada tinha 23 anos, na casa residiam três pessoas, sendo uma criança, ela estudou até o ensino médio. É beneficiária há quatro anos do Bolsa Família, recebe R\$112,00 por mês, e relatou que recebeu uma cesta básica da prefeitura, porém eles levaram muito tempo para entregarem, mais de 3 meses do dia que solicitou, pois estava passando necessidade. Ao questionar se já havia passado fome ela respondeu: *“a minha vida inteira desde dos 6 anos de idade até recentemente”*.

Ao ser questionada sobre o que mudou com o benefício, ela relatou: *“Ajuda bastante, com o Bolsa Família eu comprei tudo que tem dentro dessa casa, eu só casei porque eu engravidei, daí eu morei um ano com a minha sogra, mas nós tínhamos que ter uma casa, daí essa casa já tinha faz tempo, antes mesmo do meu marido nascer, aí o dono cedeu essa casa, aí bem dizer a gente deu uma arrumada, dando ao menos para a gente morar já está bom, e foi com o bolsa família que eu fui comprando as coisas, fogão, máquina de lavar, forninho, a base da cama, a cômoda para por a roupa do meu filho, o colchão, tudo o que estou comprando é com o bolsa família”* (Figura 36 e 37).

O marido trabalha na colheita do tabaco, por contrato, no período da safra; fora desse período, trabalha por dia, mas tem dificuldade em achar trabalho, porque a cidade é muito pequena e não tem tanta opção, a maioria é trabalho na roça.

Figura 36: Entrevista EPR



Fonte: Ludka, 2015

Figura 37: Entrevista EPR



Fonte: Ludka, 2015

Os relatos aqui apresentados são uma pequena amostra do que se encontrou nos trabalhos de campo; a realidade é superior ao que foi apresentando, mas essa singela amostra permite comprovar a fome e a pobreza nos municípios referência. Analisando todas as histórias de vida, as quais foram presenciadas e que são importantes para a comprovação da fome e pobreza na Região do Contestado, viu-se a necessidade de realizar uma reflexão diante disso e se pode identificar várias privações das capacidades em todas as entrevistas nas quais se destacam: falta de condições básicas para uma vida saudável, acesso ao mercado de trabalho, como consequência disso a falta de renda, problemas com dependência química, violência, falta e insuficiência de políticas públicas locais, abandono escolar, invisibilidade, vergonha, baixa auto estima, exclusão.

Diante das privações encontradas nas entrevistas destacam-se as palavras de Abramovay (1985 p. 26), quando disserta que a fome é uma doença social, pois ao atingir grandes massas humanas, a fome não prejudica apenas o indivíduo, mas o torna doente à própria sociedade por onde se propaga, e o autor destaca três

manifestações da fome como doença social: a) O rendimento escolar do faminto costuma ser pior que do bem nutrido. Não que a criança pobre tenha um potencial intelectual inferior ao da rica. Absolutamente. Mas a fome, por um lado, e a falta de estímulo com que a criança se defronta em grande parte das famílias de baixa renda são fatores que prejudicarão sua capacidade de aprendizagem. O índice de repetência e abandono da escola é tanto maior quanto menores são as possibilidades econômicas da família; b) Além disso, é preciso lembrar que o trabalhador pouco qualificado é em geral mal remunerado. E quanto pior a remuneração da base da sociedade, da grande massa, menor tende a ser seu mercado interno, o que limita imensamente suas possibilidades de desenvolvimento econômico; c) Evidentemente, o custo social e humano da fome é tão alto que não pode sequer ser contabilizado, mas, além deste custo social e econômico da fome é preciso citar também o seu custo político. Analisando os dois municípios, foi possível perceber o que Lewis (1966 p. 51-53) chama de a “cultura da pobreza”, onde disserta que “pôde chegar à conclusão de que é mais difícil eliminar a cultura da pobreza que a pobreza em si mesma”. Em alguns casos, principalmente em Três Barras, a pobreza parece estar impregnada, pois algumas pessoas acreditam que como seus pais foram pobres, hoje eles são pobres e seus filhos permaneceram nas mesmas condições.

Outro quesito a ser analisado em ambos os casos é a insuficiência da produção agrícola, a qual também é indicada como uma causa da pobreza. Como os cidadãos pobres têm que destinar uma importante renda à alimentação e os gêneros alimentícios custam caro; os dois fenômenos foram assimilados numa relação causa e efeito. Grande parte da produção na área agrícola do município de Três Barras é voltada para o monocultivo de Pinus e, no município de Bela Vista do Toldo, o que se destaca é o monocultivo de tabaco. O caso de Bela Vista do Toldo torna-se mais grave à medida que a pobreza está concentrada na área rural, onde acredita-se que essas pessoas teriam condições de produzir a própria comida.

Tomando com exemplo o plantio do monocultivo de tabaco, onde a mão-de-obra da família é toda ocupada, isso agrava quando a estratégia do aumento da renda é realizada pelo aumento da quantidade de tabaco produzido, onde existe pouca disponibilidade de terra e há uma forte tendência do abandono dos sistemas produtivos de alimentos para o autoconsumo. Os cultivos de milho, arroz, feijão, abóbora e outros cultivos anuais, a horta, pomar e a criação de animais tendem a

serem abandonados, aumentando a dependência de alimentos produzidos fora da propriedade. É comum nos pequenos municípios fumicultores, pequenos agricultores contraírem grandes dívidas em função da compra de alimentos nos mercados locais, que geralmente são pagas no final da safra.

De acordo com Castro (2001 p. 21), “[...] mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em um ultima análise, através do mecanismo biológico: é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante”.

Na análise das entrevistas, que relatam a pobreza urbana, foi possível perceber na fala dos entrevistados a vergonha e o silêncio, quando o assunto é a fome. Todos os entrevistados, que recebem bolsa família, passaram ou passam algum tipo de necessidade, sendo que, com o benefício, compram roupas, alimentos, material escolar, além de pagar alguns serviços básicos como água e luz. O bolsa Família contribui de forma fundamental para suprir as necessidades básicas das famílias e reduzir a extrema pobreza. Para a maioria das famílias, a cesta básica não é suficiente, além de ser limitada em relação ao seu equilíbrio nutricional. As famílias relatam que faltam projetos que criem condições para as pessoas acessarem o mercado de trabalho.

Na análise das entrevistas, que retratam a pobreza rural, impressiona a dimensão do grave problema da desnutrição. A produção para o autoconsumo é insuficiente, gerando dependência de alimentos externos e insegurança alimentar. Esta situação se agrava porque a economia destas famílias possui baixa capacidade de gerar renda monetária, necessária para a compra de alimentos nos mercados. As famílias relatam que faltam projetos que criem condições para a produção de alimentos nas hortas e quintais.

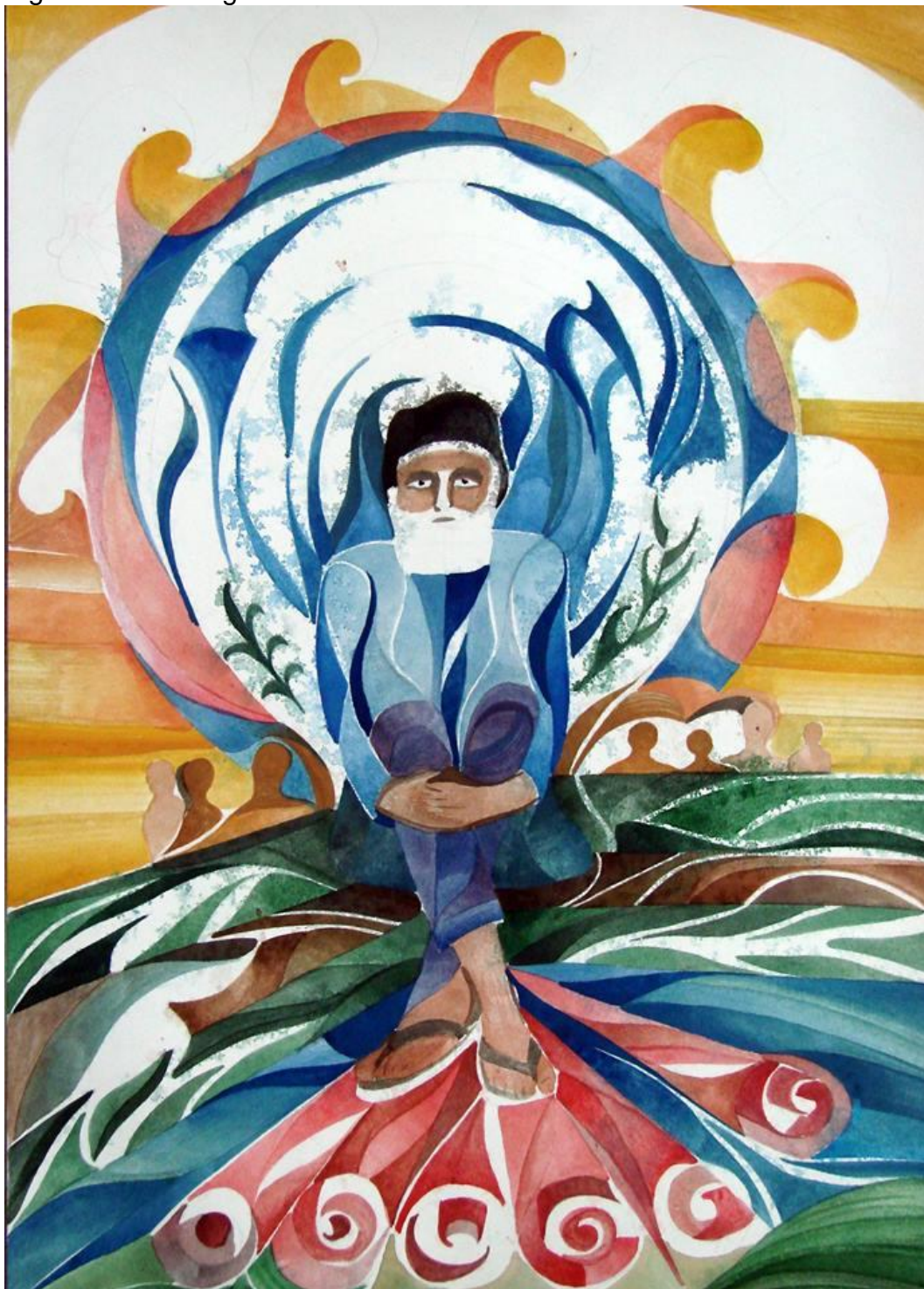
Em relação a estas populações, que vivem a realidade da pobreza urbana e rural, fica evidente a ausência e a ineficiência de políticas públicas principalmente municipais e estaduais que garantam o mínimo de dignidade. O problema é minimizado por políticas públicas federais de transferência de renda, como o bolsa Família.

No entanto, sem esse programa governamental a coisa seria bem pior. Mas falta segurança para se saber aonde isso vai chegar, porque depois que a família é incluída no Bolsa Família não existe prazo de duração para deixá-lo de receber; pois

a lei que criou o programa apenas estipula que o benefício será mantido “até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem”. Dentro da conjuntura estrutural em que essas famílias se encontram, dificilmente as condições de elegibilidade cessarão. Também existe a possibilidade da descontinuidade do programa por motivos políticos.

Além de não ser possível resolver tão grave problema apenas com práticas assistencialistas, pois compreende-se a fome na região de estudo como sendo um problema estrutural, e portanto, passível tão somente de uma resolução quando houver políticas que assim o enfrentem.

Figura 38: O Monge



Fonte: Schüler (2013).

“Quem tem mói, que não tem, mói também”
Disse Zé Maria, o Monge.

CONCLUSÃO – A GUERRA SEGUE, COM FOME DE QUÊ?

A fome é um fenômeno tão antigo que aprendemos, resignadamente, a conviver com ela, a tratá-la como uma fatalidade mais forte que nós; como se ela fosse um acontecimento natural, na verdade, ela é um grave problema social ainda contemporâneo.

Buscou-se, nesta pesquisa, compreender se a fome e a pobreza existentes na Região do Contestado seriam uma herança da Guerra do Contestado ou uma questão social, política, econômica e cultural. A heterogeneidade das informações levantadas para este trabalho constituiu-se em uma dificuldade para a elaboração desta pesquisa com meticulosidade, isso devido à divergência entre os dados pesquisados. As informações fornecidas pelo IBGE não correspondiam com os dados divulgados pelo MDS, que não condizem com os dados fornecidos pelo IPEA, mas, mesmo em meio à divergência dos números, as informações sobre a fome estavam presentes em todos os bancos de dados levantados.

Por anos, a fome foi considerada um tabu, pois como bem colocou Josué de Castro (1961 p. 49) “quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno”. Desta forma, analisando a Região do Contestado, concluiu-se que a fome e a desnutrição cresceram com as políticas neoliberais, não por falta de alimentos, mas pela ausência de direitos e renda, ao passo que o município de Bela Vista do Toldo, referência neste trabalho, era tido, nos anos de 1990, como a *Etiópia Brasileira*, tamanho era o número de pessoas que lá passavam fome, nessa década marcada pelo (neo)liberalismo da economia nacional. Isso se deve ao fato de o imperialismo econômico ser controlado por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, e muito interessava (e ainda interessa) que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade.

No decorrer das análises da pesquisa em tela, a fome e a pobreza na Região do Contestado são históricas, na obra de Vinhas de Queiroz, existem relatos dos sobreviventes da Guerra do Contestado, crianças à época, que hoje são anciões de mais de 100 anos e que trazem a memória da dor da Guerra e da fome por ela

geradas, coisa que não viviam antes do deflagrar da guerra em si. Nesses relatos durante e após a guerra a fome torna-se fato presente nas vidas dessas pessoas. Outros autores relatam a existência da fome antes do período da Guerra, entretanto, a Guerra do Contestado teve como consequência uma grave desestruturação da organização socioeconômica da região, causando o estabelecimento da fome conjuntural em uma escala sem precedentes.

O Capital, do início do século XX, devastou a maior parte das riquezas desta região, ou seja, as florestas de araucárias, expulsou famílias que viviam naquele denominado mundo livre neste trabalho, onde caboclos e índios *kaingang* viviam naquele ambiente sem que o mesmo fosse estruturado pelos moldes capitalistas, numa organização socio-espacial que nos remete ao mundo vivido atual, pois antes, a população vivia daquilo que a natureza oferecia, bem como criavam pequenos animais para consumo, sobretudo, porcos, que se alimentavam dos pinhões da floresta de araucária que dominava aquela paisagem. Vendiam os produtos da região para os mercados de então, ou seja, já se possuía uma lógica de mercado.

O mundo livre, estabelecido por Fraga (2006), em que viviam as populações caboclas e indígenas não é passível de ser visto hoje, pois as organizações sociais, culturais e ambientais, que regem a vida contemporaneamente, são a própria anulação do que se viveu no passado, principalmente no que concerne ao período anterior à Guerra. Hoje, a Região do Contestado não é mais livre, como aquela que existia no passado não tão distante; ela é fruto, sobretudo, das relações de poder que caracterizam a vida em sociedade sobre o território vivido na égide do mundo capitalista. Assim, não é possível se ter ou se viver num território livre, nem no passado, muito menos no presente, pois os termos espaço e território já predefinem um tipo de organização social constituída pelo poder, ou poderes. Hoje o monocultivo domina esta região, fazendo com que estas famílias fiquem “presas” a um sistema por eles estabelecido, na medida em que se integram às empresas de tabaco ou avicultura e suinocultura.

Que a Região do Contestado apresenta graves problemas sociais isso não é novidade, como bem destaca Waquil (2013) que as regiões localizadas no Planalto Norte e no Oeste Catarinense (que compõem a região do contestado), especialmente as mais próximas à divisa com o Paraná, são as que apresentam os percentuais mais elevados de pessoas pobres. Também são as regiões com menores valores do IDHM, bem como com menores acessos a serviços públicos

(abastecimento de água, esgoto, energia elétrica e telefonia). Além do que foi destacado por Waquil, podem ser citados os índices apresentados pelo MDS e IBGE, no que tange à questão da pobreza. Porém, como exibido nesta pesquisa, a própria secretaria estadual não sabe que esta situação existe, ou não deseja que isso venha à tona, talvez a fome e a pobreza sejam para eles ainda um tabu, e para camuflar os dados apresentados incluíam Joinville e Jaraguá do Sul (cidades com PIB elevado) como cidades de uma região Norte que não existe na regionalização oficial catarinense.

Não se acredita que esse abandono, pois a região é tida como abandonada pelos poderes públicos estaduais, seja pelo distanciamento da capital, pois se assim fosse as cidades mais desenvolvidas do Meio-Oeste Catarinense (como Videira e Caçador) ou mesmo do Oeste (Xanxerê e Chapecó) deveriam apresentar-se como municípios subdesenvolvidos, o que não é o caso. A realidade verificada com os estudos aqui apresentados demonstram que faltam políticas públicas voltadas à essa região - no caso a do Contestado -, além de uma força de representação política mais atuante, falta de vontade política municipal, regional e estadual, pois as poucas políticas públicas, que efetivamente apresentaram resultados nos últimos anos na região, são frutos de ações de programas do governo federal.

Só será possível compreender a fome e a pobreza na Região do Contestado se for considerado que o que houve naquela região, desde a guerra do Contestado, é decorrente de uma crise estrutural. Acumularam-se, por meio de anos, problemas sociais de toda a espécie, nunca resolvidos, agravando-se os conflitos latentes entre várias classes e camadas, e a estrutura social apresentada pelo coronelismo, não se pode afirmar que hoje já esteja terminada. O modelo escolhido, para não dizer imposto para estas sociedades, onde lhes foi negada a distribuição de bens e riquezas, foi concebido para atender apenas a alguns senhores do capital da Guerra.

Conclui-se que, diante dos dados aqui apresentados, a Região do Contestado é atingida tanto pela pobreza como pela fome. Recorrendo aos relatos e fatos históricos, é possível confirmar que a fome e a pobreza na Região do Contestado tiveram sua gênese de forma conjuntural, fruto da Guerra do Contestado, lembrando de que a mesma ocorreu pela entrada do Capital estrangeiro na região, ou seja, tanto pela construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, como pela *Lumber Company*, que ganhou o direito de explorar quinze

quilômetros de cada lado das margens da ferrovia, vindo a expulsar as famílias caboclas que nessas terras viviam, deixando-as sem-terra e desequilibradas econômica e socialmente.

A expulsão dessas famílias gerou o início dos problemas sociais na região, e isso se agravou quando a empresa criou uma subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, essa com objetivo de promover a colonização efetiva daquela região, atraindo imigrantes italianos, ucranianos, poloneses e outros. Ocorreu neste período o que Josué de Castro (1961) chama de fome coletiva, um fenômeno de categoria social, ocasionada pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição de bens de consumos, afinal, as terras anteriormente caboclas foram repassadas para imigrantes que estavam adentrando o território que recém passara pela desterritorialização cabocla.

Os colonos, ou imigrantes, quando chegaram na Região do Contestado encontraram diversas dificuldades, dentre elas a floresta de araucária que estava em processo de devastação acelerada, condições climáticas desfavoráveis, terrenos incultos e inférteis como destacou Thomé (1983), até conseguirem “colonizar” a região e produzirem o seu próprio alimento para o autoconsumo teremos a presença da fome estrutural, ou seja ausência corresponde à falta permanente de alimentos e à ausência persistente de uma alimentação adequada. Ela se deve ao subdesenvolvimento geral da economia, à insuficiência de suas forças de produção e de suas infraestruturas, que significam a destruição física e a aniquilação da dignidade do ser humano que passar por tal situação.

Atualmente, a região é beneficiária do Programa Bolsa família; em janeiro de 2016 foram atendidas 14.710 famílias (MDS, 2015), e levando em consideração que cada família possua em torno de quatro pessoas, totalizou algo entorno de 59 mil pessoas vivendo na Região do Contestado, com menos de R\$ 140 reais por mês, e isso se torna mais agravante quando a pobreza, na região, é predominantemente rural, com algumas poucas exceções, ou seja, essas famílias não conseguem, mesmo vivendo na zona rural, produzir o seu próprio alimento, muito menos gerar renda para adquiri-lo, portanto, tem-se, atualmente, a presença da fome oculta, isso de acordo com a FAO, ou a fome silenciosa, que concorda com a ONU ou, ainda, a fome invisível, discutida e estabelecida por Ziegler - uma fome imperceptível ao olhar, ou seja, a falta de ingestão de micronutrientes.

A fome invisível foi comprovada nos trabalhos de campo, por meio das entrevistas, quando se observou que as famílias entrevistadas pertencentes ao grupo da pobreza urbana, recebem o benefício do Bolsa Família e uma cesta básica, já descrita nesta pesquisa, e não apresentam alimentos que supram as necessidades de micronutrientes para um ser humano saudável. Em campo, ainda, constatou-se a exclusão social, a privação das capacidades, privação da liberdade, que reflete na região por meio dos baixos índices educacionais, desemprego, incapacidade de gerar renda, ou seja, há uma situação de fome iniciada com a Guerra do Contestado e ela permanece na região, como se a própria guerra estivesse em curso.

Ao analisar a região Sul do Brasil, Castro (2001) descreve que a mesma é caracterizada por uma maior variedade de elementos componentes do seu regime alimentar e pelo consumo mais alto de verduras e das frutas. Sendo a zona mais rica do país, de maior desenvolvimento, tanto agrícola como industrial, mas, mesmo assim, para o autor, na região mais bem alimentada país se verificou, contudo, por intermédio de indagações bem conduzidas, toda uma série de carências alimentares, na maioria das vezes parciais, discretas e ocultas. Uma delas se manifesta, no entanto, de forma evidente, no caso da carência de proteínas entre as crianças pobres dos grandes centros urbanos da região, onde se pode citar como exemplo, além da Região do Contestado, o Vale do Ribeira, a Região Centro-Sul do Paraná, a Região Norte/Noroeste do Rio Grande do Sul, cenários esses paradoxais que remetem à pobreza e à fome no Sul do Brasil.

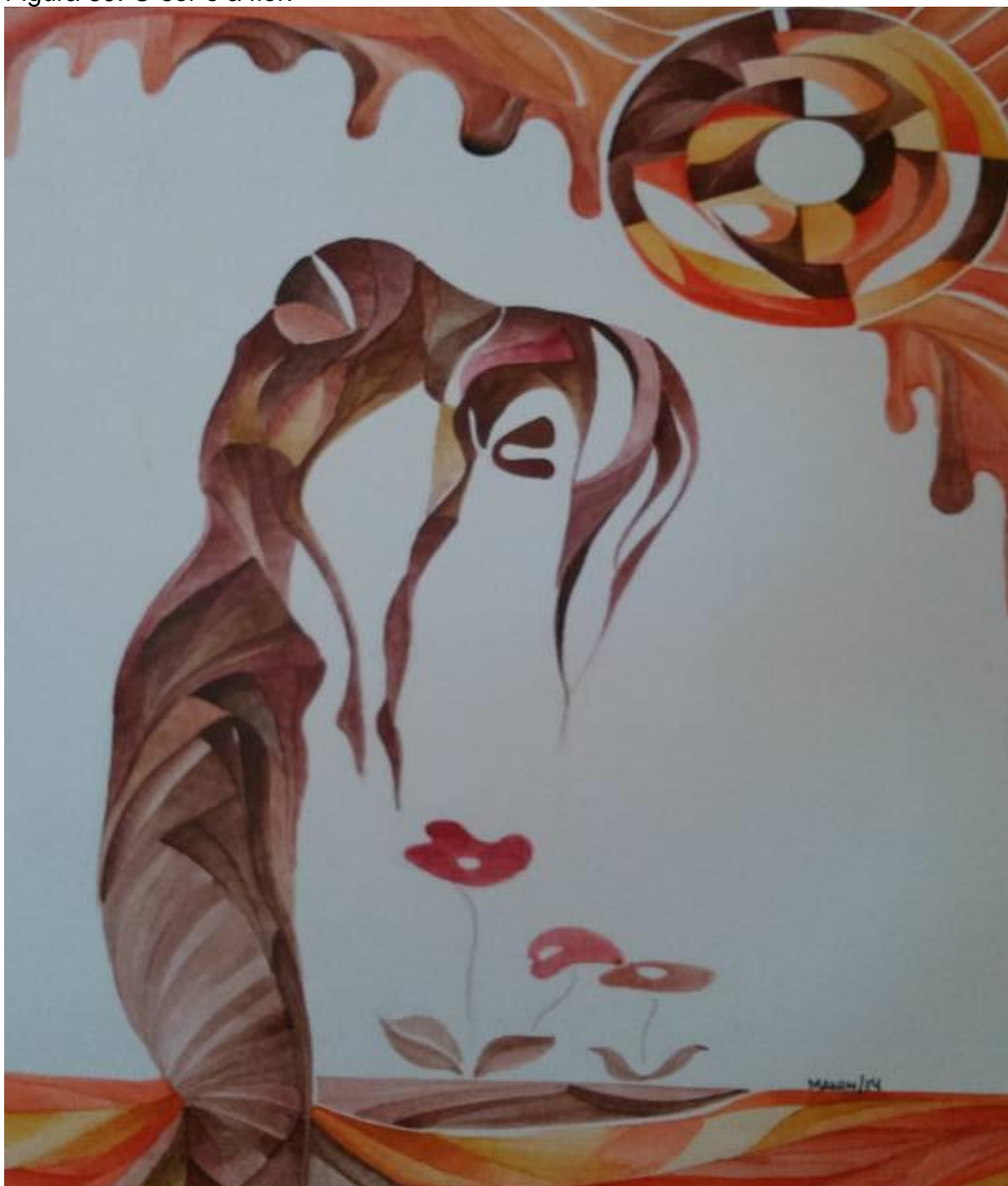
Assim, a presente pesquisa buscou avaliar a pobreza e a fome a partir da Região do Contestado, estando, essa região de análise, contida nas paradoxais regiões pobres da porção com maiores IDH's do Brasil, nesse caso o Sul, cujos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, paradoxalmente, convivem entre a sua riqueza, desenvolvimento e regiões de baixo desenvolvimento, típicos da lógica da formação socioespacial capitalista brasileira. Castro (1961) chega, por meio de uma rápida análise, à conclusão de que o Sul é realmente uma zona de subnutrição crônica, cujas populações, embora libertadas, em sua maioria, das formas mais graves da fome, estão, no entanto, longe de gozar dos benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado e, analisando pelo viés apresentado por Josué de Castro, a realidade não mudou, pois a fome que ainda permanece é a fome oculta ou invisível em diversos lugares espalhados pelo Sul do Brasil.

Ao se finalizar um trabalho de pesquisa, que buscava avaliar a existência da fome na Região do Contestado, procura-se nas palavras de Maria Adélia de Souza (1995 p. 8) uma última afirmação sobre a dura realidade sobre tal tema ainda latente na Geografia, quando ela diz que “o lugar, do pobre, não tem passado. A fome ficou em outro lugar, no passado. Esta esperança é o que move o presente. Os pobres e famintos são seres moventes, mutantes, mas solidários. Para eles, o lugar é o futuro”.

A fome é um fenômeno presente no ser humano que viveu ou ainda vive precárias condições de vida, pois a temporalidade, no corpo e na memória, transcende ao evento econômico e social da ocorrência. Com esta pesquisa, foi possível avaliar empiricamente e teoricamente que a fome e a pobreza na Região do Contestado é uma questão política, social, cultural, econômica e histórica, tendo sua gênese com o advento da Guerra do Contestado, por meio da fome conjuntural, surgida em tempos de guerra e segue até os dias atuais, pois desde aquela época há uma permanência do Contestado em Guerra, representado oficialmente em pelo menos 60 mil pessoas, que são alimentadas por meio de políticas públicas do Governo Federal e das cestas básicas repassadas pelos municípios da região. Esse seria um cenário paradoxal no Sul do Brasil, mas é mais do que isso, quando se saber existir outras regiões geográficas nos três estados que vivenciam e convivem com a fome do seu Povo - não há dúvidas sobre isso, os números de Bolsa Família, distribuídos no Sul brasileiro, são inverossímeis ao apontar os paradoxos da pobreza e da fome para além da Região do Contestado; esse é o cenário real da vida em sociedade capitalista sulista e brasileira.

A fome permanece! A pobreza permanece! O Contestado permanece em Guerra! A Guerra segue com fome além da comida, pois há todo um patrimônio material e imaterial se perdendo pela ação das intempéries. A Guerra segue pela falta de políticas públicas em todos os níveis para a região, sobretudo as que poderiam aumentar a dignidade e a qualidade de vida da população. A Guerra segue com numerosas possibilidades de pesquisas futuras, para a Geografia e outras áreas do conhecimento, pois o Contestado carece de estudos que rompam sua invisibilidade e o silêncio imposto pelos vencedores, pelos donos do poder ou dos poderes que minam a vida regional.

Figura 39: O ser e a flor.



Fonte: Schüler (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A GUERRA SEGUE, VIVEMOS! LUTEMOS!

Antes de iniciar a transcrição e descrição dos conteúdos das entrevistas presentes nesta pesquisa, as quais tinham como objetivo comprovar a fome e a pobreza na Região do Contestado foi realizado a leitura de um livro indicado pelo orientador desta pesquisa, o qual fugia à lógica dos textos científicos, para humanizar a fome, transformando-a em algo real que dói no estômago, para depois partir para a análise fria – a científica. O livro chamado “Quarto de despejo: diário de uma favela”, de autoria de Carolina Maria de Jesus, que relata sua vida na favela, sendo catadora de papel e que apenas conseguiu estudar até o segundo ano do ensino fundamental e havia vivido na favela Canindé, em São Paulo, a qual foi desocupada em meados da década de sessenta. É uma história dura, de alguém que vive a fome, passando fome.

Ao ler seus relatos, conseguia imaginar a situação em que Carolina vivia, e ao mesmo tempo recordava da minha própria infância, quando presenciava cenas que, ao ler o livro em questão, retornaram na memória. Na década de noventa, quase todos os dias, pessoas batiam palmas na frente da casa dos meus pais pedindo comida; minha mãe nunca negava, e quantas vezes a vi cortar ao meio o único pão que restava para dividir com quem pedia; eu não tinha nem noção do ato que ela fazia – quantas Carolinas minha mãe alimentou da fome que assolava tantas famílias da minha cidade natal? Impossível saber, foram décadas de auxílios alimentares distribuídos na porta de casa para os que passavam e pediam. Isso revelava um fome profunda nos habitantes de Bela Vista do Toldo, cidade onde nasci, na Região do Contestado, desta tese.

Lembro também, que a história sobre a fome é antiga por lá, pois na década de noventa, saiu em um jornal de grande circulação em Santa Catarina uma manchete denunciando que Bela Vista do Toldo possuía um alto grau de desnutrição infantil, e estava sendo chamada de “Etiópia Brasileira”. Houve toda uma articulação no município (que naquela época ainda era distrito de Canoinhas) para verificar como resolver essa situação tão complexa e vergonhosa para os catarinenses. Minha mãe, que sempre fez parte de ações na sociedade civil, resolveu liderar a Pastoral da Criança no distrito, que logo depois passou à condição de município, e toda semana minha casa se enchia de voluntárias das mais diversas comunidades do interior, para discutir estratégias para o controle da desnutrição e para fazer a

multimistura³⁶, que era entregue pelas voluntárias às famílias que necessitavam, pois seus filhos se encontravam subnutridos ou desnutridos; lembro-me de ajudar a fazer a farinha multimistura, mesmo sendo ainda muito jovem, sem saber ao certo sobre a profunda pobreza e fome que se escondiam no lugar onde vivia desde o nascimento. Coisa que apenas hoje, com esta tese, tenho a capacidade de avaliar como algo destrutivo para a vida e a dignidade dos meus conterrâneos, mas, mesmo assim, foram atos e ações em prol dos que precisavam se alimentar, principalmente as crianças que passavam fome na minha cidade e, não duvido que muitas vidas foram salvas nesse programa pastoral, que levou o Brasil ao inquestionável Projeto Fome Zero e, numa dimensão mais pessoal e que não deveria estar numa tese de doutorado, reconheço que ajudei a combater a fome daquelas crianças, mesmo que nem tinha noção disso, lá nos anos de 1990, na minha infância.

Mas, transcendendo o meu eu no mundo real desta tese, ao estudar a Região do Contestado, viu-se a necessidade de compreender, num primeiro momento, a Guerra do Contestado, buscando perceber que as consequências desta guerra ainda hoje são sentidas, sobretudo nestes anos em que se rememoram as referências ao centenário do conflito sangrento do início do século XX. Fazer uma análise geográfica da Guerra do Contestado só foi possível por meio da compreensão da mesma enquanto fenômeno histórico vivo e multifacetado, ou seja, pensar o conflito a partir de suas motivações, da forma como ocorreu, pelo viés econômico, social, político, cultural e religioso - lá, no Contestado, naquela terra manchada de sangue, de dor, de inviabilidade e de um silêncio imposto pela própria República. Lá, no mundo dos contestadenses, termo empregado por Nilson Cesar Fraga, desde 2006, que dá territorialidade aos que vivem na Região do Contestado.

As pesquisas permitiram, ainda, considerar a Região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que determinaram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criado nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio-Oeste ou Planalto Norte. Isso se deve ao fato da área das batalhas da Guerra do Contestado e outros sítios históricos terem ficado

³⁶ A Pastoral da Criança, no início de sua atuação, utilizou a multimistura para ajudar na recuperação das crianças que apresentavam desnutrição. O farelo da multimistura, é composto por farelos de arroz, de trigo, casca de ovo e folha de mandioca.

em território catarinense, onde muitas são as marcas históricas que dão identidade à população, como as numerosas placas referenciais dos combates, fontes d'água, cruzeiros e grutas dos Monges, mesmo que parte desse patrimônio necessite ser tombado, restaurado e salvaguardado por meio de políticas públicas municipais, estaduais e federais, ele está lá, como uma marca secular dos acontecimentos seculares do povo do Contestado.

Na construção desta pesquisa, muitas visitas técnicas foram realizadas à região e principalmente nos dois municípios referência, e foram aplicadas em torno de 20 entrevistas nos dois municípios, além das observações in loco, buscando descortinar os fatos para que se pudesse saber mais sobre a realidade de cada local marcado pela fome que já se sabia existir. Realizar essas entrevistas foi um pouco complexo e até arriscado no que se refere a Três Barras, pois o bairro escolhido, no caso o São Cristóvão (onde se concentra o maior número de pessoas na pobreza) é considerado violento e perigoso, tanto que, para realizar as entrevistas, a prefeitura cedeu um funcionário do CRAS (o Jair), fato que foi de grande importância, pois o mesmo vive no bairro há 30 anos e pode circular por lá com segurança, pois é o seu território. Ele mostrou o bairro todo e, depois disso, foram selecionadas algumas casas que gostaria de visitar e aplicar os questionários de entrevistas. Foram necessárias duas semanas de trabalhos de campo no bairro, pois a complexidade e diversidade humana encontradas eram tantas que, às vezes, visitava apenas duas casas em um dia. As famílias passavam um bom tempo conversando, falando das suas vidas, de coisas corriqueiras e banais até que se pudesse chegar ao ponto de entrevistar, afinal a pesquisa não tinha um rigor ortodoxo para aplicação dos questionários, sendo que o objetivo maior era de deixar o cidadão falar, até que os pontos importantes pudessem ser coletados e gravados. Tal experiência foi enriquecedora tanto do lado profissional, o de fazer a pesquisa geográfica, como no pessoal, ao entrar e desvendar e vivenciar o mundo do outro e que, por certo, um dia suas famílias passaram e bateram em algumas residências, pedindo um pedaço de pão – como aquele que minha mãe dava aos que pediam, sendo que, naquela época, criança, eu não podia entrar e ver o mundo deles, pois eles só passavam e pediam.

No que tange ao município de Bela Vista do Toldo, cidade em que nasci e onde vive parte da minha família e dos meus colegas de infância – onde o pão era dividido com os mais pobres -, as pesquisas foram mais tranquilas e coletadas na

zona rural, nas comunidades do interior do município, onde, também, as entrevistas foram realizadas com o apoio da prefeitura.

As vivências, numa espécie de pesquisa-ação, foram convenientes para compreender a fome e pobreza, além de outros problemas sociais detectados ao longo da pesquisa de campo nas áreas de estudo, como por exemplo, o grande número de pessoas dependentes químicas, a criminalidade, tráfico de drogas, a prostituição, a violência, a pedofilia e a prostituição infantil, vistas e até mesmo relatadas por alguns dos entrevistados, mas que não julgamos necessário trazer para comprovar a tese sobre a fome, fatos que, inclusive, pudessem até exigir que a pesquisa passasse por um conselho de ética na Universidade; por conta disso, a fome foi comprovada em meio à pobreza, que marca o território da Região do Contestado – além de serem problemas de alta complexidade social que exigiriam outra metodologia de análise, ou mesmo, outra tese. Conhecer a dura e até triste realidade, sobretudo das famílias que abriram sua porta e seu mundo para serem entrevistados, fez enxergar que, para o poder público, muitas vezes é mais fácil esconder esses problemas, pois ao buscar uma solução mais profunda para tal realidade, também estariam expondo suas mazelas, suas incompetências ou até mesmo, numa outra vertente, sua competência em manter viva essa realidade.

Para se ter uma ideia dessa realidade, em Bela Vista do Toldo, durante as entrevistas, o próprio Secretário do CRAS (em julho de 2015) afirmou não haver casos de fome ou pobreza no município, tanto que foi questionado se ele tinha a mesma visão que a Secretária do Estado à época e que oficialmente era mais interessante não saber revelar a realidade. São perguntas que seguem a partir do Contestado, sobre o mundo político e suas ações em forma de políticas públicas, afinal de contas, deveria ter perguntado ao Secretário de onde surgiram os dados do MDS? Se é a Secretaria de Assistência Social ao qual o CRAS está diretamente ligado que alimenta o sistema com informações em um censo realizado todo ano. Ou mesmo, quem são as 564 famílias beneficiadas no Programa Fome Zero no município de Bela Vista do Toldo? Não duvidamos que a teoria explica um pouco os fatos de não saber que há pobreza no município onde é gestor de uma pasta ligada aos pobres, pois se recai na discussão do tabu, onde a fome para muitos é uma vergonha, que não deve ser escancaradas – é no nível do ser humano e é no nível do gestor municipal.

A vergonha do passar fome esteve presente nas entrevistas com famílias pobres e também com o poder público que não encara a situação como uma questão socioeconômica e, conseqüentemente, não traça estratégias para ajudar no rompimento da fome e da pobreza no seu município, pois sabe-se que ao cidadão, a situação é mais complicada, pois romper as amarras da pobreza é quase uma missão hercúlea.

Cabe ao Estado criar estratégias de desenvolvimento, criando políticas públicas e ações para romper a desigualdade regional e fixar a população, no campo e na pequena cidade onde vive, aumentando a qualidade de vida da mesma, ampliando, assim, as possibilidades futuras dos cidadãos. A dívida do Estado com a Região do Contestado é secular, isso considerando o modelo de exploração que ocorreu e gerou a própria Guerra do Contestado há 100 anos, deixando-a com altos índices de pobreza e fome, fruto do imperialismo econômico presente na região, desde a entrada do grande Capital estrangeiro e do modo de produção capitalista por intermédio da Cia. Lumber.

Estudar a fome é hoje, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediatizadas pelo mercado (escassez e abundância), e as geografias da fome são produtos de apropriação desigual de valor, pois a comida é valor de uso para todos os seres humanos - é a condição da existência humana na Terra.

Há muitas fomes e pobreza na Região do Contestado; além da fome de comida, há fome de políticas sociais, há fome de cultura, fome de oportunidades, fome ambiental de sustentação da vida, fome de serviços básicos, fome de terra para plantar, fome de liberdade.

Há Fome na Região do Contestado, paradoxalmente, no Sul do Brasil, rico e desenvolvido?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O que é fome**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

AMBIAL. **PROJETO AMBIAL**, 2010. Disponível em: <http://eebesambial.blogspot.com/>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, p. 163-164, 1995.

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ARANHA, A. V. Um projeto transformando em estratégia de Governo. In GRAZIANO SILVA, J.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

ARENDT, H. **Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed, 1983.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: A organização da Irmandade Cabocla**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BARBOSA, C. ; BARBOSA, E. R. O.; BARBOSA, C. Pobreza, Diferenciais Raciais e Educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. **VIII Semana de Mobilização Científica – Semoc**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2005.

BELA VISTA DO TOLDO. **Município de Bela Vista do Toldo**. Disponível em: <http://www.pmbvt.sc.gov.br/conteudo/?item=17998&fa=1557&cd=7595>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, vol. 8, n. 1, p. 147-165, 2012.

BITTENCOURT, A. **Adeodato Vancê é o nosso “último” chefe**. Guerra do Contestado, uma visão holística. Joaçaba, 2012.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org). **Desenvolvimento local/regional** – Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 1, 2000.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BONETI, J. I. S. [et al.]. **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: maçã. Florianópolis**: EPAGRI, 1999. (Boletim técnico n.105)

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. **Discurso de posse do Presidente Lula em 1º de janeiro de 2003**. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

BRASIL. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação**.(BRASIL, DECRETO Nº 591, 6 DE JULHO DE 1992). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

BUAINAIN, A. M.; DEDECA, C. S.; NEDER, H. D. Pobreza rural: pontos para agenda de políticas públicas. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECA, C. S. **A nova cara da pobreza rural**: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013 (série desenvolvimento sustentável, v.17) 2013.

BUCHANAN, I. **Singapore in Southeast Asia**. London, Bell and Sons, 1972.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CABRAL, O. R. **João Maria** – Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAPUCHA, Luis. **Desafios da Pobreza**. Celta Editora. Oeiras. 2008.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. DE, SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A.F.A. A Questão da Cidade e do Campo: teorias e política Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 05, 2004.

CARVALHO, M. M. X. de. **O desmatamento das florestas de Araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

CASTELLS, M. **La Question Urbaine**, Ed. François Maspero, Paris, 1973.

CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTRO, J. **A alimentação brasileira à Luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, J. **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro**. Organizado por Anna Maria de Castro (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Ed. 14, 2001.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6ª ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, J. **O Livro Negro da Fome**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

COSTA, S. da S. **Santa Catarina, História, Geografia, Meio Ambiente, Turismo e Atualidades**. Florianópolis: Editora Postmix, 2011.

CUNHA, L. A. G. **Sobre o Conceito de Região**. Revista de História Regional 39-56. Inverno, 2000.

DALABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DELEUSE, G; GUATTARI, F. Encarte especial SC potência Econômica – Motor Industrial do PIB do Estado. A região que concentra os maiores investimentos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, pagina 01-12,26 de novembro de 2012.

DELEUZE, G; GUATTARI F., **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997.

DINIZ, M. B., ARRAEZ, R. A. **Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil**. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

DORFMUND, L. P. **Geografia e História do Paraná**. São Paulo: FTD, s/d; COSTA, S. G. **A Erva Mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. Tese de doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Julio de Mesquita Filho). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.

FAO. **Número de vítimas da fome cai para menos de 800 milhões: a erradicação é o próximo objetivo**. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/288582/icode/2015>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

FAO. **State of Food Insecurity in the World: Measuring different dimensions of food insecurity**, 2013.

FAVARETO, A. A natureza e os limites do Rural na sociedade brasileira contemporânea. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (ORG). **Pobreza Rural: concepções determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília IICA, 2011.

FERREIRA, C. M. C. As teorias da Localização e Organização Espacial da Economia. In: HADDAD, P. R. (Org). **Economia regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 527-536.

FETRAF-SUL, **Agricultores familiares catarinenses realizam protesto em Canoinhas**. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_contentview=articleid=2755:agricultores-familiares-catarinenses-realizam-protesto-em-canoinhasecatid=1:ultimas-noticias&temid=104. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 12 de julho de 2014

FOLQUENING, V. Cidades do Norte Catarinense querem ser anexadas ao Paraná, **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, página 13, 27 de fevereiro de 2000.

FRAGA, N. C. **Contestado em Guerra**: 100 anos do Massacre in sepulcro do Brasil. Florianópolis: Ed. Hemisfério Sul, 2012.

FRAGA, N. C. **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, p. 228-255, 2005.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p.188, 2006.

FRAGA, N. C. Território e silêncio. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (Org). **Territórios e Fronteiras - (Re)Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, N. C.; LUDKA, V. M. 100 anos da guerra do contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território Sul-Brasileiro. In: **XXI COLÓQUIO INTERNACIONAL GEOCRÍTICA**. Bogotá - Colômbia, 2012.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 ed., 1986.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome**: as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GIL, A. C. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

GOHN, M. G. **O futuro das cidades**. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gohn.html>. Acesso: 13 de junho de 2007.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOOGLE EARTH. Google - Imagens 2016. **Imagem de satélite da área urbana de Três Barras**. GeoEye, MapLink. 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Eixo de Desenvolvimento, Integração e Cooperação Transfronteiriça**. Florianópolis: FIESC, abril de 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Projeto Fome Zero. Documento-síntese. In: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J., et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 19; n.1 pp. 37-67. Jan-Abr. 2002.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. 1998. A Noção de Rede Regional: Reflexões a partir da migração “Gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, UFRG, ano 3, nº 4, p. 55-71, jan/jun 1998.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Regional – Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HEINSFELD, A. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica**. 2000. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica**. 2010. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico – Porcentagem de extremamente pobres de 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadore sociais->

municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2003 e 2010**. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE, **Dados da extrema pobreza**. 2003. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

IBGE. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE. **Base Cartográfica do IBGE**. Imagem JPEG, Color, 960 x 679 pixels, 2015.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**. 2001.

IPEA – Instituto Pesquisa Economia Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 2v, 1999. (Coleção pesquisas, 3).

IPEA. **Dados do Atlas de desenvolvimento humano no Brasil** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2015.

IPEA. **Dados do Atlas de desenvolvimento humano no Brasil** <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> acesso em: 02 de janeiro de 2016.

IPEA. **Erradicar a Pobreza Extrema**: Um Objetivo ao Alcance do Brasil. Texto de discussão 1619. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

JORNAL CORREIO DO NORTE. Cem anos da Guerra do Contestado. **Jornal Correio do Norte**, Canoinhas, página 02, 23 de outubro de 2012.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – Isso Serve, em Primeiro lugar, para fazer a Guerra. 19 ed. Campinas: Papirus, 2012.

LAGO, P. F. **A terra** – O homem e a economia. Santa Catarina, 1968.

LAMAS, José P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbentian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LAVINAS, L. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas.** Revista econômica, 2003.

LEITE, C. M. C. **O Zoneamento ecológico-econômico: impasses e perspectivas de um instrumento de gestão ambiental.** Brasília: Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, 2001.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LEWIS, O. **La vida:** a Puerto Rican family in the culture of poverty: San Juan and New York. Nova York: Random House, 1966.

LIMA, S. R. S. **Capital Transnacional Na Indústria Da Madeira Em Três Barras:** As *Company Towns* e a Produção do Espaço Urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, UFPR, 2007

LINS, H. N. MATTEI, L. A socioeconômica catarinense no limiar do Século XXI. In: CARIO, S.; BARBOSA PEREIRA, L.; KOEHLER, M. (orgs.). **Padrão competitivo e dinâmica econômica: estudos sobre setores selecionados em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2001.

LISTER, R.: **Poverty**, Polity Press, 2004.

LOBATO CORRÊA, R. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

LOBATO CORRÊA, R. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

LOBATO CORRÊA, R. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Ética, planejamento e construção democrática do espaço:** anais do IX Encontro... Rio de Janeiro: ANPUR, v.1, p.424-430, 2001.

LOBATO CORRÊA, R. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOBATO CORRÊA, R. **Uma nota sobre o urbano e a escala**, In: Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII – nº 11, 12 e 13 – p. 133, 136, set./out., 2003.

LOSCH, A. **Teoria Econômica espacial.** Buenos Aires: Ateneo, 1957.

LOSCH, A. **The Economics of Location.** New Haven: Yale University, 1939.

LUDKA V. M.; SIMAS F. Território(s) e o desenvolvimento regional: arranjos e perspectivas na relação entre pequenas e médias cidades. In FRAGA, N.C. **Território e Fronteiras (Re) arranjos e perspecrivas**. Editora Insular, 2011.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MALUF, R; MATTEI, L. Elementos Para Construção De Uma Agenda De Políticas Públicas Para O Enfrentamento Da Pobreza Rural. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (Organizadores). **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011.

MAMIGONIAN, A. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. **Álbum do 1º centenário de Brusque**. Brusque: SAB, p. 41, 1965.

MARQUES, E. C. Elementos Conceituais da Segregação, da Pobreza Urbana e da Ação do Estado. In: MARQUES, E. C; TORRES, A. G. (orgs.). São Paulo: **Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo, Editora Senac, 2005.

MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Guairá, s/d. In: TREVISAN, E. **Curitiba na Província**. Curitiba: s/n, 2000.

MARTORANO, D. **Temas Catarinenses**. Florianópolis: Editora da UFSC, Lunardelli, 1982.

MARX, K. **A revolução antes da revolução**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, K. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDS. **Boletim ministério do desenvolvimento social de combate a fome**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 21 de dezembro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Boletim ministério do desenvolvimento social de combate a fome**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 21 de novembro de 2014.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs) **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial).

MONTANARI, M. **A fome e a abundância**: história da alimentação na Europa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MONTEIRO, C. A. A Dimensão da Pobreza, da Fome e da desnutrição no Brasil. **Estud. Av.** [online]. 2003, vol.17 n.48. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002. Acesso em 10 de outubro de 2015.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil **Estud. av.** vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado – São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOREIRA, I. **Geografia Nova**: O Espaço Mundial. São Paulo: Ática, 1996.

MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Orgs). **Pequenas Cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

NAVARRO. Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

NOSSA L; JUNIOR C. Esquecida, região vive clima de miséria. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, B. **Planaltos de frio e lama**. Os fanáticos do contestado: o meio, o homem, a guerra: ensaio de história. Florianópolis: FCC, 1985.

OLIVEIRA, G B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B.; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PELUSO JÚNIOR, V. A **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC e Ed. da FCC, 1991, 291p.

PROJETO FOME ZERO. **Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil**. IC (2001).

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social: a guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916**. São Paulo Ática 1977.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de Economia Regional**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1969.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas**: Ensinando sobre o urbano e a Região. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2º ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RONCAYOLO, M. **La ville et es ses territoires**. Paris: Editora: Gallimard, 1990.

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

RUCINSKI, I. **Campanha do Contestado, no portal do paraíso**. União da Vitória: Uniporto Gráfica e Editora Ltda, 2009.

SACHET, C. A guerra do Contestado. In: SACHET, C.; SACHET, S. **Santa Catarina 100 anos de História**. O livro: do povoamento à guerra do Contestado. v. 1. Florianópolis, 1997.

SACHS, J. D. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem á Provincia de Santa Catharina (1820)**. Traducção e Prefacio de Carlos da Costa Pereira. Bibliotheca Pedagogica Brasileira. Série 5ª. Brasiliana. Vol. 58. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1936.

SANTA CATARINA. **Contestado**. Florianópolis, 2002.

SANTA CATARINA. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960). Florianópolis: CEAG, 1980.

SANTA CATARINA. **Governo de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=334&Pag=2>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

SANTA CATARINA. **Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas**. Florianópolis, 2013.

SANTOS, M. **A cidade como centro da região**: Definições de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **O Centro da Cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, M. **O espaço do Cidadão**. 4ª Edição. São Paulo: Nobel, 1998a.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SANTOS, M. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3º ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, S. C. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998b.

SAQUET, M. A. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In FRAGA, N. C. (Org) **Territórios e Fronteiras - (Re)Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SCHÜLER, M. **Aquarela: “Dor e esperança”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. Não publicado. 2014.

SCHÜLER, M. **Aquarela: “Lábios de mel”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. 2014. Não publicado. 2014.

SCHÜLER, M. **Aquarela: “O Monge”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. 2014. Não publicado. 2013.

SCHÜLER, M. **Aquarela: “O Ser e a flor”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. 2014. Não publicado. 2014.

SCHÜLER, M. **Aquarela: “Penúria Manifesta”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. Não publicado. 2016

SCHÜLER, M. **Aquarela: “Trem de Sangue”**. 1 Foto, color, 328 x 448 pixels. 2014. Não publicado. 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. 3ª ed. São Paulo: Record, 2012.

SIDMS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. **Metodologia IDMS- Índice de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/621>. Acesso em: maio de 2014.

SILVEIRA, M. L. “Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil?”. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, p. 141-178, 2005.

SORRE, M. **Les fondements de la geographie humaine, les fondements biologiques, essai d’une ecologie del l’homme**. Paris, A. Colin, Tomo I, 2. Edicion revisada y aumentada, pp. 1 a 447, 1947.

SOUZA, M. A. de. Globalização e efeitos perversos: relendo a Geografia da Fome. In: **I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE** – Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Aracaju, de 5 a 9 de setembro de 1995.

SOUZA, M. L. de S. Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (org.) **“Que país é esse?”** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, p. 101-140. 2005.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza, 2005, Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (org.). **“Que país é esse?”** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, p. 101-140.

SOUZA, Percival de. Conselhos de Antônio. In: **O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 85-92.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira**, História da Indústria Madeireira no Contestado. Caçador: Universal, 2010.

THOMÉ, N. **Civilizações primitivas do Contestado**. IUL – Impressora Universal Ltda, Caçador – Santa Catarina, 1981.

THOMÉ, N. **Insurreição Xucra**. In Álbum do Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/fund. Roberto Marinho, 1987.

THOMÉ, N. **O trem de ferro: a ferrovia do contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003.

THOMÉ, N. **O trem de ferro: a ferrovia do contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

THOMÉ, N. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1992.

TRINDADE JÚNIOR, S. Amazônia Oriental: Cidades, Urbanização do território e estratégias de gestão no espaço paraense. In MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, L.; SILVA, M.(Org.) **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, ADEMADAN, 2009.

TRIVINHO, E. **Redes: Obliterações no Fim do Século**. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VILLASANTE, T. R. **Redes e Alternativas: Estratégias e Estilos Criativos na Complexidade Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VINHAS DE QUEIRÓS, Maurício. **Messianismo e conflito social**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

WAQUIL, P. D. AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS E SOCIOCULTURAIS DA POBREZA RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Organizadores dos Textos). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional** Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17).

WEBER, A. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago, 1929.

ZIEGLER, J. **A fome no mundo explicada a meu filho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICE 01

ROTEIRO PARA ENTREVISTA.

1. Quantas pessoas vivem nesta casa? Todos familiares? Quantas crianças?
2. Grau de instrução?
3. Vocês sempre viveram aqui no Bairro ou vieram de outra localidade?
4. Vocês recebem bolsa família? Qual valor?
5. Algum outro benefício? Vale gás, cesta básica...
6. Vocês sabem de onde vem cada ajuda? O bolsa família a cesta básica?
7. Vocês acham que se a cesta básica for cortada vocês passariam fome?
8. Desde quando recebem benefícios, o que mudou?
9. Alguém da família trabalha? Onde?
10. Qual a dificuldade para gerar renda?
11. Qual a dificuldade para acessar o mercado formal de trabalho?
12. Salário Familiar?
13. A casa é de vocês? Tem escritura?
14. Das crianças alguma já teve desnutrição? Teve acompanhamento? Em que período foi isso.
15. As crianças estão matriculas?
16. Com mudanças no governo e proposta governamentais você acha que conseguirá viver sem o bolsa família caso ele acabe?
17. Você já passou fome? Em que período foi isso? Quais dificuldades.
18. O que você conseguiu adquirir com o bolsa família?
19. (se receber) A cesta básica é suficiente para a alimentação de toda a família?
20. O que vocês produzem na propriedade para geração de renda?
21. A sua área de plantio é suficiente para a produção?
22. Qual sistema você utiliza, plantio direto? Convencional, Orgânica?
23. A produção é anual? O que é sazonal?
24. A renda gerada é suficiente para toda família?
25. Quantas pessoas trabalham na produção agrícola?
26. O que é produzido para o consumo da casa ? (plantas e animais)? Como é a produzido os alimentos da casa?

27. Vocês realizam compras mensais em supermercados? O que vocês compram?
28. A terra é própria? Como adquiriu? Herança, assentamento?
29. Você trabalha para outras pessoas? (Camaradas)? Se trabalha você consegue trabalho o ano todo? Se não, em qual período? E em que tipo de produção?
30. Como é o acesso a créditos? Estrutura e insumos?
31. Como funciona o apoio da prefeitura na questão agrícola?
32. Quando produz fumo, tem alguém que teve problemas de saúde?
33. Onde vocês moravam antes?
34. Porque vieram morar aqui?
35. O que mudou? Onde moravam produziam algo?

Os questionamentos foram realizados de acordo com o local da residência dos entrevistados, por exemplo as perguntas 33, 34 e 35 foram direcionadas para os moradores de casas padrão COAB, as perguntas a partir da questão 20 são perguntas mais direcionadas aos moradores da zona rural. Vale destacar que é apenas um roteiro para guiar a entrevista e não um questionário.